



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 42

II Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 25 de Novembro de 2009

Presidente: Deputado Francisco Coelho

Secretários: Deputados José Lima e Cláudio Lopes (*Substituído no decorrer da Sessão pelo Sr. Deputado Mark Marques*)

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 15 horas e 08 minutos.

Agenda da Reunião:

- Continuação do debate sobre as **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 27/2009 que aprova o “Plano Anual Regional para 2010” e Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 28/2009 que aprova o “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2010”**.

No debate destes diplomas proferiram intervenções os Srs. Deputados Luís Garcia (*PSD*), Graça Teixeira (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Cláudia Cardoso (*PS*), Cláudio Lopes (*PSD*), Francisco Álvares (*PSD*), Mário Moniz (*BE*), Artur Lima (*CDS/PP*), Ernesto Valério (*PS*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), Carla Bretão (*PSD*), João Costa (*PSD*), Francisco César (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Luís Silveira (*CDS/PP*), Aida Santos (*PSD*), Berto Messias (*PS*), Jorge Macedo (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*),

Hélder Silva (PS), Zuraída Soares (BE), António Ventura (PSD), Pedro Gomes (PSD), Ricardo Cabral (PS), Cláudio Almeida (PSD), Duarte Moreira (PS), e os Srs. Secretários Regionais da Educação e Formação (Lina Mendes), da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente), da Economia (Vasco Cordeiro), da Saúde (Miguel Correia), da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues) e do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses).

A continuação do debate passou para o dia seguinte.

Os trabalhos terminaram às 20,00 horas.

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo. Vamos dar início à nossa Sessão. Tem a palavra o Sr. Secretário para proceder à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque Silva

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz Furtado

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Ernesto Valério Andrade Pacheco

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente Nunes

Helder Guerreiro Marques da Silva

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Vera Mónica da Silva Alves Teixeira **Bettencourt**

Partido Social Democrata (PSD)

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patrícia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Francisco da Silva **Álvares**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 49 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos proceder à leitura da correspondência.

Secretário (José Ávila): Deu entrada uma Petição sobre o cumprimento na área da laboração do Acordo de Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, cujo primeiro subscritor é o Sr. Hélio Francisco Pires Sales.

Baixou à Comissão de Política Geral.

Presidente: Eu apelava aos Srs. Deputados e sobretudo aos grupos parlamentares para, logo que vos seja possível, fazerem chegar à Mesa as eventuais propostas de alteração que vão apresentar e de preferência através da Mesa. para que também possamos começar a organizarmos os respectivos processos de votação, para que na Quinta-feira as coisas possam decorrer com a celeridade e a ordem que se impõe.

Nós vamos retomar os nossos trabalhos com a continuação do debate sobre as **Proposta de Decreto Legislativo Regional que aprovam o Plano e Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2010.**

Quando interrompemos ontem os nossos trabalhos estávamos no período de pedidos de esclarecimento à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação e tenho ainda inscrito os Srs. Deputados Luís Garcia e Graça Teixeira.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Disse-nos ontem a Sra. Secretária da Educação, e agradeço-lhe a clareza, que o Estádio Mário Lino não é prioridade para esta legislatura, uma opinião da qual discordo, mas não é isso que está em causa, e o que eu lhe queria dizer é que o Estádio não é prioridade e, pelos vistos, também a reparação da EBI da Horta também não é.

Recordo, Sra. Secretária, que em 2009 a grande reparação da EBI da Horta serviu de pretexto para o cancelamento do concurso para a construção do Estádio Mário Lino, ou seja, este não se fazia porque era prioritária a intervenção naquela escola. Isto prova, antes de mais, aquilo que sempre afirmamos, é que cancelaram em 2009 para a ilha do Faial uma obra necessária (o Estádio Mário Lino) e, acima de tudo, pronta a arrancar, o que deve ser quase único nos Açores, trocando-a por uma que, apesar de prioritária, não arrancou em 2009 e que, a avaliar pela verba que está inscrita, não arrancará em 2010 com 50 mil euros.

Assim, facilmente se conclui que, ao contrário do que os senhores têm afirmado de que não íamos ter Estádio Mário Lino para termos a recuperação da EBI da Horta, a verdade, Sra. Secretária, é que em 2009 a ilha do Faial não ficou nem com o estádio nem com a escola e em 2010, lamentavelmente, isso também não acontecerá, nem estádio, nem a recuperação da EBI da Horta.

Disse.

Deputado Pedro Gomes e Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem também a palavra a Sra. Deputada Graça Teixeira.

(*) **Deputada Graça Teixeira (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para responder muito concretamente, e indo ao assunto que nos traz aqui de questões que nos foram colocadas e que teremos muito gosto em poder responder ao Sr. Deputado Costa Pereira.

Sr. Deputado, temos ou não melhores escolas, melhores alunos, mais alunos e melhor ensino na nossa Região?

Deputado João Costa (PSD): Não!

A Oradora: Continuam, de facto, a existir problemas? Claro que sim, Sr. Deputado!

Há países que partiram de patamares mais altos de alfabetização e que ainda persistem nestes problemas.

É verdade que não nos contentaremos enquanto existir, pelos menos, um aluno que não vá à escola. Esta é a grande realidade.

Relativamente aos resultados PISA, o Sr. Deputado sabe tão bem como eu que estamos a falar em estudos que são muito concretos e que serão, talvez, fruto de um ensino fechado que durante muitos anos nós tivemos no nosso país. São frutos de políticas que outros já ultrapassaram e que nós estamos a caminhar para esse desenvolvimento.

Também sabe que os estudos e os testes PISA são aplicados a alunos com taxa etária dos 15 anos e sabe que estes alunos, na escolaridade que devem estar, correspondem tão bem ou melhor que outros alunos da mesma idade nos outros países, até por vezes com resultados mais altos. Alunos com 15 anos, no 10º ano, sujeitos a estudos PISA, obtiveram e têm esses mesmos resultados e estamos a falar essencialmente da literacia da matemática e das ciências.

Falo nesse problema de base que pode estar relacionado muitas vezes com a formação de professores, com a formação que foi ministrada durante séculos neste país em universidades e que tentaremos caminhar em relação a outros que já caminharam e que já fizeram esse percurso.

Não estaremos todos de acordo quando, de facto, almejamos encontrar nas nossas escolas alunos com maior auto-estima, mais motivados, melhor preparados para enfrentar os desafios sociais? Acho que é isto que nós queremos e que todos nós profissionais temos este dever.

Deputado Rui Ramos (PSD): Nós também queremos!

A Oradora: Não se estará a esquecer o Sr. Deputado que nem todos partiram do mesmo grau de saberes, que nem todos tiveram acesso aos mesmos estímulos e até podemos mesmo recuar ainda mais e pensar que nem todos foram concebidos num meio positivo e favorável, nem todos tiveram as oportunidades que muitos dos nossos filhos têm aqui e que tiveram connosco em nossas casas.

Deputado Costa Pereira (PSD): Não me faça perguntas que não posso responder. Não tenho tempo!

A Oradora: Muito concretamente faço-lhe esta pergunta: o Sr. Deputado é contra os currículos de recuperação dos alunos nas escolas de currículo regular? Que alternativa teria o PSD para estes alunos?

Deputado Costa Pereira (PSD): A Sra. Secretária está ali. Ela é que tem que responder.

A Oradora: Sabe tão bem como eu, tal como professor que foi e que é durante estes anos todos, que não se trata de limpezas estatísticas. Sabe tão bem como eu que há alunos que não obtêm o 9º ano em dois anos, mas também sabe que é responsabilidade da sociedade, é responsabilidade das escolas, é responsabilidade dos políticos recuperar, criar condições de socialização para estas desvantagens com que eles nos chegam às escolas e há exemplos muitos positivos, que o Sr. Deputado também poderia trazer aqui a este plenário, desta recuperação e deste empenho que tem sido feito por professores, verdadeiros profissionais que têm arregaçado mangas e conseguido fazer destes alunos cidadãos integrados socialmente.

Deputado Costa Pereira (PSD): Eu não lhe posso responder!

A Oradora: Sabe que, perante casos que não são de todo positivos, há exemplos positivos, há exemplos muito bons e há formas de colmatar as dificuldades que a escola, felizmente, tem conseguido perante famílias que não têm conseguido.

Os alunos não terminam o 9º ano com um diploma e o senhor sabe que isso é verdade, os alunos terminam o 9º ano com uma certificação de 9 anos de escolaridade, ...

Deputado Costa Pereira (PSD): Alguns!

A Oradora: ... o que é diferente de um diploma. Estamos a falar entre profissionais e que sabem o que estão a dizer.

A um aluno é-lhe dada sempre oportunidade de mais tarde, com o apoio de uma escola, poder candidatar-se a um diploma e poder prosseguir estudos no secundário.

É importante que não esqueçamos que estes alunos foram abandonados durante anos e que têm o mesmo direito a estarem na escola como têm o direito os outros alunos que nasceram, por vezes, em berços de ouro.

Deputado Costa Pereira (PSD): Ninguém disse o contrário!

A Oradora: É de facto com orgulho que a informatização também está a ser feita nas escolas e está a ser feita no I Ciclo com o apoio dos “Magalhães”. Ter-se-ão perdido alguns pelo caminho? É verdade, pode ter acontecido, mas, sem qualquer dúvida, podemos também afirmar que o balanço é extremamente positivo e é muito gratificante e todos nós temos exemplos de alunos, por vezes mais carenciados, que nunca teriam acesso a um computador. Os seus olhos brilham quando estão com os seus computadores, nem que seja, por exemplo, a brincar inicialmente e depois pegar e utilizá-lo nas escolas.

Queiram todas as escolas, queiram todos os professores, com a formação que já foi transmitida, fazer um pequeno esforço na mudança das suas estratégias para que o resultado seja ainda melhor. É, de facto, este caminho que devemos prosseguir e que deveremos continuar nas nossas escolas.

Presidente: Sr. Deputada, agradezia que abreviasse.

A Oradora: Termino já, Sr. Presidente.

As escolas da Região precisam de todos nós, especialmente daqueles que têm responsabilidades políticas que acreditem e que continuem a criar as condições para que a escola seja, de facto, uma verdadeira escola inclusiva e que jamais se torne a pensar que esta verdadeira escola inclusiva possa ser questionável.

Este é, de facto, o querer e o trabalhar do Partido Socialista.

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação para prestar esclarecimentos.

(* **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Lina Mendes*): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à questão colocada pelo Sr. Deputado Luís Garcia, informo que não há aqui nada a esconder.

O projecto de execução da Escola Básica Integrada da Horta será entregue, de acordo com a previsão da equipa projectista, no dia 24 de Maio e após essa data é que o projecto irá para uma revisão e se houver necessidade de alterar, serão integradas as alterações e a fase de concurso para a empreitada terá de decorrer no segundo semestre do próximo ano. Ora, a colocar-se aqui verba ela não teria execução.

Tenho aqui a calendarização enviada pela equipa projectista e não há aqui nada a esconder e, portanto, se nós tivéssemos aqui a verba não teríamos tempo de a poder executar. Esse compromisso foi assumido por nós e é só uma questão de tempo.

Relativamente à questão do Sr. Deputado Costa Pereira, e como a Deputada Graça Teixeira já referiu, gostaria de questioná-lo directamente a si, porque a sua visão de educação é muito diferente da minha e da visão do Partido Socialista, embora possa haver algumas discordâncias dentro da bancada do PS.

Deputada Catarina Furtado (*PS*): *Muito bem!*

A Oradora: Gostaria que me explicasse o que temos que fazer aos alunos de 14 anos? Vamos deixá-los nas escolas do I Ciclo com os alunos de 6 e 7 anos? Vamos expulsá-los das escolas? É isso que o Sr. Deputado quer?

Deputado Rui Ramos (*PSD*): Nada disso!

A Oradora: O Sr. Deputado critica, mas não propõe alternativas.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: A nossa alternativa é uma escola inclusiva, uma escola para todos e não uma escola de elites,...

Deputado Francisco César (*PS*): *Muito bem!*

A Oradora: ... uma escola que aponte para a diferenciação curricular e não para um currículo único, daí que exista os cursos de Profis e os cursos de Oportunidade e a qualquer altura deste percurso o aluno pode entrar e sair. É uma caminhada que o aluno faz, é um encaminhamento diferente que se está a dar.

Nós temos também que diferenciar o que são conhecimentos académicos e competências. Nós trabalhamos para competências e até se tem falado estes dias na qualificação e nas competências dos açorianos.

É para aí que trabalhamos e não unicamente para os conhecimentos dos açorianos, porque uma coisa é ensinar unicamente para adquirir conhecimentos, que é um ensino de transmissão, um ensino antiquado e ultrapassado, outra coisa é uma escola virada para as competências, para o desenvolvimento das capacidades do aluno, para a sua formação integral, no sentido de formar pessoas no verdadeiro sentido da palavra.

Tenho dito.

Obrigada.

Presidente: Tem, para esclarecimentos, a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ontem utilizei 1 minuto e 40 segundos do meu tempo para lhe colocar algumas questões e, no mínimo, esperava que a Sra. Secretária tivesse respondido às questões que levantei, mas volto a repetir outra vez e é em relação aos concursos dos professores.

O PPM defende, como defende em todos os campos, a qualificação dos nossos profissionais: queremos os melhores médicos, queremos os melhores professores, queremos os melhores engenheiros e só assim é que a sociedade açoriana é que se pode qualificar.

Neste momento o sistema de concurso de professores é um sistema fechado em que praticamente é um quintal da Universidade dos Açores em que não existem outras experiências pedagógicas, não existem quem esteja a entrar no sistema com o conhecimento e qualificações diversas.

O que eu lhe pergunto é se está disponível para modificar a legislação referente aos concursos dos professores, torná-lo aberto e atractivo e atrair os melhores profissionais? É esta especificamente a questão que lhe coloco.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cláudia Cardoso.

Deputada Cláudia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Iniciámos a discussão do Plano e Orçamento para 2010, exercendo aquele que é, de entre todos, um dos mais nobres poderes desta Assembleia. No cumprimento da verdadeira democracia representativa procedemos à apreciação primeira do Plano que o Governo da Região se propõe executar. Trata-se do momento exacto da liturgia parlamentar no qual os legítimos representantes do povo ajuízam da afectação dos dinheiros públicos aos vários sectores governativos e da sua justiça relativa.

Da análise atenta do Plano e do Orçamento para 2010 pode inferir-se que se trata de um plano de continuidade e de constância. O que significa desde logo que nas circunstâncias de convulsão da actividade económica mundial em que vivemos o Governo se dispõe assegurar a manutenção do investimento público, aumentando-o mesmo em casos pontuais. Esta determinação louvável garantirá ainda que o flagelo do desemprego, ao contrário do que acontece noutras paragens, não se agigante e que o clima de confiança, consequentemente, se fortaleça.

Durante três dias de debate o Parlamento analisará estes dois documentos, que têm uma autoria que não se enjeita. Mas por serem da responsabilidade do PS não deve significar que sejam necessariamente maus para os outros partidos. As diferenças partidárias não nos devem transformar em míopes convictos, mas em propositores construtivos. Exorto-os pois a abandonarem o lamento costumeiro de que “nós não governaríamos assim”, e a certeza, quantas vezes patética, de que fariam todos, sem excepção, o seu exacto contrário.

Para os deputados do PS o que resulta é a certeza de que trabalhamos sobre documentos que privilegiam a continuidade sem esmorecer na ambição política.

Teremos a vantagem em relação à oposição de lhes conhecermos os genes, de os termos visto crescer, e de nos reconhecermos nas suas orientações globais. Porém, não nos movem assomos de paternidade partidária, mas o desenvolvimento dos Açores e o bem-estar dos açorianos.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um dos factores consensualmente aceites como motor de desenvolvimento é a qualificação duma sociedade.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exactamente!

A Oradora: A educação e a aprendizagem ao longo da vida têm um papel determinante na estratégia económica e social dos países. Na União Europeia traça-se o exacto paralelo entre os níveis de qualificação dum país e o seu desenvolvimento.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exactamente, mas não é isso que acontece!

A Oradora: Portugal está entre os países que mais investe em educação, sem que este se veja necessariamente replicado ao nível dos resultados obtidos. Assombrado ainda pelo fraco ponto de partida, com décadas de atraso em relação a outros países da União Europeia.

De acordo com o “Eurostat Regional Yearbook” de 2009 entre os indicadores que demonstram o nosso desfasamento em relação ao cenário europeu destacam-se os baixos índices de frequência do ensino secundário, que contrastam com os dos países nórdicos, a exemplo da Suécia e Dinamarca; a frequência da educação pré-escolar das crianças de 4 anos que, ao nível da UE se situa perto dos 90%, em cumprimento da meta traçada pela Comissão Europeia para 2020, mas com discrepâncias significativas entre os vários países, entre os quais se inclui Portugal; a frequência da educação superior que revela que, em 2007, 58% da população com idades entre os 20 e os 24 anos na União Europeia a frequentava, enquanto que, em Portugal, esta percentagem desce para os 30% e para menos se considerarmos as regiões.

A aprendizagem ao longo da vida definida pela Estratégia de Lisboa como forma de assegurar a contínua adaptabilidade e empregabilidade dos trabalhadores é um passo seguro neste sentido, bem como o Programa Novas Oportunidades, para que, com urgência, se alterem as taxas de participação na aprendizagem da faixa-etária dos 25 aos 64 anos. Só assim Portugal será capaz de cumprir o previsto no programa de Educação 2010 e na estratégia de empregabilidade europeia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A educação é um desígnio nacional, de sucessivos governos, mas poucos o tem concretizado com a densidade que merece e com o rigor que se exige; com a urgência que o investimento colossal no sector pressupõe e o desenvolvimento do país requer.

Portugal não deve aceitar o insucesso escolar nem a mediocridade instalada como uma fatalidade histórica, mas como um obstáculo a superar. A escola a tempo inteiro, a educação para todos só é possível com um bom sistema de apoio social, capaz de esbater as diferenças que quantas vezes criam clivagens insuperáveis nas nossas escolas e decisivas para os nossos alunos.

A qualidade do nosso sistema educativo depende do que fizermos por ele. E assenta em 5 pilares fundamentais: rigor na formação inicial de professores, criterioso acesso à carreira, enfoque nos aspectos essenciais do ensino, destaque ao ensino das matérias básicas e à respectiva avaliação, revalorização do conhecimento e do esforço. A que só depois acresce a escrupulosa definição dos tempos de aprendizagem, e a fundamental qualidade das infra-estruturas, dos equipamentos e dos materiais utilizados.

Trata-se afinal da educação enquanto primeiro factor de desenvolvimento e de modernidade. Que possibilita o prosseguimento sustentado de projectos educativos, sem alienar a importância capital da língua materna e da Matemática; que atende e valoriza a inclusão do ensino artístico, e a quem não basta ser inclusiva, mas deve ser seguramente potenciadora da igualdade. Já indagava Cícero “que maior ou melhor coisa poderemos oferecer à república, do que ensinar e instruir a juventude?”

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e o Orçamento para o sector da educação são documentos que atendem às necessidades do sistema educativo e que asseguram a manutenção do investimento dos anos anteriores em termos substantivos. A política educativa regional não esmorece no investimento em infra-estruturas escolares, nem se coíbe de o reforçar ao nível do seu fundamental apetrechamento. Assegurando ainda o investimento ao nível da formação profissional, reforçando-o no apoio social aos alunos, na consolidação do currículo regional e na implementação de projectos pedagógicos, de entre os quais se destaca a avaliação do sistema educativo regional.

A política educativa nos Açores, ao longo dos últimos anos, desenvolveu-se em cumprimento de objectivos prioritários que estão, na sua esmagadora maioria, hoje ultrapassados pelo que urge encetar novos objectivos que complementem a excelente rede infra-estrutural que já possuímos. De acordo com o já definido nas OMP devemos avançar para o apetrechamento das escolas da Região com uma rede de informação em linha; garantir o acesso directo das escolas, por via informática, aos catálogos das bibliotecas regionais; pôr em prática o trabalho desenvolvido pelas equipas que conceberam o currículo regional; e consolidar o processo de avaliação externa das escolas. A execução destas medidas constituir-se-á como um segundo patamar do desenvolvimento do sistema educativo regional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento global no objectivo **“Melhorar as Qualificações e as competências dos açorianos”** é de 194 milhões de euros, correspondendo a 24% do total do Plano, o que representa um crescimento de 22,5 milhões de euros (6,6%) em relação ao Plano para 2009, e equivale a 24,6% do valor previsto nas Orientações a Médio Prazo.

Este objectivo compreende 7 programas, sendo que o primeiro, «Desenvolvimento das infra-estruturas educacionais e do sistema educativo», é um dos mais bem dotados, num montante que ascende a 58,8 milhões de euros. Este investimento revela uma intenção clara de continuar a dotar todos os concelhos da Região com infra-estruturas educativas de qualidade, e que deve ser necessariamente cruzada com o facto de estarem ainda em fase de conclusão diversas obras. Este esforço

que traduz o cumprimento escrupuloso dos compromissos eleitorais assumidos em muitas ilhas dos Açores e do previsto na Carta Escolar.

O projecto «**Construções escolares**» dispõe de uma dotação na ordem dos 39,3 milhões de euros e contempla investimentos significativos como sejam as acções «Reparação e adaptação ao ES da EB 2,3 Vila Franca do Campo» com 4,7 milhões de euros, a «Construção da Escola Básica 1,2,3/JI de Ponta Garça» com 8,6 milhões de euros, a «Construção da Escola Básica 2,3 Francisco Ferreira Drumond», na ilha Terceira, com 6,6 milhões de euros. Estes investimentos perfazem um esforço superior a 20 milhões de euros, num crescimento de 17% relativamente ao Plano para 2009, e que denuncia a aposta persistente do Governo na melhoria da rede escolar.

A par destas avançarão as empreitadas das Escola Básica e Secundária de Velas, em S. Jorge, e da Escola Básica e Integrada de Água de Pau, em S. Miguel, acompanhadas da requalificação de parques desportivos em diferentes escolas dos Açores.

No âmbito do mesmo programa destaca-se o projecto «**Equipamentos escolares**» com uma dotação de 2,5 milhões de euros, correspondendo a um aumento de 700 mil euros, cerca de 39% relativamente ao Plano para 2009, na reconfirmação de que também por esta via se promove o sucesso educativo.

Outra condição indissociável da promoção da escola inclusiva é o apoio social aos alunos que tem a correspondente dotação orçamental neste Plano, na ordem dos 11 milhões de euros, a que acresce o cumprimento do disposto na recém-publicada Portaria n.º 95/2009, de 11 de Novembro, que assegura a distribuição de frutas e legumes pelas escolas do 1º ciclo.

Destaco ainda a criação de um novo percurso curricular de recuperação da escolaridade, como forma de promoção da escola inclusiva. A criação do **Programa Oportunidade** de nível I tem o intuito de recuperar alunos que sistematicamente não completam o 1º ciclo com aproveitamento e que tenham perfeito 10 anos até ao início do ano escolar seguinte. Estes alunos terão condições de ensino reforçadas, estarão inseridos em turmas mais pequenas e serão

acompanhados por dois professores em cada disciplina. Esta medida permitir-lhes-á, pelo prosseguimento duma matriz curricular específica, o acompanhamento dos alunos da mesma faixa etária, já integrados numa escola do 2º ciclo. No entendimento de que o ensino tem a obrigação de acompanhar os menos favorecidos e de lhes apresentar percursos alternativos, não sendo razoável retê-los sem lhes proporcionar ajudas especiais e vias alternativas, porventura mesmo que menos exigentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estamos perfeitamente conscientes do que nos falta fazer na educação da Região, mas estamos seguros de que fomos capazes de inovar e de desenvolver o sistema educativo regional. Não reduzimos porém a política educativa a um mero caderno de encargos, nem alocámos o investimento em educação do lado da despesa. O sucesso destas medidas colhe o aplauso nacional e mesmo a sua réplica. E exceptuando o período sombrio em que o PSD/CDS governaram na República teve uma aplicação ajustada. Não descuramos erros de percurso nem enjeitamos responsabilidade nos insucessos, mas temos orgulho do muito que fizemos bem e a bem dos açorianos!

O sentido de voto de alguns dos partidos da oposição está condicionado. Depende da aprovação das suas propostas de alteração, como se apenas pela inclusão destas se pudesse transformar o que é mau, na sua opinião, em algo de bom. Arredios, os partidos da oposição não mudam a mão Plano após Plano. Mas é aqui neste parlamento o lugar onde o debate acontece e os votos se fundamentam. Já não basta vender banha da cobra na véspera das eleições ou prometer a propositura a que depois aqui se furtam. O PSD repescou as ideias do debate anterior que o mofo não foi capaz de corroer, e poliu-as com novo fôlego. Mas não basta! As propostas de alteração hão-de fazer a cosmética conveniente da sua participação, mas serão incapazes de disfarçar o incómodo.

No Parlamento mais colorido de sempre o arco-íris empalidece e definha a cada dia. As promessas de iniciativa são afinal projectos avulsos. Uns inúteis, outros megalómanos. Uns despropositados, outros irrealistas. Sem peso nem medida. E

nem mesmo o PSD, que tem especiais responsabilidades como partido com vocação de governo, se parece preocupar com a demagogia vendida à resma.

Este novo PSD tem maus figados e péssimo perder. Desdenha das iniciativas do Governo, escarnece do cumprimento das suas prioridades. É desavindo por princípio, e ressabiado por convicção! Tudo o que vem do Partido Socialista não parece vir por bem. É um PSD de algibeira, traz no bolso uma tirada agressiva e um punhado de números. E critica o povo que nos escolheu. Dirão sem peias que somos do piorio. Excomungarão o betão e lamentarão o investimento, com espírito de empreiteiro zeloso ou de ourives entretido com o miligrama, até esquecer de que cor era verdadeiramente a pedra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): É só ataque pessoal!

A Oradora: Nós não nos assustamos com o betão, mas sabemos como pode ser insuficiente. Queremos obra e queremos resultados!

O caminho que fazemos é seguro e determinado. Com os alunos no centro das nossas preocupações. Porque o futuro se constrói hoje em muitas escolas desta Região. A matéria de que é feito seca com a inexorável passagem do tempo. A acção é urgente, a determinação uma inevitabilidade! Há dois milénios atrás os gregos e os romanos já haviam descoberto que os alunos deviam ser o fulcro do ensino. Cabe-nos hoje persistir nesta evidência!

O nosso desenvolvimento depende da qualificação da nossa população. Todos os dias, em muitos lugares, centenas de docentes e milhares de crianças encontram-se para aprender. Aos políticos cabe a suprema responsabilidade de criar as condições ideais para que este encontro seja bem sucedido. Exigir menos do que isso não serve! Cabe-nos a todos, sem excepção, fazer mais e fazer, sobretudo, melhor!

Disse.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Parecendo não haver inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional de Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(Neste momento o Sr. Secretário, Deputado Cláudio Lopes, foi substituído na Mesa pelo Sr. Deputado Mark Marques)

Secretário Regional de Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente):

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No plano de 2010 o Governo dos Açores continua a apostar em muitas realizações nas áreas científicas e tecnológicas sempre com o objectivo de rentabilizar os recursos aplicados e de elevar a produção económica a outros patamares de qualidade e diferenciação.

Como temos defendido queremos promover a Região não só uma Região que conceptualiza, mas também uma Região que operacionaliza. Quer dizer, uma Região integrada em redes pensantes e inteligentes à escala global e, sobretudo, europeia, mas que consegue encontrar soluções científicas para as nossas especificidades, através de políticas glocais, ou seja, que entendem global e também local.

São vários os projectos e medidas que a seguir abordamos reflectem esta nova dimensão:

Como sabem, os Açores integram, desde o dia 14 de Abril de 2008, a direcção da Associação NEREUS, associação que representa a Rede das Regiões da Europa Utilizadoras de Tecnologia Espacial.

Esta Associação foi criada com distintos propósitos:

- Garantir que as Regiões da Europa tenham um papel importante na elaboração e desenvolvimento de programas espaciais europeus;
- Promover e favorecer a cooperação entre as regiões dos estados membros para o desenvolvimento de projectos comuns para satisfazer e suportar as necessidades dos utilizadores nos serviços espaciais, fornecidos por programas da União Europeia.

Esta Associação opera ao nível político, através de contactos entre as regiões, as instituições europeias e a Agência Espacial Europeia (ESA), e, ao nível operacional, com a troca de experiência e de investigação entre os territórios que a integram.

A participação açoriana em projectos com recurso a Tecnologia Espacial, está identificada como RUTE: Região Utilizadora de Tecnologia Espacial.

O Governo dos Açores tem-se empenhado com persistência, sentido da nossa dimensão e potencialidades, com vista a criar um «cluster» ligado a este tipo de tecnologia e vários são os projectos em que participamos e dinamizamos, desde logo o mais conhecido, a **Estação de Santa Maria da ESA**: Estação de Rastreo e de Observação na Terra, onde já funciona, e pouco conhecem isto, o **Centro Nacional de Vigilância Marítima do Atlântico** que é um importante pólo de garantia de soberania do nosso País, para além das virtualidades científicas e tecnológicas associadas à segurança das nossas águas e de outros países que solicitam dados recolhidas pelas imagens do satélite que desempenha uma função importante no “footprint” que consegue desde o nordeste dos Estados Unidos até Cabo Verde e ao Mediterrâneo.

Também gostaria de aqui referir a **REPRAA**, Rede de Estações Permanentes da Região Autónoma dos Açores que já permite a mais de 100 utilizadores nos Açores o acesso pela internet a trabalhos de georeferenciação indispensáveis por exemplo para a elaboração de diversos tipos de projectos, que requerem o rigor possível pela utilização desta rede interoperativa baseada nos dados obtidos por GPS. Somos a décima nona região do mundo que utiliza este tipo de rede.

Por outro, lado foi anunciado um outro projecto fundamental para os Açores, que é pertencermos à Rede Atlântica de Estações Geodinâmicas Espaciais que na nossa Região se desenvolverão nas Flores e em Santa Maria com, sobretudo, valências ligadas ligadas à radioastronomia e geodesia. É um projecto que vai ser desenvolvido com o Instituto Geográfico Nacional da Espanha e que também constitui uma nova mais valia para a Região.

Temos vários projectos em que apoiamos o DOP, **na área da Oceanografia**, que projectam também a Região no âmbito desta dinâmica que estamos a criar para os Açores em matéria do sistema científico e tecnológico.

Há outros projecto em cursos e que já estão a funcionar como os **Projectos na área do Clima e Meteorologia**, nomeadamente aqueles que se referem à Medição da Radiação Atmosférica ARM no caso da Graciosa e o também um outro projecto que está em desenvolvimento, o chamado PicoNare onde de desenvolverão estudos climatológicos em altitude, na Ilha do Pico)

Gostaria ainda de referir o **Projecto Europeu ENERGINIC - EUROPEAN NETWORK REGIONAL GEOSPATIAL INFORMATION - Rede de Centros Regionais Europeus de Informação Geoespacial Europeia** - que tem como principal objectivo a criação de uma Rede Europeia de Centros Regionais de Informação Geográfica e de Dados Espaciais que entre as regiões aderentes ao consórcio partilharão entre si experiências e boas práticas na aplicação da chamada directiva INSPIRE, directiva que acaba por normalizar muitos dados referentes à questão cartográfica e de georeferenciação. Esta rede permitirá, por exemplo, que cada Região possa aceder aos vários tipos de plataformas de informação geográfica das outras Regiões.

Ainda o **Projecto Europeu DORIS - Downstream Observatory organised by Regions active In Space**, projecto que inscreve serviços ligados ao Global Monitoring Environment and Security (GMES) organizado por Regiões activas na rede NEREUS, estimulará nos diferentes actores (Empresas, Centros de Investigação, Universidades e Sector Público) a inventariação e aquisição de competências relativas a novos serviços e produtos com recurso à tecnologia espacial dinamizando a economia de cada região participante no projecto. A participação da Região neste consórcio é fundamental para adquirir novas competências e consolidar o rumo para o futuro da estratégica operacional na no âmbito desta rede importante, que depois estará ligado a um projecto mais conhecido chamado GALILEU.

Também gostaria de referir aqui o chamado **Projecto Europeu Corine: Cartografia land Cover**, cujo objectivo principal é a produção de cartografia de

ocupação e estudo de alterações do solo para a Europa. Os Açores aderem a este projecto europeu em parceria com o Instituto Geográfico Português (IGP). Neste âmbito, elaborar-se-á a produção de cartografia do solo dos Açores desde 1990, com recurso a imagens de satélite.

No que respeita à melhoria das acessibilidades às Tecnologias de Informação e Comunicação continuaremos a incrementar, a implementar e a promover os chamados Espaços TIC na Região (hoje já apoiamos mais de 70) onde isso ainda se justifique como meio de acesso à população em geral e daremos novas valências ao chamado InfonetMovel que, como sabem, são viaturas que se deslocam na Região e que a partir de agora terão novas valências, nomeadamente em áreas de laboratório e de divulgação científica para as crianças.

A internet tornou-se hoje um instrumento de democratização da nossa sociedade garantindo um potencial de interação entre cidadão e instituições de modo a aplanar barreiras e obstáculos burocráticos. Foram governos do partido socialista que iniciaram esta caminhada de modernidade e estamos certos que nesta fase em que se assiste a uma evolução positiva na concretização de programas e projectos no domínio da ciência, tecnologia e comunicações, designadamente, o Açores digital, o Projecto escolas Digitais, o Projecto de Apoio à Comunicação e Integração de Cidadãos com Necessidades Especiais entre outros. Continuamos, portanto, a manter estes projectos e estamos a realizar alguns já conhecidos que vão democratizar mais ainda o acesso à internet como o chamado Projecto Internet sem fios a funcionar em todas as ilhas da coesão, que já são também uma realidade, com o objectivo de disponibilizar de forma gratuita, o acesso à generalidade da população, a Sociedade da Informação e do Conhecimento. Flexibilidade, mobilidade e facilidade ao acesso desta tecnologia são para nós factores decisivos para alargar e promover estas ferramentas nas nossas ilhas, garantindo-se a revitalização e dinamização de espaços públicos, a criação de novas valências e oportunidades para os cidadãos residentes, visitantes e mundo empresarial. Estamos assim a fortalecer a esfera pública virtual densificando a estrutura comunicacional entre as pessoas, as empresas e as instituições,

diminuindo barreiras digitais e promovendo deste modo um novo acesso comunitário às novas tecnologias de informação e comunicação.

Este projecto tem também forte ligação à política de desenvolvimento da Sociedade do Conhecimento definida na Estratégia de Lisboa que reconhece a importância da adopção de políticas pró-activas, para responder às profundas mudanças tecnológicas em curso, dado que a convergência digital de serviços, redes e equipamentos ligados à sociedade da informação e aos media é uma realidade cada vez maior no dia a dia. Aliás esses aspectos foi convenientemente integrado e consagrado nos objectivos das nossas orientações regionais inscritos no PROCONVERGÊNCIA no nosso Programa de Governo onde se garante o reforço do investimento e no desenvolvimento das ilhas da coesão, para a redução de assimetrias e convergência da igualdade de oportunidades.

Em outras áreas gostaria ainda de referir que na Cartografia concluímos a cobertura total de ortofotos à escala 1/5000 da Região, com voos aéreos efectuados entre 2004 e 2008.

No âmbito do projecto “Cartograf”, do Programa de Cooperação Transnacional – Madeira-Açores-Canárias, PCT – MAC, iniciou-se o procedimento para a execução do voo aéreo, já em digital, da Ilha Terceira com vista à actualização dos ortofotos existentes de 2004 e à realização da cartografia 1/5000 vectorial da mesma, prevendo-se que o voo venha a decorrer na próxima Primavera.

Efectuou-se a cartografia 1/5000 vectorial da Ilha de S. Miguel em parceria com as Câmaras Municipais.

Está em fase de conclusão a cartografia vectorial 1/5000 das Ilhas de Santa Maria e Graciosa.

Até ao final do corrente ano já estará disponível a carta 1/50 000 actualizada da Ilha de S. Miguel, pois a existente actualmente, herdada do Instituto Geográfico Português, é datada da década de 70.

Prevê-se no próximo ano efectuar as actualizações das cartas 1/50 000 das ilhas de Santa Maria, Graciosa e Corvo, através do processo de generalização da cartografia 1/5000 vectorial efectuado no corrente ano.

Como se sabe esta trajectória de investimento na cartografia digital dos Açores já permitiu, por exemplo, e isto é fundamental numa Região como a nossa a disponibilização dos ortofotos de várias ilhas aos conhecidos programas Google Earth e Virtual Earth da Microsoft.

No âmbito das novas competências em matéria de cadastro, após a regionalização da Delegação do Instituto Geográfico Português em Ponta Delgada, já efectuámos a conservação do cadastro da propriedade rústica regional, onde ele se encontra em vigor e no início do próximo ano será apresentado um estudo com vista à entrada em vigor do cadastro predial de Santa Maria.

Ao nível da informação geográfica destacamos ainda o projecto “GeoCid” (disponibilização de informação Geográfica de Cidadania), do Programa de Cooperação Transnacional – Madeira-Açores-Canárias, PCT – MAC, está a dar os seus primeiros passos na implementação do Portal para a visualização e disponibilização da informação cartográfica existente da RAA, prevendo-se a sua disponibilização ao público durante o próximo ano.

A “IDEIA – Infra-estrutura de Dados Espaciais Interactiva dos Açores”, constitui um projecto na área dos sistemas de informação geográfica - SIG, que tem como principal objectivo o desenvolvimento e a gestão de uma infra-estrutura de dados geográficos (SDI – Spatial Data Infrastructures) de referência para a Região Açores.

Esta infra-estrutura para além de incluir a plataforma já existente do Governo, o Geo@çores, pretende alargar, numa primeira fase, o seu âmbito aos Institutos públicos, à Universidade dos Açores, aos Municípios da Região Autónoma, podendo no futuro abranger todas as entidades utilizadoras de sistemas de informação geográficas.

Outra área que estamos a apostar e que é fundamental nesta caminhada de qualificação do povo açoriano, mas também de novas oportunidades para as empresas, são as Bolsas de Investigação Científica nos Açores que representam uma fundamental nesta caminhada.

Desde 2007, tem havido um número crescente de contratos de Bolsa estabelecidos.

Note-se por exemplo que, no final de 2007, tínhamos 18 contratos estabelecidos, divididos por 7 Pós-dout, 11 Doutoramentos e 10 Bolsas para técnicos de Investigação

No final de 2009, a concretizarem-se todos os contratos colocados a Concurso, este número será quatro vezes superior àquele que se verificava em 2007. De salientar, igualmente que ao longo do tempo, o Governo Regional tem vindo a diversificar a sua oferta, no que respeita às tipologias de Bolsas a atribuir, sendo que é de relevar o lançamento de um Concurso para 67 Bolsas de Iniciação à Investigação Científica, lançado pela primeira vez este ano e que tem como principal objectivo incentivar os jovens desde cedo para a ciência e para uma hipotética carreira nas áreas da Investigação.

Anualmente, o investimento em bolsas anda à volta de 2.000.000 euros que o Governo Regional investe neste tipo de bolsas.

Actualmente os Projectos financiados no âmbito de Bolsas de Investigação, contemplam um leque muito diversificado de áreas científicas ligados a vários domínios da Ciência como sejam a vulcanologia e sismologia, a oceanografia, a biotecnologia, as ciências agrárias, ciências da saúde e as ciências sociais e humanas.

Inclusive, a política do Governo nesta área tem sido a de financiar bons projectos, independentemente da área científica, uma vez o contributo da investigação de excelência em todos os domínios científicos é de fundamental importância para o desenvolvimento sustentável que se pretende para a Região Autónoma dos Açores. Aliás, o Sistema Científico e Tecnológico Regional já integra um conjunto apreciável de unidades de investigação acreditadas e de um conjunto de infraestruturas tecnológicas que como são os diversos observatórios que se religam com objectivos claros investigação, divulgação, inovação ligadas à economia real como factores decisivos para a nossa competitividade. Aliás, é justo dizê-lo, passámos de um tempo retrógrado e analógico que representava um verdadeiro buraco negro digital para uma sociedade que utiliza desde as mais baixas idades as Novas Tecnologias de Informação e Comunicação. Hoje até já falamos naqueles

que utilizam de um amaneira muito fácil os computadores, desde tenra idade, os chamados nativos digitais,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Toda a gente sabe isso, Sr. Secretário.

O Orador: ... mas também temos nos Açores muita gente que, utilizando as novas tecnologias e sendo imigrantes digitais, têm também essas ferramentas aos seus dispor e intregam-nos no seu trabalho e na sua vivência quotidiana.

Por fim, queremos ainda destacar em matéria de Ciência, Tecnologia e Comunicações outras medidas e acções:

- Elaboração do Projecto de execução da empreitada de construção do Planetário no Concelho da Ribeira Grande, junto ao Observatório Astronómico de Santana. Início da obra em final de 2010, estrutura terá capacidade para cerca de 70 pessoas.

- Criação de mais um Centro de Ciência, o Observatório Microbiano dos Açores, no Concelho da Povoação, mais precisamente na Freguesia das Furnas.

Estamos com este projecto a admitir que é com base numa linha coerente e estrategicamente pensada para os Açores em matéria de ciência e tecnologia que poderemos também contribuir para qualificar o emprego e para termos, porque não, empresas que tragam mais valia para a Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Sras. e Srs. Membros do Governo:

O sistema viário regional, depois do maior investimento de sempre na história da Autonomia realizado após 1996, vai a partir de agora focalizar-se na manutenção das actuais infraestruturas e, estamos já a lançar novas medidas de integração paisagística onde a renovação de plantio das estradas regionais e o arranjo de sobras e construção de miradouros serão agora novas prioridades. Naturalmente, que ainda temos compromissos que vamos cumprir nesta legislatura onde gostaria destacar os investimentos que estão inscritos no Plano, nomeadamente para a Ilha das Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos próximos dois anos, alargaremos o Projecto “Escola Segura” que abrangerá todos os níveis de ensino e será extensível a todas as escolas da região. Este

projecto terá como principais objectivos sensibilizar, prevenir e educar os alunos, através do carácter transdisciplinar das suas actividades e conteúdos, por forma a que estes sejam sujeitos activos na educação para uma cultura segurança.

A utilização de recursos pedagógicos desde o teatro às novas tecnologias para a educação será complementar à consciencialização de que a protecção civil é uma tarefa de todos, apelando ao dever cívico enquanto cidadãos.

Este Projecto está orçado em mais de 400 mil euros e que será desenvolvido a partir do próximo ano.

Também até finais de Janeiro concluiremos a montagem do Centro de Coordenação de Emergência que englobará a Estação Açor, a Linha de Saúde Açores e o 112 regional. Estamos desta maneira a reforçar a intervenção junto da população, garantindo sempre mais e melhor segurança, uma vez que, como se sabe, estão já grande parte das infraestruturas concluídas e os equipamentos dos Bombeiros da Região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano de investimentos da SRCTE para 2010 assume os compromissos do Governo com arrojo e inovação, através de investimentos que projectam e que querem projectar os Açores para fora das suas fronteiras, integrando novas dimensões, por exemplo, científicas e tecnológicas que contribuem e vão contribuir, acredita o Governo Regional e acreditam os açorianos, para um novo sustentáculo um novo sustentáculo da nossa economia e do nosso desenvolvimento colectivo.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos os Srs. Deputados Cláudio Lopes, Francisco Álvares e Mário Moniz.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(* **Deputado Cláudio Lopes (PSD)**): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, ouvi atentamente o seu longo discurso, quase que foi exclusivo na área da ciência e tecnologia e pouco ou nada falou sobre infraestruturas da rede regional do Serviço de Protecção Civil relativamente a quartéis de bombeiros e era exactamente sobre isso que gostaria de lhe colocar uma pergunta.

O quartel de Bombeiros das Lajes do Pico foi inaugurado há 13 anos por V. Exa. e já no discurso de inauguração V. Exa. reconhecia a exiguidade daquelas instalações para bem servir as necessidades da Associação de Bombeiros naquele Concelho.

Este quartel carece de espaços funcionais para viaturas e equipamentos e também de novas camaratas, em particular para o corpo feminino dos bombeiros daquela Associação.

Apesar desta acção já ter aparecido em Planos anteriores e desaparecido noutros e apesar de ela ser promessa eleitoral do PS, não há qualquer referência a esta obra.

Temos conhecimento que a direcção daquela Associação tem um projecto licenciado pela Câmara Municipal há mais de um ano e que o mesmo projecto foi enviado ao Serviço Regional de Protecção Civil.

Pergunto-lhe, Sr. Secretário, para quando podem os Bombeiros das Lajes do Pico contar com instalações mais condignas à tão nobre tarefa que é prestar socorro às populações do Concelho das Lajes do Pico?

Uma segunda questão tem a ver com repavimentação de estradas regionais na ilha do Pico.

A dotação financeira que aparece no Plano nesta vertente é a pior de todas as ilhas dos Açores. Aparece uma verba residual de 125 mil euros para a ilha do Pico.

A repavimentação da longitudinal da ilha do Pico, para além de ser uma promessa para esta legislatura, é uma necessidade permanente e premente e 2010 é já o segundo ano desta legislatura e não se vê, no entanto, qualquer referência a essa obra neste Plano.

Gostaria, Sr. Secretário, de saber para quando está prevista esta intervenção?

Também no parecer do Conselho de Ilha da Ilha do Pico há uma proposta relativa à Variante da Madalena e peço ao Sr. Secretário que se pronuncie, se tiver oportunidade, também sobre esta obra, agradecendo, desde já, antecipadamente as suas respostas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) **Deputado Francisco Álvares (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Ciência, Tecnologia e Equipamentos referiu há bocadinho que a Protecção Civil é uma tarefa de todos. É bem verdade, digo eu, mas provavelmente com maior responsabilidade de alguns, em particular daqueles que têm responsabilidades governativas.

Eu digo isto a propósito do Concelho da Povoação que, como toda a gente sabe, tem um histórico de tragédias, particularmente significativo, com, infelizmente, perda de várias vidas humanas e bens materiais.

Deputado José San-Bento (PS): Estamos quase a chorar!

Deputado António Marinho (PSD): Não brinque com isso.

O Orador: Diria mesmo que é provavelmente um dos Concelhos de maior risco da Ilha de S. Miguel.

Deputado José San-Bento (PS): Isso era quando o senhor era Presidente da Câmara!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Coisa que o senhor nunca vai chegar a ser.

O Orador: Por isso, Sr. Secretário, relativamente a esta questão, esta responsabilidade convoca o Governo Regional para a implementação de medidas e de obras que são fundamentais, por um lado para a prevenção e minimização desses mesmos riscos e, por outro, são igualmente fundamentais num Concelho como a Povoação, porque são elas próprias potenciadoras do próprio desenvolvimento económico e social destes concelhos mais periféricos.

Não se percebe, pois, Sr. Secretário, que, para além de um conjunto de obras, há muito tempo assumidas e prometidas por este Governo Regional, não aparecerem

neste Plano, outras que já nele figuraram, tenham, como que num passo de mágica, desaparecido completamente e refiro-me em concreto ao Quartel dos Bombeiros da Povoação, já inscrito em Planos anteriores e que desapareceu completamente, sendo que V. Exa. sabe que esta é uma velha aspiração dos Bombeiros da Povoação e que é um quartel particularmente necessário, dadas as exíguas condições que o actual possui.

Mas para além disso, Sr. Secretário, não vejo aqui qualquer referência à estrada Furnas/Povoação, a esse troço de estrada assassino que já vitimou algumas pessoas e que o senhor a algum tempo atrás prometeu ufanamente um túnel que ligaria estas duas localidades.

Aliás, ainda há bocado, dessa mesma forma, se referia aqui àquele que é o melhor plano viário de S. Miguel. Seguramente que até poderia sê-lo se efectivamente o Concelho da Povoação não fosse o filho deserdado desse mesmo Plano.

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Deixe-me dizer-lhe ainda, Sr. Secretário, não por mau comportamento do filho, mas provavelmente por mau feitio do pai.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E porque não dizer da exígua verba que é atribuída à já velha estrada dos Arrastadouros, para não falar, obviamente, em questões que também têm a ver com protecção civil e segurança, como são os portos e a escola da Povoação.

Mas, Sr. Secretário, para além da importância, como disse, no âmbito da protecção civil, Concelhos como a Povoação e o Nordeste carecem destes investimentos de uma forma muito especial, caso contrário este modelo de desenvolvimento, que privilegia o investimento nos grandes centros, é um modelo de desenvolvimento que não servem estes Concelhos e, se calhar, melhor seria ter-lhe atribuído o estatuto das “Ilhas de Coesão”.

Sr. Secretário, ao analisar este Plano nota-se perfeitamente que o território da Povoação muito provavelmente estaria sobre um eclipse total quando o Plano foi feito.

Deixe-me que lhe diga, Sr. Secretário, que isto é particularmente injusto para os povoacenses, até pela generosidade que eles têm demonstrado para com o Partido

Socialista, e é tanto injusto, porque este Plano não respeita nem dignifica os povoacenses, antes, pelo contrário, trata-os com desdém.

Por isso, as minhas perguntas concretas são estas, Sr. Secretário:

Para quando os povoacenses poderão almejar um novo quartel dos bombeiros e para quando os povoacenses poderão ver essa luz ao fundo do túnel, que o senhor já há muito tempo anunciou?

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Deputado José San-Bento (PS): Já vêm desde as últimas autárquicas!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação enuncia diferentes vertentes de investimento e define diferentes eixos, correspondentes a diversas intervenções no âmbito da ciência e da tecnologia.

De forma muito sucinta verificamos que o investimento feito nos programas que visam promover a excelência tem vindo a diminuir em percentagem ao longo dos anos.

Face a esta situação agradecemos que nos esclareça:

Como pensa o Governo fomentar a criação de mais emprego científico na Região?

Como pensa o Governo garantir a qualificação e a integração de investigadores?

Seleccionados por concurso público? Afectos a diferentes instituições e com contratos estáveis?

Finalmente está o Governo a privilegiar as infraestruturas, embora necessárias, em detrimento da fixação de massa cinzenta?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr.

Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, duas questões muito simples:

A primeira relativamente à Via Rápida Angra/Praia, que felizmente já foi inaugurada e já está a funcionar, como V. Exa. sabe ainda não está iluminada nos pontos onde estava previsto iluminação e como V. Exa. também sabe, sobretudo nas rotundas, tem causado alguns acidentes.

A pergunta concreta é: Para quando a iluminação da Via Rápida Vitorino Nemésio Angra/Praia, já que tem provocado acidentes e diminuído a segurança rodoviária, que é um desígnio do Governo dos Açores?

A segunda pergunta, também ela simples e directa, tem a ver com o Quartel de Bombeiros de Angra.

Devo dizer-lhe que, discordando nós quanto à sua localização e já aqui manifestamos por várias vezes a nossa opinião que não deveria ser ali, agora vemos neste Plano que é um novo Quartel de Bombeiros e eu gostaria de saber se é um quartel novo ou se é uma ampliação ou remodelação e em que fase está o processo, pelos vistos em tribunal, da construção do novo quartel ou da remodelação ou ampliação do actual?

Porque o ano passado era uma ampliação por sugestão da Direcção dos Bombeiros de Angra do Heroísmo e agora é um novo quartel, eu gostaria de saber se a sugestão de remodelação da Direcção não foi tida em conta? Como parece que vai ser novo, para quando é que o Governo prevê o início da obra?

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais inscrições, tem a palavra para prestar esclarecimentos o Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

(*) Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos (José Contente): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Cláudio Lopes colocou-me uma questão sobre o Quartel dos Bombeiros das Lajes do Pico e eu já tive oportunidade de dizer isso em Comissão e volto a reafirmá-lo: o Governo neste ano de 2010 não priorizou esta intervenção. Ela há-de ser realizada durante esta legislatura, mas nós tivemos outras prioridades em relação a essa acção e, portanto, ela não será feita em 2010, mas será executada nesta legislatura.

De resto, o programa da Protecção Civil, devo dizê-lo, teve um aumento de 35%, o que reflecte também um cuidado do Governo, ao longo de todas as últimas legislaturas desde 1976, de ter passado, na altura, de uns míseros 250 mil contos, para um milhão de contos a partir daí, ou seja, para 5 milhões de euros e temos vindo a ter esse cuidado e essa aposta crescente.

O mesmo se pode dizer em relação às estradas do Pico. Aliás, as estradas do Pico são mesmo o paradigma do que era a rede viária dos Açores antes e depois.

Nós nas estradas do Pico fizemos intervenções em 140 km nos últimos anos, investindo mais de 26 milhões de euros. Aliás, falar hoje nas estradas do Pico é um pouco mais admitir o que está feito, felizmente, do que falta fazer.

Mas a obra da longitudinal, e só essa, é que é um compromisso eleitoral desta legislatura e nunca foi falada, em circunstância alguma, a Variante da Madalena e nem tem, quanto ao Governo, nenhuma importância prioritária na rede viária da Ilha do Pico.

Gostaria também de dizer ao Sr. Deputado, recém-chegado, que o Quartel de Bombeiros da Povoação só pode ser iniciado depois do projecto estar pronto e o projecto foi-nos apresentado já no final deste ano, está em análise, mas é um compromisso do Governo Regional de o financiar.

Também quero dizer-lhe, para que fique claro, outra coisa: são as Associações Humanitárias de Bombeiros, como entidades públicas de direito privado, que lançam os processos, arranjam a fiscalização, respondem pelos problemas burocráticos ou jurídicos de toda a tramitação que, entretanto, decorre. Isto serve também para responder à questão do Quartel de Bombeiros de Angra.

Ao Governo Regional cabe-lhe a função, naturalmente, de fiscalizar as verbas que financia e cabe-lhe também algum apoio técnico quando ele é pedido, mas esse não é um processo conduzido pelo Governo Regional. O Governo garante o financiamento quando considera que, de facto, está em causa uma obra prioritária.

Por isso, sem querer deixar de responder já a seguir à pergunta do Sr. Deputado Artur Lima, queria deixar esta nota, porque ela serve também a questão do Quartel de Bombeiros da Povoação, que será naturalmente financiado quando o projecto,

que entrou no final deste ano, for analisado e for visto sob o ponto de vista da sua operacionalidade e das características que ele contém.

Em relação à estrada dos Arrastadouros também já foi dito que é um projecto conjunto entre a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas e a Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos, cabendo uma parte da construção de algumas pontes e viadutos à SRCTE e o rasgar do caminho à SRAF, mas é um processo que está em curso, tendo sido já lançado o concurso para a primeira ponte e, portanto, será desenvolvido também nesta legislatura.

Aliás, nós consideramos que a visão do Sr. Deputado Francisco Álvares é redutora em relação ao Concelho da Povoação quando se circunscreve a dois ou três projectos que até já estão em curso.

Em matéria de acessibilidades à Povoação, nós já esclarecemos várias vezes este assunto.

A questão da ligação entre as Furnas e a Povoação nunca ninguém prometeu túnel nenhum, o que se disse foi que havia estudos técnicos que apresentavam como solução para aquele troço de estrada, por exemplo, diversas variantes de túneis ou de outras rectificações que aquela estrada deveria ser feita.

Ao longo desta legislatura o Governo tomará a decisão que entender mais consentânea com a garantia da segurança daquela e de outras estradas, nomeadamente de uma que tem sido falada há muito tempo que é a estrada para a Ribeira Quente e que devo adiantar também que, hoje em dia, já o dissemos várias vezes, tem uma configuração muito diferente do que à data de 1997 quando ocorreu lá aquela catástrofe.

Hoje a Ribeira Quente, felizmente, é mais segura, mas é mais segura pelo grande investimento que o Governo Regional fez lá, superior a 25 milhões de euros na actual estrada regional que tem tido um comportamento de maior segurança ao longo dos últimos invernos, das grandes obras na Ribeira da Ribeira Quente em matéria de consolidação dos taludes, num novo ordenamento na própria freguesia com a nova marginal, um heliporto que também aumentou como factor de segurança e o novo porto que é também mais um factor de segurança acrescida que não havia nesse tempo e não abandonamos naturalmente aquilo que já foi dito

como situação alternativa. Ela tem neste momento, e o Sr. Presidente do Governo também já o anunciou, uma nova decisão de se fazer um corredor de segurança, passando pelo Agrião para dar mais essa alternativa, porque achamos fundamental, mas também devemos dizê-lo, que nos Açores há muitas outras localidades que só têm um corredor alternativo para poderem ter, de facto, essa possibilidade.

Nós entendemos que é importante resolver também, dentro de recursos razoáveis, esta prioridade.

Depois gostaria de dizer também ao Sr. Deputado Mário Moniz que o Governo Regional não é responsável pelo emprego científico na Região Autónoma dos Açores, o Governo procura, e tem-no feito, promover esse emprego científico, nomeadamente com o forte investimento que tem feito na Universidade dos Açores e com as bolsas que são as melhores do País e do que muitas regiões da Europa e é por isso que nós temos bolseiros de muitos lados da Europa, incluindo também o território nacional.

Portanto, o Governo Regional tem feito esse esforço e continua a ser feito no âmbito do sistema científico e tecnológico regional, mas todas as bolsas, desde os pós-doutoramento aos doutoramentos, os mestrados, às bolsas de investigação para jovens licenciados são, em termos de comparticipação financeira, as melhores do País e algumas até nem existem no País e a nível europeu nós estamos a par de muito do que se faz na maior parte do países europeus e até temos mais dinheiro, porque entendemos que isso é um modo de captar e de continuar a podermos ter aqui nos Açores essa massa cinzenta que é fundamental nesta fase.

Em relação às infra-estruturas, nós não privilegiamos as infra-estruturas em matéria de sistema científico e tecnológico regional, agora o que nós fizemos e temos orgulho em dizê-lo aqui é que o Departamento de Oceanografia e Pescas que era e é uma estrutura importante nos Açores, foi o Governo Regional, através dos seus Fundos Comunitários que o comparticipou e está comparticipando em 4,6 milhões de euros, representando 85% de verbas do PROCONVERGÊNCIA e os outros 15% das verbas do Plano e nós podemos dizê-lo aqui que foi o Governo dos Açores a assumir essa quota parte e com satisfação e orgulho o dizemos.

Gostaria de dizer também ao Sr. Deputado Artur Lima que, em matéria de iluminação pública, há um concurso a decorrer para essas rotundas que falou, mas que ainda não estão iluminadas e que devem estar, porque é mais um factor de segurança numa via que ganhou muito com a intervenção que foi feita, independentemente das polémicas associadas a ela que já ninguém se lembra, porque nós lembramo-nos é da obra feita.

Em relação ao Quartel de Bombeiros de Angra do Heroísmo o que lhe queria dizer é que nós sabemos que a Associação tem um problema de tramitação jurídica com um dos concorrentes, que está resolvendo no âmbito das suas competências e atribuições e logo a seguir desenvolverá a obra de ampliação do quartel e naturalmente que o Governo Regional assumiu isso, de acordo com a Associação, e tem essa verba inscrita para que se realize essa obra.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de 30 minutos e regressamos às 12,00 horas.

(Eram 11 horas e 30 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 12 horas e 06 minutos)

Estávamos na fase de pedidos de esclarecimento à intervenção do Sr. Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Álvares.

(*) Deputado Francisco Álvares (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente às questões que havia colocado anteriormente, percebi que a responsabilidade da falta de avanço do Quartel dos Bombeiros da Povoação se

deve, pelas palavras do Sr. Secretário, exclusivamente aos responsáveis directivos da mesma Associação de Bombeiros.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): O senhor vai pelo bom caminho! Continue assim que vai arranjar muitos amigos!

O Orador: Foi isso que o Sr. Secretário disse.

Mas gostaria de enfatizar aqui a questão do troço Furnas/Povoação, porque ele é dum grande importância para este Concelho.

Ainda recentemente, no mesmo dia, ocorreram nesse mesmo troço três acidentes e nós consideramos que essa é uma prioridade absoluta na intervenção do plano viário de S. Miguel, como disse ficou, em nossa opinião, manco, porque este troço era fundamental.

Basta aqui perceber que nesse famoso plano viário de S. Miguel, o Concelho da Povoação é o único que não tem intervenção num único km do seu território.

E, Sr. Secretário, quando há bocadinho falava na importância desta obra para o desenvolvimento económico e social do Concelho da Povoação, era bom que atentássemos aqui nas palavras do director do Hotel do Mar quando este recentemente fechou, alegando que as próprias agências de viagens não transportavam os turistas até à Vila da Povoação por justamente acharem este troço extremamente difícil.

O Sr. Secretário disse que esta era uma obra para esta legislatura, aliás esta promessa já é feita há alguns atrás e cá estaremos naturalmente para ver se até ao final da legislatura ela é cumprida.

O que espero que não aconteça é aquilo que já aqui vimos várias vezes, que muitas das obras inscritas no Plano e Orçamento ficam – isso faz-me lembrar aqueles poema, penso eu, do Augusto Gil - “como o barquinho da carreira, fazem que andam, mas não andam, parecem de brincadeira”.

Portanto, cá estaremos, Sr. Secretário, aguardando para ver se efectivamente estas obras fundamentais, para um Concelho como a Povoação, se irão concretizar.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ernesto Valério.

Deputado Ernesto Valério (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A inovação, o desenvolvimento tecnológico, e a investigação científica são hoje certamente reconhecidos como os principais impulsionadores do crescimento económico, da competitividade e da geração de mais e melhor emprego nas sociedades modernas.

Tem sido com base nestes pressupostos, que o Governo regional dos Açores tem vindo a intensificar os seus esforços nestas áreas, por forma potenciar uma cultura de promoção da sociedade de informação e do conhecimento, tendo como objectivos uma maior diversidade na procura de novas oportunidades de negocio para o nosso tecido empresarial, e parceiros, assim como aproveitar os resultados das sinergias nestas áreas em prol dos nossos recursos e na preservação da nossa biodiversidade.

Assim sendo, o Governo Regional dos Açores criou o PICTI como instrumento para o fomento da investigação e modernização tecnológica do tecido empresarial e da própria administração pública não se excluindo por isso a esta necessidade de acompanhar as tendências tecnológicas actuais, proporcionando maior eficácia e rapidez na resposta aos desafios dos dias de hoje dando o exemplo a todos os açorianos.

O **Plano Integrado para a Ciência, Tecnologia e Inovação** é constituído por oito programas, designadamente: o **INCA**, que visa garantir a estabilidade e o desenvolvimento das instituições que constituem o Sistema Científico e Tecnológico Regional; o **INCITA**, que prossegue o objectivo de incentivar a realização de projectos prioritários e essenciais ao desenvolvimento sustentável da Região; o **FORMAC**, que visa promover a formação qualificada e o emprego-científico; o **CITECA**, destinado a apoiar a divulgação da cultura científica e tecnológica; o **PRICE**, que tem por objectivo estimular o estabelecimento de parcerias entre instituições de investigação e desenvolvimento, empresas e autoridades públicas, consubstanciando sólidas infra-estruturas tecnológicas; o **PRÁTICA**, que se destina a dinamizar as tecnologias de informação e da comunicação; o **CIDEF**,

orientado de modo particular para o apoio aos cidadãos portadores de deficiência ou com necessidades educativas especiais; e o **e-GOV**, que tem como objectivo a modernização da administração pública regional.

Através destes programas resultaram já diversas parcerias e foram apoiados diversos projectos com a Universidade dos Açores, assim como com o Instituto de Novas Tecnologias dos Açores (INOVA), resultando destes projectos, importantes passos no âmbito da investigação na nossa região.

A visão periférica do governo regional dos açores em matéria de ciência e tecnologia, leva a que já hoje em dia tenhamos alguns resultados práticos destas apostas, como por exemplo:

O facto de os Açores serem já a região do país, com mais computadores per-capita, fruto de um investimento em diversos espaços TIC, e também devido ao lançamento do programa “Escolas-digitais” leva a que os resultados práticos nesta matéria sejam um fomento á procura de novos paradigmas.

A modernização dos sistemas informáticos da administração regional, as redes integradas de apoio ao cidadão, e a implementação do cartão do cidadão em projecto pioneiro no país, fazem da nossa administração pública objecto de referencia em todo panorama nacional em matéria de modernidade tecnológica, tendo como consequência, um melhor aproveitamento de todas estas potencialidades.

Em matéria de ciência e tecnologia importa também referir o acordo entre o governo regional dos açores e a ESA que culminou na instalação de um centro de rastreio de satélites da ESA na ilha de Santa Maria, dando uma importante notoriedade internacional á região e dotando a região de um instrumento com inúmeras utilizações possíveis e múltiplas potencialidades.

Estes são apenas alguns dos importantes resultados, fruto dos programas implementados pelo governo regional dos açores, mas que mostram já, que é possível que a nossa região possa ser a breve trecho uma referência a nível de utilização das novas tecnologias bem como um interessante pólo de investigação e de inovação.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É com base nestes resultados que governo regional dos açores traçou um conjunto de objectivos tendo em vista o reforço das capacidades regionais nos domínios do conhecimento:

Primeiro: Apoiar o funcionamento das instituições de investigação científica e tecnológica com sede na Região Autónoma dos Açores.

Segundo: Dinamizar a concepção e execução de projectos de investigação científica e tecnológica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos Açores.

Terceiro: Garantir a formação avançada e especializada nas áreas da ciência e da tecnologia no quadro global da qualificação de recursos humanos.

Quarto: Promover a divulgação científica e tecnológica como base de valorização dos açorianos através do conhecimento;

Quinto: Apoiar iniciativas de Investigação, Desenvolvimento e Inovação realizadas em contexto empresarial como forma de dinamizar a economia.

Sexto: Dinamizar o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação nas suas mais diversas vertentes como factor de modernização e inovação dos Açores.

Estes objectivos que visam uma clara aposta na sociedade do conhecimento, como pedras basilares para uma diferenciação em termos de aposta estratégica para o futuro da região, encontra um reforço em termos de investimento no plano e orçamento para a ciência, e tecnologia, (sistemas de informação e comunicações) do ano 2010, que se situa acima dos 15.000.000 euros.

Estes investimentos para 2010 que vão de encontro aos programas já referenciados, dão-nos a garantia da continuidade na aposta no:

Apoio à formação avançada. (1.500.000)

A projectos de investigação científica com interesse para o desenvolvimento sustentável dos açores. (200.000)

Iniciativas de investigação de I&D de contexto empresarial (3.000.000)

Apoio ao desenvolvimento tripolar da universidade dos Açores. (450.000)

Construções universitárias da Terceira e da Horta(faial). (572.585)

Apoio a instituições de investigação científica. (870.000)

Apoio a infra-estruturas de divulgação científica etecnológica. (500.000)

Desenvolvimento das tecnologias de informação e comuni-cação. (6.000.000)

Este é, portanto, um plano de afirmação do investimento na área da investigação científica e da tecnologia, e para além do reforço na importância estratégica em parcerias com a universidade dos açores, ou a promoção de medidas de incentivo para a cooperação entre unidades de investigação e empresas, conducentes à modernização de processos, à optimização de recursos e ao aumento da produtividade com controlo de qualidade.

De salientar neste plano também a criação dos parques tecnológicos como pólos aglutinadores de dinâmicas empresariais, relacionadas com a inovação, com a investigação científica, ou áreas de tecnologias de informação, como grandes mais valias para a prossecução do conceito de clusters tecnológicos nestas ilhas, que permitirão o fomento e o interesse da actividade privada, da instalação de unidades científicas, associações e serviços públicos.

Neste patamar, é fundamental referir que, falando de Ciência, Tecnologia e Sociedade do Conhecimento, o conceito de empreendedorismo e de livre iniciativa deve estar sempre inerente a estas áreas. A produção de conhecimento e a criação de novas ideias e de novos mercados na área da Investigação e da Ciência e Tecnologia podem abrir novos horizontes nas dinâmicas económicas dos Açores.

Disse.

Deputado Berto Messias (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Manuel Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Somos uma vez mais chamados, neste período legislativo, a discutir e votar os instrumentos de programação do investimento público da Região, que neste caso concreto se consubstanciam no Plano Regional Anual e no Orçamento para o ano económico de 2010.

Nesta intervenção, que naturalmente se insere na análise sectorial do Plano Regional levada a cabo pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, cabe-me apreciar algumas das medidas incluídas no objectivo sectorial de “Gerir com Eficiência o Território Promovendo a Qualidade Ambiental”, mais concretamente aquelas cuja implementação está cometida, de acordo com a orgânica do X Governo dos Açores, à Secretaria Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos.

Vou assim debruçar-me sobre o conteúdo do programa 17 – Protecção Civil e do Programa 18 – Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais uma primeira nota para deixar expresso que este Plano, com o qual se dá início ao segundo período anual da actual legislatura é, e bem, um Plano de continuidade, em linha com o programa do X Governo dos Açores para a legislatura e com o quadro de referência proporcionado pelas Orientações de Médio Prazo 2009-2012, aprovadas no início do corrente ano por esta Assembleia.

Há quem critique que assim seja, há quem critique este Plano por ser coerente. O que não diriam se o Governo tivesse apresentado um Plano constituído por propostas desinseridas e desconexas relativamente à estratégia de desenvolvimento definida e aprovada para o quadriénio 2009-2012?

É a velha história de ser preso por ter cão e ser preso por não o ter.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Programa 17 – Protecção Civil, está estruturado em quatro projectos e vinte e oito acções e dispõe de uma dotação global de dez milhões setecentos e setenta mil e duzentos e setenta e sete euros.

No que respeita à programação material, as principais medidas previstas para o sector da Prevenção de Riscos e Protecção Civil consistem na disponibilização às corporações de bombeiros dos meios humanos, equipamentos e infra-estruturas que permitam garantir às populações um socorro rápido e eficaz, e prosseguir o desenvolvimento da política de formação, privilegiando o envolvimento de toda a população.

Relativamente à programação financeira, assumem especial relevância o projecto 17.2 – Construção/Remodelação de infra-estruturas e Equipamentos dos Corpos de Bombeiros, dotado com cerca de cinco milhões de euros e onde se destaca a ampliação do Quartel dos Bombeiros de Angra do Heroísmo, a par do projecto 17.4 – Serviço Regional de Protecção Civil, dotado com uma verba que ultrapassa os quatro milhões e meio de euros e onde se inclui a acção 17.4.4 – Transporte Terrestre de Emergência, dotada com três milhões e meio de euros, destinados ao financiamento do transporte terrestre de doentes em situação de emergência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Um outro projecto, no âmbito da Prevenção de Riscos e Protecção Civil merece, em nosso entender, que nos detenhamos um pouco na sua apreciação, pelo que significa em termos da consciencialização individual e colectiva de todos os açorianos como agentes e beneficiários de um bem inestimável como é a segurança.

Trata-se do projecto 17.3 – Formação e Informação, e de modo particular da acção 17.3.6 – Informação, Formação e Sensibilização da População, que visa reforçar a intervenção junto da população para fomentar e garantir o seu envolvimento na promoção da prevenção e da segurança, dando corpo à perspectiva de que mais vale prevenir que remediar.

Aqui se incluem diversas iniciativas promovidas pela Divisão de Prevenção, Formação e Sensibilização do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores, designadamente:

- a continuação do projecto “O Idoso em Segurança”, uma acção de sensibilização, informação e educação para a protecção civil, destinada a todos os idosos que frequentam os centros de convívio das diversas freguesias da Região;
- o prosseguimento do projecto “Aprender a Socorrer”, uma iniciativa que tem como objectivo a aquisição, por parte dos idosos, de noções básicas que os ajudem a actuar perante uma situação em que têm de ligar ao 112 e a transmitir a informação essencial, dotando-os também com competências relacionadas com hemorragias, queimaduras, lesões pelo frio e intoxicações;
- a implementação nas escolas dos Clubes de Protecção Civil para alunos do 3.º ciclo e a divulgação de medidas de auto-protecção através de projectos de sensibilização a crianças do 1º ciclo e a todas as forças activas da sociedade;
- a realização de cursos básicos de protecção civil e de suporte básico de vida, uma iniciativa dirigida a profissionais da área da saúde e à população em geral, que tem como principal objectivo ensinar como actuar numa paragem cárdio-respiratória, sendo abordados, durante o treino, conteúdos relacionados com o Algoritmo Básico de Vida, Compressões e Insuflações, Posição Lateral de Segurança e desobstrução da via aérea.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No que concerne ao Programa 18 – Rede Viária Regional, Transportes Terrestres e Equipamentos Colectivos, o mesmo está estruturado em nove projectos e quarenta e três acções e está dotado com uma verba que ascende aos trinta e sete milhões treze mil e quatrocentos e cinquenta euros.

A programação material privilegia as intervenções na Rede Viária Regional, nomeadamente a execução de projectos de variantes a alguns aglomerados urbanos e a reabilitação e conservação das vias existentes, que absorvem cerca de metade das dotações deste programa, a par da reformulação do serviço público de transportes colectivos de passageiros e de um conjunto significativo de

remodelações, reparações e beneficiações em edifícios públicos propriedade da Região.

No que se refere à programação financeira, destacam-se, no âmbito da Rede Viária Regional, a construção da variante à Estrada Regional na freguesia de Rabo de Peixe, dotada com cinco milhões e duzentos mil euros, e o projecto 18.2 – Reabilitação de Estradas Regionais, com uma dotação de doze milhões e seiscentos e sessenta e cinco mil euros, que contempla intervenções em todas as ilhas, com destaque para a continuação da Beneficiação e Pavimentação da Estrada Regional nas Flores, que significa um investimento no próximo ano na ordem dos dois milhões e seiscentos mil euros.

Realce também para a redução substancial das verbas destinadas à satisfação encargos com os contratos-programa celebrados com a SPRHI, SA, que passam de doze milhões e setecentos mil euros no ano em curso para apenas novecentos mil euros no próximo ano, sobretudo em resultado da conclusão das obras de reabilitação da Via Vitorino Nemésio, na ilha Terceira.

Destaque ainda para o apoio à renovação da frota adstrita ao transporte colectivo regular de passageiros, dotado com uma verba de cerca de dois milhões e duzentos mil euros, a construção do Jardim dos "Maroiços" na vila da Madalena, com custo previsto de duzentos e vinte e cinco mil euros, e remodelação do edifício do antigo conservatório da Horta, mesmo aqui ao lado, dotada com a verba de quatrocentos mil euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Ainda no contexto do Programa 18 do Plano, assume particular relevo o projecto 18.3 – Construção e Reabilitação de Miradouros e Zonas de Lazer, onde se incluem a acção 18.3.1, com a mesma designação e a nova e inovadora acção 18.3.2 – Integração paisagística da rede viária regional, que contempla a reflorestação das bermas das estradas regionais.

Dotado com dois milhões de euros, este projecto corporiza uma prioridade, em matéria de estradas regionais, que o Presidente do Governo anunciou durante a última visita estatutária à ilha das Flores: emprestar nova atenção ao

embelezamento e reforço da segurança nas nossas estradas, à construção de zonas de lazer e de miradouros, e à integração paisagística da rede viária, para o que, e cito, “vamos iniciar (...) uma grande operação, a nível regional, de plantio nas bermas das estradas, repondo, intensificando ou introduzindo em alguns troços a cobertura vegetal com árvores ou plantas ornamentais, investindo em outra componente que tem a ver com aquilo que sempre tem individualizado a nossas estradas panorâmicas”, fim de citação.

Releva portanto, que não vamos apenas ter estradas cada vez melhores mas também estradas cada vez mais bonitas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Como já aqui deixei dito, as linhas de orientação do Plano Regional Anual para 2010 não diferem, no essencial, daquelas que enformam as Opções de Médio Prazo 2009-2012 e o Programa do X Governo dos Açores.

Estamos, assim, perante um Plano coerente, que assume a continuidade de uma estratégia de desenvolvimento económico e social traçada pelo Partido Socialista e pelo seu Governo para os Açores, estratégia que em devido tempo foi avaliada e sufragada pelo voto livre e democrático dos açorianos.

Disse!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nas vésperas da entrada no segundo ano da IX Legislatura, o X Governo dos Açores encontra-se aqui para, no cumprimento do seu dever estatutário e no exercício das suas convicções democráticas, esclarecer este Parlamento das opções

estratégicas que, também nas áreas da competência da Secretaria Regional da Economia, pretende prosseguir e concretizar no próximo ano.

Estas opções estratégicas não descuram, bem pelo contrário, proactivamente contemplam, as medidas que a presente conjuntura económica e financeira, nacional e internacional, aconselha.

Mas tal circunstância, se bem que merecedora de toda a atenção na sua análise e de todo o cuidado no seu tratamento, não põe em causa, nem pode fazer esquecer, o facto que a actuação do Governo se desenvolve com claros objectivos estratégicos e sentido estruturante para o desenvolvimento dos Açores e para o progresso das nossas ilhas e da nossa sociedade.

Eis, pois, um dos primeiros aspectos que gostaria de salientar nesta intervenção: estes são documentos que conciliam de forma equilibrada aquelas que são medidas conjunturais destinadas a dar resposta a uma situação conjuntural com aquelas que são acções destinadas a, de forma articulada, global e coerente, realizar os objectivos que se encontram definidos no Programa do X Governo dos Açores, aprovado por esta Casa.

Destes documentos previsionais resulta a consciência, clara e actuante, por parte do Governo, da exacta situação das empresas e das famílias açorianas, bem como das medidas que são necessárias para continuar a apoiá-las.

Aliás, entre a vertigem daqueles que apregoam, no actual momento, o final dos tempos e que acham que a solução é despejar recursos financeiros sem objectivos e sem critérios, e aqueles que, mesmo agora, não se inibem de atacar, demagogicamente, importantes medidas de protecção e de coesão social, como é o caso do Rendimento Social de Inserção, acusando-nos de excessiva utilização, o Governo dos Açores afirma-se como um referencial de estabilidade e de equilíbrio, firme nos propósitos mas flexível nas medidas;...

Deputado João Costa (PSD): Isso é um mau sinal, Sr. Secretário!

O Orador: ... ambicioso nos resultados, mas atento à capacidade de esforço de cada Açoriana e cada Açoriano; persistente no rumo, mas humilde na análise da sua acção.

Estes documentos falam, assim, de Rigor, de Ambição, de Humildade e de Confiança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A situação que o mundo atravessa afecta, de forma muito directa e imediata, a performance do sector turístico em todo o mundo, o mesmo é dizer, afecta também a performance do sector turístico na nossa Região.

Para termos uma ideia do que falamos, bastará referir que, de acordo as estimativas da Organização Mundial de Turismo, as receitas do turismo internacional devem ter contraído, em termos reais, entre 9 e 10% apenas nos primeiros seis meses deste ano.

Importa, por isso e como sempre, falar verdade: a questão não é a de saber se podemos escapar a estes tempos tormentosos.

A questão é, outrossim, o que devemos fazer para, no meio da borrasca, conseguirmos passar, da melhor forma possível, com as nossas empresas e com os nossos trabalhadores.

A resposta a esta pergunta radica, quanto a nós, em dois níveis perfeitamente distintos: em primeiro lugar, o facto de o Governo, à semelhança do que já aconteceu durante o corrente ano, ter já planeado um conjunto de acções que visam, exactamente, contrariar factores de inércia nos nossos fluxos turísticos.

As verbas previstas no Plano para 2010 visam dar resposta a estes objectivos, nomeadamente, através do reforço em áreas como a Promoção e Informação Turísticas.

Sintomático é, ainda a este propósito, o facto de, no geral, manter-se ou ser reforçado o esforço público nesta área, como bem o demonstra o facto da diminuição de verbas ocorrer em acções cujos investimentos, nomeadamente, em infra-estruturas físicas, já se encontra concluído ou em vias de conclusão.

É este o caso da acção referente a Investimentos Estratégicos, a qual, contemplando em 2009, a intervenção, -já concluída pelo Governo -, de remodelação e ampliação da Marginal e do Parque Ambiental do Paúl, na Praia da Vitória, ou a intervenção em fase de conclusão nas Termas da Ferraria, em S.

Miguel, ou do Carapacho, na Graciosa, traduzem, não a menor disponibilidade de recursos para essas acções, mas sim a menor necessidade de recursos tendo em conta o seu elevado grau de execução.

Por outro lado, e como segundo aspecto, uma nota para referir que a presente situação só poderá ser ultrapassada com sucesso se, quer da parte do Governo, quer da parte dos empresários, houver a consciência clara que só ficaremos bem, se bem cada um cumprira sua parte.

Como já referi noutras circunstâncias, por muito que possa o Governo fazer, há um espaço a partir do qual a diferença entre o sucesso ou o insucesso em cada empresa ou em cada negócio, reside na capacidade na competência e na capacidade empreendedora dos empresários. Se isso é assim em situações ditas normais, em situações como aquelas que vivemos ainda é mais verdadeiro.

Uma referência também a outro sector importante como é o caso do Fomento da Competitividade.

Importa, a bem da verdade e do rigor, esclarecer algumas críticas que têm sido dirigidas a este sector, com algumas vozes, a quem, por sinal, é exigível maior responsabilidade, e que não se coíbem de agitar o fantasma da diminuição de apoios ao investimento privado.

É, por isso, necessário, aqui e agora, esclarecer cabalmente esta situação, afirmando que, mais do que a previsão de um quantitativo para a satisfação de encargos nesse âmbito, relevará sempre, e em qualquer circunstância a orientação política de que não faltarão, repito, não faltarão verbas na acção referente aos sistemas de incentivos.

Os empresários açorianos, os empreendedores açorianos, podem, por isso, ter presente e assente que esta é uma prioridade política para o X Governo Regional.

Permitam-me, porém, que, para além desta garantia política aqui formalmente, assumida, que vos dê conta porque razão o montante previsto é considerado como adequado.

Em 2009, o montante afecto ao sistema de incentivos pretendeu dar resposta a um número de projectos privados que correspondia às candidaturas apresentadas nos

anos de 2007, 2008 e 2009. Ou seja, para 3 anos, previmos um montante de 35 milhões de euros.

Resolvida esta parte, temos, em 2010, o montante de 30 milhões de euros, visando, agora dar resposta mais directa, aos projectos que tenham sido apresentados em tempos mais recente, ou seja, primordialmente um ano.

Venha, por isso, o investimento privado que o incentivo público não faltará!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A área das acessibilidades marítimas e aéreas assume no Plano de Investimentos para 2010, uma importância essencial na prossecução do objectivo estratégico definido por este Governo. Ou seja, servir com cada vez mais eficiência, eficácia e fiabilidade as necessidades de mobilidade dos açorianos e de abastecimento das empresas regionais, tendo em vista a criação de um mercado interno, bem como favorecer a coesão económica, social e territorial das nossas ilhas.

No âmbito dos transportes marítimos, existe um conjunto de acções desencadeadas pelo Governo e que têm também tradução nos documentos que agora se analisam.

É o caso da decisão de fretamento de navios ferry para a operação sazonal dos anos 2010, 2011 e, em regime opcional, 2012, decisão relacionada com a frustração do processo de construção do navio Atlântida, relativamente ao qual, informo, decorrem as negociações com os Estaleiros Navais de Viana do Castelo. Nesta altura, e com os dados de que dispomos nesta data, é nossa expectativa ter o processo de preparação da operação do ano 2010 completamente concluído até ao final do corrente ano.

Simultaneamente, o Governo decidiu avançar com a construção de rampas para a operação de navios ferry nos portos da Região, tornando-a mais fácil, mais rápida e mais cómoda para os Açorianos. Contamos, aliás, que, já no próximo ano, seja possível começar a operar nessas rampas em alguns portos da Região, enquanto decorrerão as obras noutros. Isso muito embora, refira-se, os navios fretados tenham como requisito a existência de portas laterais, situação de redundância quanto à operacionalidade dos navios nesses portos.

Para além disso, e conforme foi já anunciado, o Governo também já deu as devidas orientações à Atlânticoline para desencadear o processo de substituição dos navios “Cruzeiro das Ilhas” e “Cruzeiro do Canal” por navios ferry novos que, sem prejuízo da possibilidade de transporte de algumas viaturas terão de ter sempre, e dada a natureza da principal operação que visam servir, terão de ter, dizia, uma predominante componente de transporte de passageiros.

Foram, ainda, lançadas as Obrigações de Serviço Público para o transporte marítimo no Grupo Central, as quais são compostas pela obrigação de ligações diárias entre as ilhas do Faial, Pico e S. Jorge e pela obrigação de ligações semanais, com diferenciação, entre estas ilhas e a Graciosa e a Terceira.

Esta é, sem dúvida, uma medida com um impacto significativo na mobilidade dos Açorianos entre todas as ilhas do Grupo Central, e com um elevado potencial efeito indutor na economia e nos mercados, ou melhor, no mercado do Grupo Central.

Só nessas 4 acções, e no prazo de 3 anos, o Governo afecta, directa o indirectamente, cerca de 40 milhões de euros, tendo em vista a melhoria das acessibilidades marítimas dos Açorianos.

Quanto aos transportes aéreos, as verbas inscritas no Plano de Investimento, desde logo, dar resposta às variadas frentes de intervenção em aeroportos e aeródromos da nossa Região e que, recorde-se, incluem intervenções a decorrer ou a iniciar, na Aerogare Civil das Lajes, na ampliação do aeroporto de S. Jorge, no reforço de meios no aeródromo da Graciosa; no aeroporto do Pico, na aerogare das Flores e no aeródromo do Corvo.

No entanto, importa referir que as intervenções programadas não se referem apenas à infra-estruturação física, mas integram, ainda, importantes medidas de política de acessibilidades aéreas, por exemplo, no que respeita à facilitação da mobilidade.

É o caso das novas Obrigações de Serviço Público no transporte aéreo inter-ilhas, as quais, tendo-se iniciado em 1 de Outubro do corrente ano, terão em 2010, o ano da sua implementação na totalidade.

Convém, a este propósito, salientar alguns aspectos dessa decisão, a qual se assume, sem sombra para dúvidas, como uma medida de elevado alcance estratégico para o desenvolvimento da nossa Região.

Em primeiro lugar, essas novas Obrigações traduzem-se numa redução de tarifas aéreas a pagar pelos Açorianos que varia entre os 15% e os 19%. O mesmo é dizer que, por exemplo, um Açoriano que pretenda viajar da Terceira para a Graciosa antes pagava, só de tarifa, 82 euros e hoje paga, nas mesmas condições, 68 euros. Ou um Açoriano que pretenda viajar do Corvo para as Flores, antes pagava, só de tarifa, 42 euros e hoje paga 34.

Mas o alcance social e económico destas novas Obrigações de Serviço Público não se fica por aqui. Recorde-se que surgem, pela primeira vez, novas tarifas com descontos dirigidas, por exemplo, às famílias numerosas ou tarifas promocionais destinadas aos estudantes.

Por último, essas obrigações estabelecem, também pela primeira vez, a obrigação de disponibilizar uma determinada capacidade de carga, o que, aliado à capacidade das novas aeronaves da SATA Air Açores, terão um impacto muito significativo na economia das nossas ilhas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como se constata facilmente pela leitura dois documentos que ora analisamos, o Governo sabe onde está, para onde quer ir e, no que releva para o caso presente, o que deve fazer para conduzir os Açores a um novo patamar de desenvolvimento, de progresso e de bem estar social.

É, pois, hora de avançar porque a isso nos impele o nosso sentido de Açorianos e isso nos exige a confiança que em nós foi depositada pelo nosso Povo.

Disse!

Deputada Catarina Furtado (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão escritos a Sra. Deputada Carla Bretão e dos Srs. Deputados Cláudio Lopes, João Costa, Luís Garcia, Francisco César, Rogério Veiros, Mário Moniz e Luís Silveira.

Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PS)**: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Há pouco menos de um mês o Governo Regional apelou à confiança dos empresários para que se efectivasse a retoma económica nos Açores. Ainda ontem ouvimos esse mesmo apelo à confiança por parte do Governo Regional.

Parece agora que o grande desafio é a confiança dos empresários e parece que da parte do Governo Regional já não há nada a fazer. A confiança neste momento parece ser a palavra toque.

Mas eu pergunto: como pode o Governo apelar à confiança dos empresários quando ele próprio não a consegue transmitir?

Ainda há pouco o Sr. Secretário, daquela tribuna, dizia-nos: “só ficamos bem se cada um cumprir a sua parte”. Ora, aí está: só ficamos bem se cada um cumprir a sua parte e eu pergunto se o Governo cumpriu a sua parte e se estes documentos mostram que o Governo cumpriu a sua parte? Não mostram! Efectivamente não mostram e o exemplo muito claro de que o Governo não cumpriu a sua parte é, por exemplo, no caso da ilha Terceira nós vemos uma economia fragilizada em que as empresas passam por grandes dificuldades e não basta olharmos até para a taxa de execução de anos passados, que é muito baixa, que não cumpre as expectativas que foram criadas nas empresas e nas famílias e dou casos muito concretos.

Há determinados investimentos estruturantes imprescindíveis mesmo para enaltecer as potencialidades económicas da ilha Terceira e que têm sido constantemente adiados, que têm sido criadas expectativas constantes nos empresários e o que Sr. Secretário terá aqui e agora de nos esclarecer: para quando esses investimentos vão ser feitos ou se vão continuar adiados de plano para plano, como tem sido até agora? É o caso, por exemplo, do Parque de Exposições da ilha Terceira, cujo projecto foi apresentado em 2004. É o caso, por exemplo, da ampliação da Placa de Estacionamento da Aerogare Civil das Lajes; é o caso de

Terminal de Cargas do Aeroporto Civil das Lajes ou mesmo de medidas como o aumento da competitividade do Porto da Praia da Vitória ou a eficiência que se exige da política aérea nos Açores que não ajuda em nada a desenvolver as potencialidades de todas as ilhas e, neste caso em particular, da ilha Terceira.

Vozes das bancadas do PSD e PPM: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: Para quando tudo isto? É isso que se impõe saber.

Parece-me impossível apelar à confiança dos empresários quando até agora o Governo não cumpriu a sua parte, não fez o que lhe competia no tempo certo e agora, ao atravessarem tempos muito difíceis, as empresas perguntam-se: o que é que andaram até agora a fazer?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pouco e mal!

A Oradora: O Governo Regional vem agora pedir confiança aos empresários e até àqueles com vontade de investir, levam mais de oito meses à espera de uma aprovação para um projecto de pequena dimensão, imagine-se, projectos até 15 mil euros.

Deputado Francisco César (PS): Anda mal informada, Sra. Deputada!

A Oradora: Que confiança é que podemos pedir aos empresários e àqueles que pretendem investir nestas circunstâncias.

Por isso mesmo, Sr. Secretário, pergunto-lhe também: que clima temos para achar que se podem pedir confiança aos empresários, se é bem verdade que só ficamos bem se cada um cumprir a sua parte?

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(* **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, duas perguntas, uma sobre acessibilidades marítimas e uma sobre acessibilidades aéreas.

Na Ilha do Pico, o Porto Comercial, situado em São Roque e o Porto da Madalena constituem estruturas fundamentais à vida económica e social dos picoenses.

Relativamente ao Porto da Madalena quero congratular-me com as notícias recentes que indicam que dentro de dias será adjudicada a obra de consolidação do molhe e a construção de um novo contra-molhe.

Esta é, sem dúvida, uma notícia importante, porque se trata de uma obra necessária e importante para a Ilha do Pico.

Relativamente ao Porto Comercial do Pico já foi afirmado, por quem percebe e conhece bem a matéria, de que “...esta é a pior infra-estrutura portuária da Região, com as piores condições de operacionalidade e que o facto de ter um só posto de acostagem é o estrangulamento à economia da ilha”. Citei aquilo que escreveu o Deputado Lizuarte Machado em 3 de Abril de 2009 num jornal do Pico, e escreveu muito bem, porque defendeu devidamente a sua ilha.

Peço-lhe, Sr. Secretário, que esclareça neste Parlamento que calendário tem o Governo Regional para as intervenções nestes dois portos e para o ordenamento das respectivas baías, bem como que valências lhes vão estar associadas?

A segunda questão tem a ver com acessibilidades aéreas.

Até agora e desde que foi inaugurada a gateway da Ilha do Pico, já lá vão mais de 4 anos, a não existência de tanques de combustíveis na ilha para o abastecimento das aeronaves tem servido como desculpa para o Governo não exigir, nas obrigações de serviço público, as ligações directas com Lisboa e não mais do que um voo semanal entre o Pico e Lisboa.

Embora todos tenhamos a percepção que estas têm sido desculpas mal fundamentadas e uma vez que os tanques de combustível já estão construídos há algum tempo, que perspectiva pode o Sr. Secretário hoje e aqui deixar aos picoenses de passaram a ter maior oferta semanal entre o Pico e Lisboa e de que elas passem a ser directas e não circulares?

Muito obrigado.

Deputado António Marinho e Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Costa.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Há um mês atrás foi feita uma festa na Ilha Graciosa para inaugurar e baptizar uma lancha de pilotos que custou à Região 700 mil euros. A lancha de pilotos não está na Graciosa e eu gostava de saber se é para manter essa situação, se a lancha não foi feita de acordo com aquilo que seriam as necessidades da ilha Graciosa e por que razão a lancha já se foi embora, porque, ao que consta, está na Praia da Vitória?

Também gostaria que o Sr. Secretário me pudesse esclarecer sobre o seguinte:

No manifesto eleitoral do Partido Socialista às eleições regionais de 2004 foi colocada lá a gare marítima de passageiros no Porto comercial da Ilha Graciosa. O que se vê no Plano deste ano são 860 mil euros para as infra-estruturas e equipamentos portuários e o que está escrito no Plano é que será concluída, em termos financeiros, a obra de ampliação do Porto Comercial da Ilha Graciosa.

Portanto, uma vez que em 2008 só foram executados 500 mil euros do Plano para essa área, aliás, o Plano de 2008 rondou os 30% de execução para a Ilha Graciosa, os senhores gostam de inscrever milhões, mas dos 25 milhões que foram propostas em 2008, só foram executados 8 milhões.

Assim sendo, gostava de saber a situação da gare marítima para a ilha Graciosa, se ela está contemplada dentro destes 860 mil euros ou não e também se estes 860 mil euros vão chegar para fazer as adaptações para as operações “ro-ro” no Porto Comercial da Graciosa?

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos proceder ao nosso intervalo para almoço e retomaremos pelas 15,00 horas.

Antes disso o Sr. Secretário vai anunciar os tempos ainda disponíveis. Agradecia também que no fim os líderes dos grupos e representações parlamentares, bem como o Sr. Secretário Regional da Presidência se acercassem da mesa.

Secretário: Os tempos disponíveis são os seguintes:

Governo – 110 minutos

PS – 119 minutos

PSD – 85 minutos

CDS/PP – 43 minutos

BE – 9 minutos e 40 segundos

PCP – 12 minutos

PPM – 2 minutos e 30 segundos

(Eram 13,00 horas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que retomassem os vossos lugares.

(Eram 15 horas e 03 minutos)

Estávamos na fase de pedidos de esclarecimento na sequência da intervenção do Sr. Secretário Regional da Economia.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O reordenamento do porto e a requalificação da frente mar da Horta é um projecto reconhecido por todos como verdadeiramente estruturante para o desenvolvimento desta cidade e desta ilha.

A primeira fase do reordenamento do porto decorre, apesar de numa versão mais pequena do que aquela que havia sido prometida, mas o que lhe quero perguntar é sobre a parte restante desta intervenção.

Ou seja: atendendo ao tempo que normalmente demoram as obras nesta ilha, divididas quase sempre em fases e mais fases, entendo que é mais do que tempo de pensar, de projectar e de planear o que falta deste projecto. Coisa que até hoje ninguém conhece ou se conhece ninguém parece querer falar.

Pergunto-lhe por isso, Sr. Secretário:

- Para além da fase que está em execução, quantas mais fases terá o reordenamento do porto e a requalificação da frente mar da Horta?

- E em que consiste cada uma dessas fases, bem como qual o planeamento para a sua execução?

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, ao começar a minha intervenção, que faça um pequeno comentário em relação à intervenção da Sra. Deputada Carla Bretão.

A Sra. Deputada fez uma intervenção nesta câmara em relação à confiança dos empresários e a senhora diz e passo a citá-la: “Só ficamos bem se cada um cumprir a sua parte”.

Sra. Deputada, eu aconselhava que falasse para dentro do seu partido e para os seus autarcas e que os convidasse a reflectir para o facto de que a confiança ...

Deputada Carla Bretão (PSD): Eu disse isso foi para o Sr. Secretário.

O Orador: Eu já lá vou.

... dos empresários faz-se pagando a horas e a maioria das câmaras do PSD é um excelente exemplo sobre esta matéria. O legado que os ex-autarcas do PSD deixaram sobre esta matéria também é um grande exemplo.

A Sra. Deputada falou de taxas de execução e prazos de resposta.

A Sra. Deputada sabe, como todos nós sabemos, que os sistemas de incentivos não dependem só do Governo, dependem também dos empresários recorrerem ou não a essas mesmas taxas, como também deve saber que num sistema de incentivos nem todas as respostas são da responsabilidade do Governo Regional, há algumas que também são da responsabilidade das câmaras de comércio. Sobre esta matéria eu acho que devia analisar melhor a sua resposta.

Em relação ao investimento na Terceira, a Sra. Deputada sabe que foram feitos investimentos em acessibilidades, foram feitos investimentos ao nível da hotelaria.

A Terceira hoje é muito diferente do que era há alguns anos atrás.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

Gostaria de lhe colocar algumas perguntas relativamente a três assuntos.

A primeira tem a ver com os dados do turismo.

O Sr. Secretário sabe que actualmente o turismo atravessa uma grave crise internacional e, por consequência óbvia da crise dos mercados emissores, nos Açores também se vive algumas dificuldades nessa matéria.

Qual é a resposta que o Governo tem para tentarmos ultrapassar estas dificuldades?

A segunda questão que queria colocar tem a ver com os transportes marítimos.

Qual o modelo que preconiza em termos das novas obrigações de serviço público?

Que tipificação de barco é que pretende para substituir aos dois Cruzeiros no Grupo Central?

Quais as vantagens e qual a programação da implementação das rampas rool-on e rool-off?

Em relação aos transportes aéreos eu gostaria de perguntar ao Sr. Secretário, fruto das novas obrigações de serviço público de transporte aéreo inter-ilhas, que vantagens poderão decorrer daí para os açorianos?

Tenho dito.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia, já intervieram cinco Sras. e Srs. Deputados com pedidos de esclarecimentos. Eu tenho mais três Srs. Deputados inscritos para o mesmo efeito e perguntava ao Sr. Secretário se pretende esclarecer tudo no fim ou se quer responder agora às questões já colocadas.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia para esclarecimentos.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputado, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Carla Bretão, eu falei em confiança, volto a falar em confiança e falarei sempre em confiança por parte das empresas e das famílias, mas gostava de lhe dizer que o Governo não está apenas a falar em confiança, o Governo está a tomar medidas indutoras dessa confiança.

Aproveitava também para esclarecer essa situação do projecto que a Sra. Deputada aí falou, que não esclareceu que tipo de projecto é que é, que não esclareceu, pelo menos eu não percebi, se se trata ou não de um projecto de investimento no âmbito

dos sistemas de incentivos, mas de qualquer das formas eu gostava de lhe dizer o seguinte:

O sistema de incentivos SIDER tem quatro subsistemas, desenvolvimento do turismo, desenvolvimento estratégico, desenvolvimento local e fomento da inovação e da qualidade. Destes quatro sistemas o Governo tem a exclusiva responsabilidade de análise em três, todos à excepção do desenvolvimento local.

No desenvolvimento local, em projectos até 200 mil euros, quem tem a competência para analisar estes projectos são as Câmaras de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, Horta e Angra do Heroísmo.

Gostava de lhe dizer que, em relação ao atraso que referiu, pelos dados que nós temos, existem efectivamente projectos com atrasos de oito meses e até superior a oito meses. São projectos com atrasos, no âmbito do desenvolvimento local. Com oito meses são projectos que estão atrasados na Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada e com mais de oito meses são projectos que estão em atraso na Câmara de Comércio e Indústria da Horta.

A Câmara de Comércio e Indústria de Angra do Heroísmo tem cumprido com o prazo que se assemelha em grande medida aos prazos que estão fixados pelo Governo.

Em relação a esta matéria também gostava de lhe dizer que o Governo não fica de braços cruzados à espera que as Câmaras de Comércio decidam e resolvam, o Governo tem instado as Câmaras de Comércio a pronunciarem-se.

Nós sabemos que, quer no caso da Câmara de Comércio e Indústria de Ponta Delgada, quer no caso da Câmara de Comércio e Indústria da Horta estão a ser tomadas medidas no sentido de recuperar este atraso e de trazer o tempo de análise de projectos, no âmbito do desenvolvimento local, para prazos mais razoáveis.

No âmbito do desenvolvimento do turismo, no âmbito do desenvolvimento estratégico e no âmbito do desenvolvimento à inovação e qualidade, não existe nenhum projecto que tenha esse atraso que a Sra. Deputada referiu.

Deputada Carla Bretão (PSD): Não foi isso que falei. O senhor está a fugir ao assunto.

O Orador: Em relação ainda à questão da confiança, gostava de dizer à Sra. Deputada o seguinte:

A sua intervenção permite bem descortinar a diferença entre aquilo que nós dizemos e fazemos e aquilo que faz o PSD.

A Sra. Deputada questiona-se: mas como é que é possível induzir confiança? Mas como é possível falar em confiança? Não é possível falar em confiança dos empresários.

É possível e tanto é possível que é isso que nós estamos a fazer, que é tomar medidas para isso.

Sr. Deputado João Costa, a festa do lançamento da lancha foi linda, foi uma maravilha.

Gostava de lhe dizer que a lancha não se foi embora para a Terceira, e o senhor devia ter mais cuidado, a lancha foi à Terceira no âmbito do processo de recepcionamento definitivo e para os afinamentos que são perfeitamente normais nessa situação.

Concluído este processo, a lancha regressará à Praia da Graciosa. Foi para isso que ela foi construída, foi para isso que ela foi paga e é lá que ela vai ficar.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, relativamente ao Porto da Madalena eu lamento imenso dizer-lhe, mas a obra não vai ser adjudicada, a obra já está adjudicada...

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Não precisa se lamentar por isso!

O Orador: ... há cerca de uma semana, o processo já seguiu para o Tribunal de Contas e, portanto, decorre o seu procedimento até final.

Quanto à posição que foi expressa aqui no caso da orientação do Porto da Madalena, já foi dito há nove meses atrás qual era a orientação que o Governo segue nesta matéria.

Porto da Madalena, a prioridade vai para o reforço da cabeça do molhe e construção do contra-molhe. Isso permitirá avaliar depois qual o comportamento, nomeadamente da agitação no interior da baía e depois seguir-se-ão as análises posteriores.

Quanto ao Porto de São Roque também já foi dito aqui que o compromisso que o Governo tem para esta legislatura é concluir a definição do projecto e lançar o concurso deste compromisso e este compromisso vai ser cumprido.

Em relação ao combustíveis, o senhor sabe perfeitamente que não é uma matéria que dependa apenas do Governo, mas o Governo não está de braços cruzados e continua a instar as entidades que têm intervenção nesta matéria para actuarem o mais rapidamente possível no sentido de se cumprir aquilo que é um projecto inicial que vai efectivamente ser cumprido.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Não respondeu a nada!

O Orador: Sr. Deputado Luís Garcia, quanto ao reordenamento da frente marítima da cidade da Horta é efectivamente um processo faseado e não é só aqui na ilha do Faial, as Câmaras de Comércio são as primeiras a solicitar o faseamento de obras. O senhor discorda disso?

A primeira fase está a decorrer e seguir-se-á naturalmente aquela que é a segunda fase em termos da sua definição e da sua concretização.

Sr. Deputado Francisco César, em termos do modelo de transporte marítimo aqui para o triângulo, nós temos cada vez mais que caminhar para uma situação em que seja possível alcançar o objectivo de concretizar, numa primeira fase, nas ilhas do Grupo Central um verdadeiro mercado.

Isso implica que tenhamos que ter em atenção na definição do tipo de transporte, não apenas em termos dos navios que vão substituir os Cruzeiros, mas, sim, numa visão mais vasta.

Os ferries que vão substituir os Cruzeiros têm que ter em atenção a natureza da operação principal a que se destina que é uma operação de transporte de passageiros.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): E a gare marítima?

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Rogério Veiros.

(* **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A ilha de S. Jorge tem sido ao longo dos anos penalizada pela infra-estrutura que possuía, nomeadamente no que diz respeito ao aeroporto.

É com grande satisfação que os jorgenses hoje observam que a obra está já a decorrer e vamos deixar de ter uma estrada, no mínimo, sem iluminação para passarmos a ter uma estrutura aeroportuária com as devidas condições e por isso queria aqui deixar registado a satisfação que nós sentimos em termos dessa obra a decorrer e que será prioritária para o desenvolvimento futuro de S. Jorge.

Queria colocar-lhe a primeira questão: saber se em relação a essa obra está tudo a decorrer conforme o previsto ou se há mais algum constrangimento, aliás, como houve muitos ao longo deste período, desde o qual o Governo decidiu iniciar a obra e que até tinha previsões para que ela já estivesse a decorrer há mais tempo?

Outra situação que nos deixa extremamente satisfeitos e quero aqui congratular-me tem a ver com as obrigações de serviço público para o Grupo Central.

Era uma exigência dos jorgenses e há muito reivindicada por toda a gente a ligação diária no triângulo. O Governo Regional foi mais além do que isso e colocou um concurso onde essas obrigações vão mais para além do que aquilo que as próprias pessoas exigiam.

Por isso, quero aqui congratular-me com essa medida, porque as obrigações de serviço público e um melhor aeroporto com novos meios de transporte para os açorianos, irão permitir que S. Jorge finalmente ultrapasse questões de acessibilidade que tinha e as acessibilidades para S. Jorge e para o futuro de S. Jorge são fundamentais.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No mês de Julho do corrente ano o Governo declarou a sua intenção de realizar um estudo para reavaliar o modelo de operação de transportes marítimos a aplicar nos Açores.

Fez assim justiça a uma proposta do Bloco de Esquerda, mas de uma forma manca, uma vez que a nossa pretensão apontava para um estudo integrado que contemplasse as articulações possíveis entre os transportes marítimos, terrestres e aéreos.

Após vários anos e muitos milhões mal gastos, o Governo reconhece a sua incapacidade e anuncia que pretende contratar uma consultora internacional da especialidade, cujas conclusões deverão ser conhecidas até final de 2009, princípio de 2010.

Atendendo a que o Governo já definiu alterações a efectuar em diversos portos, tipos de rampas e forma de atracagem, bem como as prioridades do tipo de transporte, perguntamos nós:

Já tem o Governo conclusões do tal estudo que presumivelmente mandou efectuar ou está a actuar de modo próprio, na esperança de que o estudo venha de encontro às decisões já tomadas?

Para quando a divulgação das conclusões finais do referido estudo?

Muito obrigado.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria de colocar aqui duas questões ao Sr. Secretário Regional da Economia e uma prende-se com o turismo.

Visto o desinvestimento específico por ilhas, ao contrário do que acontece no corrente ano de 2009, tendo em consideração que S. Jorge no ano em que estamos de 2009 tinha um valor, em relação a esta rubrica do turismo, de 735 mil euros e este ano é reduzido a zero.

Deparei-me também que isso acontece com diversas ilhas, não só a de S. Jorge, tendo um valor desagregado de 21.194 mil euros, o que no ano de 2009 apenas tinha 675 mil euros.

Em concreto, por que é que isso acontece e por que é que há essa diferença em relação a 2009 para 2010?

Outra das questões tem a ver com o aeroporto de S. Jorge.

Consta e há alguns rumores que, no decorrer das obras da pista do aeroporto, a pista será fechada durante algum tempo e gostaria de saber se, de facto, isso corresponde à verdade? Caso seja verdade, por quanto tempo e quando?

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Mário Moniz:

Em relação à questão dos tipos de rampa e as medidas que estão a ser tomadas neste momento em relação ao transporte marítimo de passageiros, não invalidam a amplitude que o estudo tem, não apenas de avaliação daquilo que é o transporte marítimo, mas todas as outras matérias que relevam para este aspecto.

Esse assunto foi devidamente considerado no sentido de permitir que, resolvendo aquelas que são situações que importa resolver o mais rapidamente possível, tenhamos também a liberdade de agir em conformidade com aquela que for a apreciação que fizermos das conclusões desse estudo.

Portanto, não há contradição e está acautelada essa matéria.

Sr. Deputado Luís Silveira, os esforços centram-se essencialmente em medidas que, desenvolvidas num âmbito regional ou externo à nossa Região, têm os seus efeitos repercutidos pelas diversas ilhas e daí as questões de contabilização em termos do impacto que pode ter.

Continuará a haver uma consideração especial na promoção do turismo de todas as ilhas.

A questão de centrarmos em determinado tipo de iniciativas é que leva a que elas possam efectivamente repercutir-se, não tendo no âmbito do Plano esta desagregação, digamos assim, por ilha.

Quanto à questão do aeroporto de S. Jorge, a empreitada já se iniciou há bastante tempo, as obras iniciaram-se mais recentemente. Devo dizer-lhe que no decurso dessas obras existirão aquelas que forem as limitações estritamente necessárias para o desenvolvimento deste projecto.

Não há a oportunidade nem há outro meio de se fazer as coisas.

Portanto, temos aquela obra que é importante que seja feita, mas naturalmente teremos aquilo que são as restrições que a obra obriga.

É esta a forma como nós temos que trabalhar e que temos que agir.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): Nos investimentos para a Graciosa não temos nem gare marítima, nem porto. É só para pagar.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à resposta que o Sr. Secretário me tentou dar, posso dizer que foi uma não resposta, ou seja, não respondeu efectivamente àquilo que lhe perguntei.

A primeira questão que lhe coloquei foi relativamente a alguns dos investimentos na Ilha Terceira que até agora não teriam sido feitos e por isso mesmo reafirmo a minha pergunta de saber para quando a ilha Terceira poderá contar com a ampliação da placa de estacionamento da Aerogare Civil das Lajes?

Para quando o Terminal de Cargas? E para quando o Parque de Exposições?

São os compromissos, Sr. Secretário, que eu gostaria que deixasse aqui, porque, fazendo jus à sua afirmação, só ficamos bem se cada um cumprir a sua parte e a sua parte neste momento é comprometer-se com as empresas e com as famílias da Ilha Terceira, dizendo-lhes para quando este tipo de investimentos.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Relativamente à questão dos apoios fugiu também à questão e falou de outro tipo de apoios.

Eu deixei muito claro que me estava a referir ao micro-crédito e não sou eu que digo, são os empresários terceirenses que o dizem e nomeadamente um jovem empresário que diz que esteve à espera mais de oito meses para aprovação do seu projecto.

Obrigada.

Deputado Francisco César (PS): A Sra. Deputada leia o resto do artigo e diga qual é a análise que ele faz do projecto. Diz que valeu a pena.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(* **Deputado Cláudio Lopes** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, a forma como o senhor se me dirigiu, anunciando que a adjudicação da obra do porto da Madalena já estava feita, até parece que me está causando algum transtorno.

Eu já me tinha regozijado com o anúncio da adjudicação e fico muito mais feliz e contente, obviamente, sabendo que ela já está adjudicada.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Diga lá quando é que foi adjudicada?

O Orador: As notícias que eu tinha era de há dois ou três dias da Comunicação Social. Estou desactualizado!

Em relação à gateway do Pico lamento dizer-lhe que o senhor nada disse em relação a isso. Aliás, recorreu de novo ao discurso de sempre, que é do género: atirar a bola para fora das quatro linhas, fazendo com que o jogo pare um bocadinho, porque nada respondeu àquilo que de essencial tinha a minha pergunta, que era saber qual é a vontade política do Governo em introduzir nas obrigações de serviço público, nas ligações entre o Pico e Lisboa mais do que um voo semanal para aquela ilha e que esses voos venham a ser feitos de forma directa e não tenham que ser circulares, passando pela ilha Terceira, que nem serve o Pico, nem serve a Ilha Terceira.

Era isto que eu gostava que o Sr. Secretário me respondesse por favor.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Luís Garcia.

(* **Deputado Luís Garcia** (*PSD*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, eu não discordei de si quanto à divisão, em concreto, desta obra em fases, o que eu lhe perguntei, isso sim, foi quantas mais fases terá esta intervenção no Porto da Horta, em que consistem e qual o calendário?

Mas com a sua resposta percebi melhor porque ninguém fala sobre este assunto, é porque ninguém, incluindo o Sr. Secretário, sabe bem o que vai ser feito a seguir a esta fase em execução e quando será feito.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Secretário, quando levanto aqui esta questão é com três objectivos essenciais:

Em primeiro lugar, para alertar que é mais do que tempo para discutir e definir a parte desta intervenção no porto e na frente mar da Horta, que não está em execução

Em segundo lugar, para lembrar que essa discussão e definição deve ser feita obrigatoriamente com os Faialenses e não nas costas destes.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: E em terceiro lugar, para evitar que o desenvolvimento e a execução deste projecto tenha o mesmo desenlace de outros igualmente importantes para a ilha do Faial, que têm sido sucessivamente adiados ano após ano, entre desculpas e indefinições várias.

A título de exemplo, recordo a telenovela sobre a ampliação da pista do Aeroporto da Horta, que no último episódio o Governo Regional disse que é para incluir no caderno de encargos da privatização da empresa ANA e que quase no mesmo dia um alto responsável do PS a nível nacional dizia que “O Partido Socialista não vai privatizar a ANA”. Fim de citação!

Deputado Pedro Gomes (PSD): Hoje ministro!

O Orador: Falo também do Campo de Golfe do Faial que há muito devia estar construído e que hoje parece estar de novo na estaca zero, não se sabendo nem quando nem como será construído.

Posso ainda falar das Termas do Varadouro há anos totalmente esquecidas e que ora aparece nos Planos, ora desaparece e a verdade é que o Faial e os Açores vão desaproveitando aquele recurso de enorme potencial.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É caso para perguntar de que servem todos estes milhões que os senhores todos os dias anunciam, se nem para criar as condições básicas para o nosso desenvolvimento designadamente em termos de infra-estruturas têm servido? Como são exemplos estes 3 projectos que acabei de referir.

Mais do que anunciar milhões, o que os senhores precisam é de anunciar resultados.

Muito obrigado.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

(* **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Carla Bretão, eu respondi com os dados que tinha e não só esclareci como até desmenti aquilo que poderia ser uma interpretação da sua afirmação.

Em relação às questões de tempo de análise, muitas das vezes acontece...

Deputada Carla Bretão (*PSD*): Quero é saber os investimentos.

O Orador: A senhora quer que eu responda ou não quer?

Muitas das vezes os que acontece em relação à análise de projectos de investimento é que é necessário documentação a fornecer pelo promotor, temos que aguardar que essa documentação seja fornecida e a orientação política que tem os serviços da Secretaria da Economia é para agir o mais rapidamente possível em relação a esse tipo de análise e, portanto, resolvida a parte dos promotores e de toda a documentação, agir o mais rápido possível.

Em relação às questões relativas às cargas e à ampliação, Sra. Deputada Carla Bretão, aquilo que nós temos que considerar prioritário neste momento é, mesmo com os meios que temos actualmente, criar os mecanismos que possam facilitar o funcionamento da parte das cargas.

Houve alteração ao nível daquilo que é a disponibilidade de espaço na Aerogare Civil das Lajes. Com a saída do avião Dornier nós temos que reavaliar isso e temos que ver a melhor forma de resolver no imediato aquelas que são necessidades que efectivamente o empresariado e a economia da ilha Terceira possa sentir. Essa é a intenção e a prática que o Governo pretende seguir.

Sr. Deputado Cláudio Lopes, relativamente à questão da gateway posso-lhe dar a resposta do ponto de vista político e de orientação política.

Neste momento a gateway do Pico não está a funcionar na sua plenitude por razões que são perfeitamente conhecidas.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Quais?

O Orador: Abastecimento de combustíveis.

Nós estamos a tratar da questão do abastecimento de combustíveis para que essa gateway possa funcionar em pleno, para que possamos avaliar esta questão que o Sr. Deputado acabou de colocar.

Parece-me que é, do ponto de vista de orientação política, uma ideia perfeitamente clara e até, na minha opinião, faz todo o sentido.

Sr. Deputado Luís Garcia, o que nós temos que fazer neste momento é centrar-nos na execução da primeira fase em toda a sua extensão, com todas aquelas vertentes que esse projecto implica.

Não estou disponível para falar de outra coisa, falar da 2ª, 3ª ou 4ª fase.

O senhor sabe perfeitamente que no lançamento daquela obra foi anunciado quantas fases é que existia e qual era o processo que se seguiria. O Sr. Deputado esteve lá e tivesse prestado atenção à intervenção ou pode consultar a internet que a intervenção também está disponível.

Relativamente à questão da ampliação do aeroporto da Horta está perfeitamente esclarecida qual é a nossa posição.

Em relação ao campo de golfe continuamos a trabalhar, nomeadamente com o privado que tem essa responsabilidade, no sentido de concretizar essa obrigação.

Muito obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Há anos. Há imensos anos!

E o Aeroporto? E as Termas do Varadouro?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Secretário, o senhor há um ano atrás já nos tinha dado essa resposta.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra a Sra. Deputada Carla Bretão.

(*) **Deputada Carla Bretão (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para deixar aqui muito claro que o Sr. Secretário da Economia não se quis comprometer com a feitura do terminal de cargas na Aerogare Civil das Lajes, com

ampliação da placa da Aerogare Civil das Lajes nem com o parque de exposições na Ilha Terceira.

Muito obrigada.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário da Economia compromete-se com todas as medidas que sejam necessárias, independentemente da questão de infra-estruturas, para melhorar o funcionamento do serviço de cargas...

Deputados Luís Garcia e Clélio Meneses (PSD): Quando?

O Orador: Já!

... e com todo o serviço que seja necessário para melhorar a economia da Ilha Terceira.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Quando diz já, sabendo que não vai fazer já, não pode ter a confiança das pessoas.

Presidente: Depois desta descompressão da câmara e não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para mais uma intervenção e dou a palavra à Sra. Deputada Aida Santos.

Deputada Aida Santos (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O turismo pauta-se por ser nas sociedades modernas uma forte alavanca de impulsionamento da economia.

Tem sido assim desde o século XX e não há razão para pensar que será diferente neste século. Cada vez mais, este sector tem contribuído para o bem-estar das comunidades e dos países, ao mesmo tempo que tem servido de barómetro às oscilações das economias em momentos de crise, tal como acontece nesta fase.

Estudos recentes, comprovam uma certa retracção na procura de destinos consequência da conjuntura que agora atravessamos, **no entanto será sem dúvida dos primeiros sectores a recuperar e a dar sinais de retoma, quando chegar a ocasião.**

São vários os tipos de turismo, que actualmente estão na ordem do dia, mas sem sombra de dúvida que o público-alvo desses destinos está perfeitamente demarcado, sendo o sector sénior o que mais viaja e mais desfruta das oportunidades dadas pelos operadores turísticos - o chamado turista DINK.

Por vezes, nem sempre o exotismo tem sido o factor mais apelativo, embora continue a ser o mais importante.

Hoje em dia, tem -se tendência a privilegiar cada vez mais a segurança, a tranquilidade, a simpatia de quem nos acolhe e o contacto estreito com a natureza.

Afinal o que os Açores podem oferecer.

Mas pergunto e porque razão os Açores continuam a ser um destino pouco apetecível, já que obedecem a determinados pressupostos considerados por todos como os óptimos em qualquer destino?

Porque razão os Açores continuam perfeitamente desconhecidos até para muito dos portugueses do continente?

Porque razão, continuam os Açores desconhecidos até para os próprios açorianos?

Será que, as políticas seguidas até agora, tem sido as mais correctas?

Que novos desafios se levantam ao turismo nos Açores?

São questões que nos devem preocupar e fazer reflectir.

Num estudo realizado tendo por amostragem o ano de 2005, da autoria de Isabel Monjardino, intitulado “*Indicadores de Sustentabilidade do Turismo nos Açores; o papel das opiniões e da atitude dos residentes face ao Turismo nos Açores*” são apresentados dados muito interessantes e que podem de alguma forma ajudar a reflectir **que tipo de turismo temos e que tipo de turismo desejamos**, saliente-se que ambas as equações não são incompatíveis, mas pelo contrário complementares. Assim, “grosso modo” a autora chegou a pertinentes conclusões, nomeadamente acerca da forma como interagem os residentes com os turistas, salientando que é

preocupação dos açorianos que os turistas possam beneficiar das belezas naturais e arquitectónicas das suas ilhas e acima de tudo que gastem dinheiro. Pelo contrário, não interessam aos açorianos os turistas que não respeitem o ambiente, que tenham uma ideia negativa do destino ou que não gastem dinheiro.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos, ao contrário do que se possa imaginar, sabem perfeitamente que tipo de turismo querem, que tipo de turista desejam e não é certamente os turistas que nos têm visitado, pois esses pouco gastam e menos aproveitam.

O turista do saco de plástico e da sandes é o turista que já não se vê muito pela Europa e menos ainda em outros destinos. **O turista apreciador de Arte, de Gastronomia da Natureza e dos pequenos prazeres da vida é o turista por excelência para os Açores.**

A mesma autora conclui que os açorianos ainda não têm muito contacto com o turista e não se sentem por eles ameaçados e afirma que, e passo a citar: *“Estamos definitivamente, face a um destino cuja capacidade de carga está longe de ser atingida”*

Mais interessante ainda é o desconhecimento dos açorianos sobre a relação de controlo que a Região tem sobre os processos de desenvolvimento do Turismo, levando-nos a concluir que ainda estamos muito atrasados acerca da informação prestada a nível interno e, em particular, sobre as vantagens ou desvantagens de os organismos responsáveis controlarem esta actividade.

Para a maioria das pessoas esta situação é praticamente desconhecida o que pode levar a que não se entenda devidamente as vantagens de novos fluxos turísticos.

Os açorianos querem e desejam um aumento do turismo na Região desde que isso não ponha em causa a segurança e o equilíbrio ambiental.

Caso para dizer que desejamos turismo quanto baste, mas procurando novos mercados para o destino Açores que este não passa pelo mercado nórdico, única e exclusivamente.

Está na altura de se envidarem novos esforços para conquistar novos mercados, mas certamente que não será através da redução do investimento no Turismo ao nível do Plano que tal se irá conseguir.

Voices das bancadas do PSD e do PPM: *Muito bem! Muito bem!*

A Oradora: No plano para 2010, o investimento na área do Turismo sofre um decréscimo de **19,95%**.

Num momento em que nos Açores, e no mês de Setembro, as dormidas registaram um decréscimo de **14,5%**.

É importante referir que em 2009, nos mesmos estabelecimentos, registou-se uma variação negativa de dormidas na ordem dos **9,4%**.

Esta situação leva-me a questionar o que se pretende efectivamente para o Turismo nos Açores e para os Açores. O Turismo é ou não uma aposta de desenvolvimento para o Governo Regional?

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Vamos continuar a apostar numa sazonalidade que é apontada por todos como bastante negativa e prejudicial à maioria das ilhas?

Vamos continuar a apostar no aumento do número de camas, quando tudo indica que o número de dormidas baixou?

Vamos continuar a apostar no turista pouco endinheirado e sem poder de compra, logo sem capacidade de revitalizar o nosso tecido empresarial, ao nível do comércio tradicional?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: Ou, pelo contrário, vamos procurar afinal de conta ir ao encontro do interesse dos açorianos procurando melhorar a Oferta Turística; criação de outros serviços de animação turística, melhoria dos transportes e dos seus preços, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: ... basta pensar numa família que deseje passar uma semana de férias nos Açores, em quanto isso não importa em passagens, alojamento, alimentação e para quê se depois o manancial de experiências positivas que recebem fica aquém das expectativas e o aumento da qualidade e da formação dos profissionais do ramo da restauração e similares que fica muito abaixo do espectável.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

A Oradora: A opção de investimento na área do Turismo que o plano para 2010 revela é um sinal completamente errado para o sector privado.

A consolidação do sector do Turismo exige que a Região trace um rumo claro que o plano e orçamento para 2010 não revela.

Disse.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Não havendo, tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vivemos, actualmente, um período de algum optimismo face à recuperação económica e financeira da maior parte das grandes economias mundiais. Apesar de existirem ainda muitas inseguranças nos mercados, a OCDE prevê um crescimento, no ano de 2010, para a economia mundial, de 3,4%, de 2,5% para os Estados Unidos, de 0,9% para a Zona Euro e, para Portugal, de 0.8%.

Porém, se face à natureza destas e de outras previsões económicas positivas, podemos afirmar que o pior da maior crise económica e financeira, desde o fim da II Guerra Mundial, já passou, ainda há, certamente, fruto do tempo que a economia mundial levará a estabilizar, muitas dificuldades, no futuro próximo, quer ao nível da estabilidade do sistema financeiro, da criação de emprego e da recuperação do comércio internacional quer do crescimento do consumo privado.

É neste contexto macroeconómico que o Governo dos Açores e a maioria parlamentar do PS que o apoia, após um diálogo aberto e até inédito com os Parceiros Sociais, discute e apresenta o Plano Regional para o ano de 2010 nesta Assembleia.

Ao nível do desenvolvimento do sector do turismo, este documento consubstancia a aposta, muito *presente* no programa do X Governo Regional, de consolidação, qualificação e diversificação deste sector, de forma a que se torne, cada vez mais, num pilar estruturante e de sustentação da economia açoriana.

A actual crise que o sector do turismo atravessa a nível global e que, obviamente, afecta a nossa região, devido à recessão económica que se vive nos mercados emissores, representa, a nosso ver, uma responsabilidade acrescida para o Governo dos Açores. É nesse enquadramento que se apresenta, no Plano Regional Anual para 2010, a política de investimento para o sector do turismo, assente em três grandes prioridades.

A primeira é o reforço da aposta na promoção do destino Açores, enquanto região com características únicas para o turismo de nichos. A sua natureza, o seu clima temperado, as actividades agregadas ao mar, a segurança, o vulcanismo e, a um segundo nível, os recursos termais, o golfe e o turismo de congressos, são produtos com valor acrescentado, elencados no Plano de Marketing Estratégico, que devem continuar a ser promovidos, enquanto “Marca Açores”, em parceria com os agentes promotores do sector. Esta divulgação da “Marca Açores” deverá, por um lado, promover a diversificação dos mercados emissores de fluxos turísticos (utilizando, as novas tecnologias enquanto meio de divulgação capaz de chegar a um leque mais variado de destinos e destinatários, como o mercado norte-americano e canadiano), e por outro lado, consolidar a nossa presença junto de mercados já estabelecidos, como o mercado escandinavo e continental através de acções de promoção tradicional, como campanhas publicitárias multimédia, participação em feiras do sector e noutros eventos de promoção que atraiam grande número de potenciais turistas.

Outra segunda prioridade é a de continuar a criar condições para o investimento na qualificação, diversificação e expansão da nossa oferta hoteleira, do turismo em espaço rural e do desenvolvimento dos recursos termais da nossa região, de uma forma sustentável, através do Sistema de Incentivos, SIDER, da valorização ambiental, do auxílio à construção de infra-estruturas de apoio ao turismo e no

desenvolvimento de acções de animação turística que promovam o aumento da estadia média do visitante e requalifiquem a oferta.

Deveremos, em parceria com os agentes do sector e com a sociedade civil, trabalhar no sentido de melhorar uma cultura e uma prática de assunção de que o produto que temos deve ser valorizado e defendido como património de todos.

A terceira prioridade da política de investimento, desenvolvida no Plano para 2010, vai no sentido de aumentar os fluxos turísticos e o gasto médio dos turistas nacionais e estrangeiros nas nossas ilhas, através da atracção de novos operadores para o mercado açoriano e do melhoramento das acessibilidades aéreas e marítimas.

O aumento do número de barcos de cruzeiro que atracam nos portos açorianos, a estabilidade e qualidade do transporte marítimo inter-ilhas e o desenvolvimento de novas rotas aéreas por um operador público ou privado, a preços verdadeiramente atractivos para os mercados emissores, constitui, a meu ver, uma necessidade para o sector, já entendida pelos poderes públicos, mas, que deverá ser prosseguida quanto antes.

Mas não se pense que o futuro do turismo nos Açores depende apenas dos incentivos financeiros disponíveis, da infra-estruturação material de apoio, de rotas aéreas diversificadas e atractivas ou da promoção do destino Açores feita pela administração. Cabe também aos players do sector serem mais empreendedores, procurarem a qualificação dos seus recursos humanos, aumentarem, melhorarem e diversificarem a sua oferta e, acima de tudo, terem a consciência de que os mercados emissores não se dirigem aos Açores apenas porque os desejamos. Parte deste trabalho de procura e negociação com operadores estrangeiros cabe igualmente aos empresários, tal como o fizeram, recentemente e em parceria com o Governo, relativamente ao mercado escandinavo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A concretização das políticas de promoção da actividade turística e de coesão económica e social das nossas ilhas só é possível incluindo uma política de transportes marítimos e aérea concertada e cada vez mais integrada.

Daí a opção do Governo dos Açores em investir mais de 61,4 milhões de euros, mais quatro milhões do que no corrente ano, na consolidação e modernização dos transportes marítimos.

O transporte marítimo de carga e passageiros torna-nos mais próximos enquanto região. Mas, para que isto aconteça com maior proveito, como já tive a oportunidade de afirmar aquando da discussão do Plano Regional Anual para o corrente ano, é preciso que funcione futuramente de uma forma mais articulada entre si e com os transportes aéreos, apoiado em equipamentos modernos e que operem durante todo o ano. As novas obrigações de transporte marítimo de passageiros no Grupo Central, o reordenamento e requalificação da bacia da Horta, a construção do Terminal de Cruzeiros do porto de Angra do Heroísmo, a introdução progressiva nos nossos portos de rampas “rol-on/rol-off”, a substituição dos navios “Cruzeiro das Ilhas e do Canal”, ou o apoio financeiro ao transporte marítimo de passageiros, são apenas alguns exemplos de que a solução proposta por este Governo, de transportes marítimos verdadeiramente seguros, rápidos, eficazes e estáveis, é para melhorar e consolidar.

Ao nível dos transportes aéreos, continuamos com orgulho na esteira da obra realizada nos últimos 12 anos, conforme reconhece, e bem, o Dr. João Bosco Mota Amaral.

Seja ao nível das tarifas praticadas, que são mais baratas hoje do que quando o Partido Socialista entrou para o Governo, na maior frequência dos voos, na melhor qualidade do serviço prestado pela SATA, nas obras de requalificação e ampliação efectuadas em muitos aeródromos regionais que permitiram melhorar a sua operacionalidade e qualidade de recepção ao passageiro.

Mas, também, nas novas obrigações de serviço público de transporte aéreos de passageiros inter-ilhas, que, desta vez, impõem também obrigações ao nível da carga transportada, a isenção de taxas nos aeródromos regionais para passageiros em transferência, que conjugadas com a progressiva entrada em funcionamento da nova frota Dash da SATA, permitiram à nossa companhia aérea, reduzir as tarifas para residentes de 15 a 19%, e as tarifas promocionais de 45 a 49% e, muito em

breve, melhorar a qualidade do serviço prestado, bem como aumentar a capacidade de passageiros e de carga transportados.

Contudo, não nos damos como satisfeitos com a actual situação. É preciso fazer ainda mais e melhor.

Temos consciência que o actual modelo de obrigações de serviço público, da rede regular doméstica entre os Açores e o Continente e a Madeira não é perfeito. Tem vantagens, por exemplo, ao oferecer tarifas mais baratas em relação a outras rotas, aparentemente semelhantes, como Lisboa/Londres ou Lisboa/Funchal, ao nível da tarifa base para residente, designada como “tarifa super-flexível”. Não fosse este o caso, o Governo Regional da Madeira não tinha proposto, muito recentemente, à Assembleia da República, a duplicação do subsídio ao bilhete do residente. Todavia, o actual sistema de obrigações de serviço público cria grandes dificuldades ao nível da geração de tarifas promocionais verdadeiramente competitivas, para passageiros residentes e não residentes.

Neste sentido, assumimos como uma necessidade, o melhoramento e ajustamento do actual modelo de obrigações de serviço público, de forma a permitir maior flexibilidade para os operadores de transporte aéreo na constituição de tarifas promocionais, da frequência dos voos e da qualidade do serviço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Quero reafirmar nesta Assembleia, que este Governo, e bem, nunca assumiu a Coesão Regional como uma simples redistribuição de recursos públicos pelas nossas ilhas, tendo como critérios caricatos e condenáveis, a área, a população ou a pressão de um ou outro grupo de interesses partidários ou económicos. O objectivo é, sim, o de construir políticas públicas transversais, direccionadas na potencialização de especificidades e na correcção de desequilíbrios estruturais.

Nestas políticas destaco, a promoção do turismo de nicho, benefícios acrescidos em programas como o sistema de incentivos, de estágios ou de habitação e a realização de investimentos estratégicos como o campo de golfe de Santa Maria, as pousadas de juventude das ilhas de Santa Maria e São Jorge, ou mesmo, o parque de campismo da Caldeira de Santo Cristo.

Mas a assunção de novos programas de “Coesão”, assentes numa geometria variável ou a aposta no empreendedorismo como vector relevante para a dinamização económica das nossas ilhas, deverá resultar preferencialmente, da elaboração, já em 2010, do Programa Estratégico para a Coesão dos Açores (PECA), pelo Governo Regional, que importa que seja discutido e consensualizado com os parceiros sociais e com as autarquias locais, conforme preconiza o Programa do Governo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sentimo-nos bem a apoiar este governo, atento às prioridades a que aludi. E, também, sentimo-nos orgulhosos em saber que aprovámos um Orçamento e um Plano que tem 50 milhões de euros de endividamento líquido, face a 515,4 milhões de euros de investimento previsto, enquanto na Região Autónoma da Madeira se recorre irresponsavelmente a 178 milhões de euros, três vezes e meio mais que os Açores, para um montante de investimento sensivelmente igual ao nosso.

Também nos orgulhamos, de um governo que, governando nove ilhas, tem menos 330 milhões de euros de despesas de funcionamento do que o PSD apresenta para as duas ilhas da Região Autónoma da Madeira.

Não queremos ir governar a Madeira, mas está visto que não queremos o PSD assim a governar os Açores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Nem os madeirenses querem!

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Debatemos esta semana as propostas governamentais do Orçamento da Região e do Plano Anual Regional para 2010. É, pois, dos momentos mais importantes da

actividade deste Parlamento, pelas implicações que tem no dia-a-dia futuro das famílias e das empresas açorianas.

Analizamos as formas e perspectivas de gestão orçamental, bem como as intenções de investimento público, o que em tempos de crise económica como a que vivemos, merecem atenção redobrada.

Só que, não é só com betão que se alcança o desenvolvimento que seguramente todos desejamos. Se os investimentos públicos não estiverem devidamente alicerçados em estratégias e políticas que tenham por objectivo alcançar o desenvolvimento harmonioso e sustentado do arquipélago, de pouco ou nada contribuirão para o sucesso futuro dos Açores e dos Açorianos.

Por isso, o CDS-PP tem pautado a sua actuação política pela seriedade e responsabilidade.

Queremos fazer parte do desenvolvimento dos Açores e, por isso, vamos mais além.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Estamos, há cerca de 14 anos, a ser governados pelo PS. Esta tem sido a decisão do povo que democraticamente aceitamos e serenamente convivemos.

Com maiores ou menores atrasos, uma parte significativa dos investimentos assumidos têm sido realizados, pelo que se impõe, aqui e agora, lançar uma discussão mais ampla e profunda sobre algo que nos parece estar a ser descurado.

Ao longo dos últimos anos – aliás, já desde os tempos do outro Governo – que se ouvem (de quando em vez, é certo, e de forma um tanto ou quanto intermitente) estudiosos, intelectuais e políticos a abordar uma temática que hoje me faz apelar à atenção de V. Exas., que é a centralidade geográfica da ilha Terceira e as enormes potencialidades socio-económicas.

É inegável que a posição geoestratégica da Terceira, no contexto regional, poderia e deveria ser aproveitada e catapultada a bem da economia regional. Mas o que, infelizmente, se constata não é bem assim.

Ao longo dos tempos e das governações ouvem-se discursos empolgados de altos responsáveis públicos sobre o valor e potencial desta Ilha. Mas das palavras aos

actos o que se vislumbram são políticas, baseadas em meros argumentos economicistas, que dificultam a afirmação da Terceira no contexto regional.

Vejamos apenas alguns exemplos: O Aeroporto e a Aerogare Civil das Lajes

O Sr. Presidente do Governo Regional, na Aerogare Civil das Lajes, aquando da sua inauguração, anunciou outros investimentos que são da maior importância e urgência para potenciar o aeroporto e a economia local e regional.

Falo, concretamente, duma reivindicação antiga do CDS/PP, que é a ampliação da placa de estacionamento de aeronaves civis daquele aeroporto, da construção de um novo Terminal de Carga e dos espaços prometidos para reparação e manutenção de aeronaves e para armazenagem de equipamento de placa.

Todos são essenciais! No entanto, parece que pelo menos um nunca se chegará a concretizar dada, mais uma vez, a política centralista e economicista que concentra a frota da SATA Air Açores apenas noutra ilha! Refiro-me, obviamente, aos espaços para manutenção e reparação de aeronaves.

A ampliação da placa de estacionamento de aeronaves civis é precisamente outro exemplo de investimento estratégico que permitiria, em diálogo com as forças militares, potenciar as escalas técnicas da aviação civil de modo a estimular o crescimento económico e a aumentar as receitas da nossa Região.

Em conclusão, este que devia ser o Aeroporto placa giratória da Região, não pode ficar reduzido a um “apeadeiro” da SATA e também da TAP, no caso dos voos do Pico, rumo a qualquer outro destino.

Não estamos convencidos e muito menos vencidos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Outra das grandes infra-estruturas da Ilha Terceira, onde também já se investiram milhões de euros, mas que não tem servido os reais interesses da economia regional é o Porto Oceânico da Praia da Vitória.

Este era o porto, nas palavras do Presidente do Governo, a 11 de Julho de 2004, se me permite, vou citá-lo: *“oferece excelentes condições de crescimento”* e que *“assumir-se-á como uma importante estrutura nas áreas do transporte marítimo de passageiros e cargas”*.

Na mesma intervenção afirmava, indiscutivelmente peremptório, que com as obras que iriam decorrer naquele porto o mesmo veria “*reforçada a sua capacidade para recepção de navios de cruzeiros e ferries*”.

Hoje, indiscutivelmente peremptório, diz-se que o Governo há muito decidiu fazer um cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo.

Mas, as potencialidades do Porto Oceânico da Praia não se ficam por aqui. No local estão edificadas as infra-estruturas de uma espécie de estaleiro de reparação e construção naval.

Em 2004, o mesmo discurso anunciava o suposto interesse da instalação naquele porto de “*uma empresa de construção e reparação naval de embarcações de recreio e de passageiros*”.

A estrutura, hoje obsoleta, sem utilização, avariada e enferrujada, mal funcionou e encontra-se totalmente abandonada. Mais uma oportunidade perdida que, todavia, ainda pode vir a ser remediada!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Projecto demasiado atrasado para os superiores interesses da ilha e dos Açores é o da construção da Central Geotérmica da Ilha Terceira.

A história – e não vou ser maçador – rola desde os idos anos da década de 80.

As justificações são muitas, mas a certeza é só uma: este projecto não pode sofrer mais qualquer atraso.

Este é um projecto fulcral para o desenvolvimento da Região. Pode concentrar novas tecnologias, mão-de-obra altamente qualificada, reduzir a pegada ambiental, e sobretudo diminuir a dependência externa em relação aos combustíveis fósseis e, conseqüentemente, os custos com a energia.

No capítulo do ensino e da formação profissional temos de deixar de pensar pequeno e necessitamos de uma estratégia para a ilha Terceira, uma estratégia de ilha.

Está na hora de se começar a equacionar uma escola de formação profissional à escala da ilha Terceira, em vez de se andar, outra vez, a investir aqui, para depois se ir investir 20 quilómetros mais ao lado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Qual o futuro para a Terceira?

É que, só a analisar por estas infra-estruturas, percebe-se que as oportunidades estão a ser perdidas desde os tempos da governação do PSD.

A Aerogare resultou da adaptação de um antigo hangar militar. Fraca visão de futuro!

O porto da Praia foi nos tempos do PSD considerado um elefante branco que ficou atrofiado. Fraca visão de futuro!

A geotermia foi, irresponsavelmente e com a conivência das estruturas da ilha do PSD, rejeitada nos anos 80. Naquela altura os norte-americanos quiseram oferecer à Região os estudos necessários para a exploração dos recursos geotérmicos.

Faltou visão de futuro!

A Ilha Terceira tem muitas potencialidades, como todas as outras ilhas e, por isso, precisamos aproveitá-las, tornando-as complementares e não competitivas entre si, numa estratégia de desenvolvimento integrado dos Açores.

É isso que defendemos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do CDS/PP e PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma breve intervenção, depois desta intervenção do Sr. Deputado Artur Lima, para dizer que o Grupo Parlamentar do PS e o Partido Socialista não têm, naturalmente, uma visão apocalíptica sobre o futuro da Ilha Terceira.

É um dado adquirido que a Terceira tem assistido a grandes investimentos e tem assistido a uma grande evolução nos seus processos de desenvolvimento.

Temos investimentos e infra-estruturas fundamentais que nos indicam que podemos estar, não diria tranquilos, mas com uma perspectiva extremamente positiva sobre o futuro da Ilha Terceira.

Além disso é importante dizer também que o Plano para 2010 e a pouca variação do volume de investimento na Ilha Terceira que materializa é um motivo de satisfação para nós.

Temos pena que em muitos dos investimentos, em muitas das opções implementadas na Ilha Terceira, tenhamos sempre uns, bem intencionados outros menos bem intencionados movimentos, às vezes com intenções dúbias, sempre com uma postura e uma crítica destrutiva sobre o projecto de desenvolvimento para a Ilha Terceira.

É importante dizer também, e todos nós temos que ter essa preocupação, que as opções do Plano para 2010 para a Ilha Terceira, à semelhança de todas as outras opções plasmadas nos outros planos, são o cumprimento das promessas eleitorais que constam do programa eleitoral do Partido Socialista.

É importante também lembrar e sinalizar que sucessivamente as políticas, as medidas e as opções do Partido Socialista na Ilha Terceira têm sido alvo de sucessivas vitórias do PS naquela ilha e na Região.

Deputado José Lima (PS): *Muito bem!*

O Orador: Por isso temos a confiança dos eleitores que votaram e sufragaram aquelas opções e são essas opções que estão espelhadas no Plano para 2010.

Portanto, é com satisfação que vemos essas evidências e é com satisfação e optimismo consciente que vemos o futuro da Ilha Terceira.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Lamentavelmente mais uma vez o Sr. Deputado Berto Messias ou não ouviu ou não percebeu a minha intervenção.

A minha intervenção centrou-se numa estratégia de desenvolvimento para a Ilha Terceira.

Foi isso que aqui trouxe numa perspectiva de potencializar os investimentos feitos ou os investimentos que se irão fazer na Ilha Terceira e que são necessários.

V. Exa. já teve, noutras matérias, a resposta do povo terceirense, nomeadamente a nível de votos, que me vou aqui abster de comentar.

Quando o senhor fala em intenções dúbias, é natural que existam, porque as intenções dúbias, relativamente aos investimentos, põem-se, por exemplo, numa divisão entre o cais de cruzeiros se deve ficar em Angra, se deve ficar na Praia, com os socialistas da Praia a defenderem que deve ficar na Praia e com os socialistas de Angra a defenderem que deve ficar em Angra.

Portanto, as dúbias intenções estão aí e V. Exa., Sr. Presidente, a desempatar e a decidir que fique em Angra. As dúbias intenções e divisões existem no PS/Terceira, ao contrário do que o Sr. Deputado vinha aqui a dizer.

O Sr. Deputado nega que a placa de estacionamento para aeronaves civis é importante para a Ilha Terceira? Nega que essa estrutura tinha importância capital nas escalas técnicas? Nega que num estudo feito pela Câmara de Comércio, dizia que eram milhões de euros que entravam de receita na ilha e na Região? Esse investimento está feito, Sr. Deputado? Foi a pergunta que eu fiz.

Está feito o investimento na geotermia, que eu aqui reconheci desde o início que é um processo que nasceu torto e ainda não se endireitou? Está a funcionar a geotermia, quando se sabe que um dos furos tem altíssima potencialidade de produção de energia, mais do que outra central em funcionamento e de outro furo que se fez?

Portanto, apocalíptica, Sr. Deputado Berto Messias desculpar-me-á que lhe diga, foi a sua intervenção.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*): Faremos isso na próxima legislatura.

O Orador: Fico muito satisfeito, Sr. Presidente, que assuma aqui o compromisso de que fará isso na próxima legislatura.

O que se elencou aqui e que nós sempre denunciámos, Sr. Deputado Berto Messias, não andava V. Exa. ainda na política, foi desde a infra-estrutura do porto da Praia, que foi melhorado por V. Exas., já aqui o reconhecemos, que nasceu e foi

apelidado, e devo-lhe dizer que não foi por mim, porque também não andava na política nessa altura, como “elefante branco”, condenado à nascença para ficar atrofiado.

Agora, V. Exa. recorda-se, porque já é do seu tempo, das promessas de desenvolvimento daquele porto, do cais de cruzeiros naquele porto e, portanto, é preciso que haja uma estratégia de desenvolvimento para a ilha e não uma estratégia de desenvolvimento entre Angra e a Praia em que se divide para reinar, brigam todos e não se desenvolve nada. Não é isso que nós queremos.

Uma outra coisa que o senhor não se manifestou, e que nós propusemos, que é pensar, em termos de futuro, numa escola de formação profissional na Ilha Terceira, em vez que andarmos a investir em capelinhas, uma na Praia e outra em Angra e não termos uma verdadeira escola de formação profissional. Localizem-na onde quiserem.

Deputado Berto Messias (PS): Qual é que fecha?

O Orador: Estamos abertos e disponíveis para fazer o estudo.

Para nós, Sr. Deputado Berto Messias, é indiferente que ela fique na Praia ou que fique em Angra do Heroísmo, para nós o que é fundamental é que se faça uma grande estrutura de ensino profissional na Terceira e essa deve ser, à semelhança do que já existe, uma escola de formação profissional da ilha Terceira, com todas as vantagens que isso traz, como o senhor muito bem sabe, em vez que andarmos a alimentar capelinhas divisionistas na própria ilha.

Portanto, é a essa estratégia que nós nos opomos, porque queremos uma estratégia de desenvolvimento da ilha no contexto regional. É isso que nós queremos e não defendemos que se deve fazer um para “ferryzinhos” em Angra do Heroísmo e um para navios de cruzeiro na Praia.

Não defendemos também isso, defendemos, aliás, como V. Exa. defendeu também no Conselho de Ilha, que devia ser feito um estudo para se saber da viabilidade do cais de cruzeiros em Angra do Heroísmo.

Deputado Berto Messias (PS): No qual o senhor não esteve presente.

O Orador: O Conselho de Ilha recomendou que se fizesse um estudo para se tomar a decisão onde é que será feito o cais de cruzeiros..

Sr. Deputado Berto Messias, é esta a estratégia para a Terceira, é uma visão ampla e não míope, como V. Exa. aqui demonstrou ter sobre o desenvolvimento da sua ilha.

Quanto aos votos, eu já uma vez expliquei aqui a que se devia grande parte, a mais valia, ou o valor acrescentado do Partido Socialista. Não o vou explicar outra vez, porque presumo que o senhor percebeu bem da última vez que lhe expliquei.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Berto Messias.

(* **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer que fui perfeitamente claro na minha primeira intervenção.

Disse e reitero que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e os Deputados do Partido Socialista não comungam de visões apocalípticas que têm sido recorrentes sobre a centralidade e o desenvolvimento da Ilha Terceira. Foi isso que disse e reitero.

Deputado José Gaspar Lima (PS): *Muito bem!*

O Orador: É importante também dizer, para terminar esta rápida intervenção, que todos nós queremos sempre mais e melhor. Todos nós, apesar de termos que saber gerir os recursos públicos, e muitas vezes escassos, queremos sempre mais e melhor.

Mas há uma coisa que é uma evidência e há um dado adquirido que todos nós sabemos: as opções do Partido Socialista para a Ilha Terceira, que foram apresentadas nas eleições regionais e que foram sufragadas ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): E cumpridas!

O Orador: ... e o resultado dessas eleições não só representa a confiança no projecto de futuro, mas o reconhecimento pelo trabalho feito no passado, esse resultado é a prova clara e concreta que as opções apresentadas pelo Partido Socialista para a Ilha Terceira são as correctas.

Muito obrigado.

Deputado José Gaspar Lima (PS): *Muito bem!*

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em 2007 afirmei que o Plano em debate (o de 2008) não era para ser levado a sério!

Na altura, o governo socialista já arrastava os pés. Agora com 13 anos, já é penoso ver-vos tentar “motivar um carreiro de formigas atrás de uma migalha”.

Este governo, (com um presidente farto e sem pachorra, 2/3 secretários a jogarem para si e para as suas ambições, mais 2/3 sem capacidade de decisão, com medo da própria sombra, outros ainda sem ideia nenhuma), este governo, dizia eu, apresenta a esta Assembleia um Plano “paço” e “engordurado” – sem ponta de brilhantismo!

Antes os transportes marítimos de passageiros funcionavam mal, mas os barcos novos eram a solução milagrosa ... agora funcionam pior e continuamos a andar em “barcos” velhos!

Antes tínhamos passagens aéreas que custavam o dobro de uma viagem com a mesma duração em qualquer parte do mundo ... agora continuamos a pagar 250 euros para sair dos Açores ... na melhor das hipóteses 150 euros, se tivermos a sorte de encontrar uma “agulha no palheiro”.

Na altura (2007) o PSD disse existir margem para baixar em 20% as passagens aéreas inter-ilhas ... este governos demorou 2 anos para chegar à mesma conclusão. Perderam-se 2 anos!

Passados 13 anos, este Plano é o retrato da vossa resignação.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Já escolheram um banco de jardim para “deitar milho aos pombos”, que o mesmo é dizer ... alimentar clientelas para controlar a sociedade civil organizada e silenciar vozes incómodas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Compramos barcos novos e pagamos por eles. Não temos nem barcos nem dinheiro. 32 milhões de incompetência, ... fora a vergonha que nos fizeram passar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Agora assumimos o papel de “beneméritos” de um estaleiro falido!

No sector dos transportes este Plano é uma “caldeirada” de indefinições!

Em 2007, o governo falava de um estudo sobre o transporte marítimo de passageiros. Passaram 2 anos e não há estudo nenhum!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Depois do desastre da operação deste ano, uma “manchete” do GAGS anunciou que o governo ia avançar com o dito estudo e seria seleccionada uma empresa de “referência”.

“Estudar” agora, 11 anos depois, é porque nunca estudaram! Pior! Pior mesmo é terem gasto 90 milhões sem saber o que queriam!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Um “estudo” agora?!?! “Primeiro estranha-se, depois entranha-se”!

Primeiro estranha-se o descaramento! Depois entranha-se a ideia de que nem tudo o que parece é!

O que parece, ..., é que o governo quer um “estudo” para deixar de andar à “nora”. Isso é o que parece! O que pode ser, é uma espécie de “tiranódoas”, para disfarçar a maior trapalhada da história da autonomia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: Em sede de Comissão de Economia, V. Exa., Sr. Secretário da Economia, confirmou que o mesmo ia estar pronto em Março de 2010.

Perguntei-lhe quais eram as empresas concorrentes. Estranhei que V. Exa. não as soubesse de “cor e salteado”.

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Mas entranhou!

O Orador: O que é que vai ser estudado? Qual a metodologia? Quais são as respostas que querem ver respondidas. Serão apresentadas várias soluções abertas à discussão e análise pública ou a conclusão é fechada e ao “jeito” de quem a pediu.

Quem é que está conduzir o processo? Os mesmos que trataram do Atlântida e do outro coitado!

Não seria sensato que V. Exa. acompanhasse de perto o processo de selecção da tal empresa de “referência”?

É que V. Exa. pareceu muito pouco informado e pronto a “engolir” o que lhe querem impingir.

O mesmo é válido para a substituição dos “cruzeiros”, o Cruzeiro das Ilhas e o Cruzeiro do Canal, anunciado como uma novidade deste Plano. Uma novidade que, pelo que nos foi dado perceber, nem V. Exa. sabe bem o que é quer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: São navios só para passageiros? São para passageiros e viaturas?

Eu registo a evolução de há 15 dias para hoje, mas na Comissão V. Exa. o que disse foi “nim”, talvez sim ou talvez não. “Não excludo” foi a sua resposta que V. Exa. deu em Comissão.

Exactamente! Já se deu para perceber que V. Exas. continuam “às aranhas” e à mercê dos “interesses” do costume.

No transporte aéreo para o exterior, na presença de um Governo fraco e ofegante, só através da concorrência, enquadrada por regras de serviço público, é possível a defesa dos passageiros açorianos.

Nisso eu concordo com o Presidente do Governo quando profetizava em 2004: “*O novo modelo a aplicar a partir de Janeiro de 2005, vai possibilitar que várias transportadoras aéreas possam voar para os Açores num clima concorrencial, ainda que condicionado por obrigações de serviço público*”. Citei o Presidente do Governo.

A “profecia” falhou.

Falhou porque na dúvida, V. Exas. preferem defender o monopólio SATA/TAP em detrimento dos Açorianos.

Falhou porque na dúvida, preferem defender o monopólio SATA/TAP em detrimento da taxa de ocupação dos nossos hotéis!

Falhou porque ainda não perceberam que ao defenderem o monopólio SATA/TAP, penalizam a competitividade do destino Açores e estrangulam o nosso desenvolvimento!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

O Orador: Falhou, porque nem se dão à maçada de reivindicar junto Governo da República a actualização do “subsídio ao bilhete”. É a subserviência preguiçosa!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Termino com um evidência.

Nos transportes, este Plano é feito de “continuações”, “indefinições”, incertezas e confusões.

Nos transportes este Plano põe a “fasquia” tão baixa, que a vossa atitude pode resumir numa frase: continuar, continuando como até agora, “porque para pior já basta assim”!

Para isso não é preciso um governo! Bastava um “governador civil”!

É triste mas é o temos! Até 2012.

Disse

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(* **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar para fazer uma rectificação ou para chamar a atenção ao Sr. Deputado Jorge Macedo em relação àquilo que foi dito em Comissão.

O Sr. Secretário o que disse em Comissão, em relação ao tipo de barcos...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não excluo!

O Orador: Não foi isso que disse, Sr. Deputado, o que ele disse foi barcos tipo ferries essencialmente de passageiros, tendo inclusive dito que estaria contemplado

a possibilidade de transporte de um número reduzido de viaturas. Não foi dito da forma que o senhor aqui disse.

Portanto, não há nenhuma confusão sobre esta matéria e o Sr. Deputado sabe tão bem como eu o que é que foi dito nesta Comissão.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Há confusão da parte do Sr. Deputado Jorge Macedo.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Bem-vindo ao clube!

O Orador: Em relação aos transportes aéreos a vossa bancada padece sempre do mesmo defeito, ou seja, reivindica passagens aéreas mais baixas, mas em momento algum apresenta uma solução para isso.

Sr. Deputado, esclareça-nos se é a favor da liberalização? Qual é o modelo de transporte que defende?

O que este Grupo Parlamentar já afirmou aqui nesta Assembleia é que nós vemos virtualidades neste modelo. Este modelo consegue garantir, tal como reafirmei há bocado, tarifas máximas para residentes muito abaixo da média.

Desafio o Sr. Deputado a ir a qualquer companhia aérea, em rotas semelhantes à nossa, e verifique se o preço máximo praticado para residente não é superior ao nosso.

O que nós estamos aqui a discutir, e foi essa a discussão que o Grupo Parlamentar introduziu, é a questão da tarifa promocional e como o Sr. Deputado bem sabe o que está aqui em causa são as tarifas promocionais e o nível que elas podem atingir. Esta é que é a discussão, porque em nenhuma parte do mundo, e há que desmistificar isto, é possível termos tarifas super flexíveis a 30, 40 ou 60 euros. Isso não existe, Sr. Deputado, é um mito.

Agora, o Sr. Deputado diga qual é a solução que tem para uma coisa que não existe em parte nenhuma do mundo.

Disse.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Creio que não há mais inscrições.

Deputado Francisco César (*PS*): E a resposta, Sr. Deputado?

Presidente: Passamos assim para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De um Plano e Orçamento para os Açores espera-se, legitimamente, que assinale escolhas políticas, que defina prioridades, que trace rumos concretos, que resolva problemas estruturais no sentido de uma determinada visão do desenvolvimento.

De um Plano e Orçamento para os Açores espera-se que dê também respostas a problemas imediatos e dê passos decididos para superar dificuldades de conjuntura.

Ora, a verdade é que, Sras. e Srs. Deputados, estes documentos não satisfazem, infelizmente, estas legítimas expectativas, nem dão resposta a um conjunto de questões essenciais para os açorianos e para a implementação de um modelo de desenvolvimento sustentável social e economicamente mais justo.

Este Plano não traça rumos, em vez disso, apenas dispersa apoios para consolidar dependências e clientelas e satisfazer corporações.

Este Plano não enfrenta problemas conjunturais e estruturais, em vez disso, apenas tenta aplicar paliativos para adiar dificuldades.

Este Plano não toma decisões nem faz escolhas, limita-se a perpetuar a mesma receita de sempre, desejando que esta, por simples acto de vontade, se revele como o que nunca foi: eficaz para garantir o desenvolvimento harmónico dos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

De facto, perante as dificuldades da produção regional e o estrangulamento da criação de riqueza nos Açores, o que o Governo propõe é a continuação do investimento no desmantelamento no sector produtivo.

Apesar de assumir a necessidade de redinamizar a nossa economia, estimulando a produção e o comércio de bens e serviços, a verdade é que para além de não se vislumbrarem medidas e investimentos decisivos, como seriam, por exemplo, a redução significativa dos custos dos transportes marítimos e aéreos, continuam, ao invés, a direccionar-se milhões e milhões de euros para a cessação da actividade agrícola e piscatória e para o resgate leiteiro!

Perante a quebra dos rendimentos e conseqüente retracção do consumo, o Governo continua a não propor medidas que possam aumentar, de forma directa, o rendimento disponível dos açorianos, bem como reduzir os custos de contexto no nosso mercado interno.

Perante a preocupante progressão do desemprego, o governo reduz as verbas destinadas aos programas de emprego e nada propõe para o fomento e defesa do emprego. Esta prioridade ao emprego”, a verdade é esta parece estar muito mais em termos do princípio do que propriamente em medidas concretas de eficácia atestada. O emprego era já a questão prioritária em 2009, sem que se tenham sentido quaisquer conseqüências palpáveis em termos de resultados, bem pelo contrário. Para piorar a situação, os programas específicos para esta área apresentam uma redução comparativa acentuada de investimento previsto, relativamente ao ano anterior.

Continuam a não se vislumbrar medidas que, para além de fomentarem a criação de emprego, possam proteger o emprego existente. Faltam as medidas para combater as dificuldades das pequenas e médias empresas, que constituem o essencial do tecido empresarial da Região.

Perante a necessidade da repartição socialmente equilibrada dos rendimentos e das dificuldades, o que o Governo propõe resultará, uma vez mais, em sacrifícios para os mesmos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A actual crise e o crescimento do desemprego que lhe está associado exercem um peso esmagador sobre os trabalhadores açorianos.

Pressão sobre os seus rendimentos, mas também, pressão sobre os seus direitos. O argumento da crise e a necessidade de manter o emprego a todo o custo têm servido para os obrigar a aceitar piores remunerações, menos direitos, mais precariedade, mais exploração, mais sacrifícios.

Assistimos, nos últimos tempos, a um ataque cerrado aos direitos dos trabalhadores nos Açores, como se fossem estes os responsáveis pela situação de crise e

desastrosa a que chegámos. Um ataque em múltiplas frentes, ao qual não são alheias a actuação, as escolhas e o discurso do Governo Regional!

Desde o caso do despedimento colectivo dos trabalhadores da segurança aeroportuária que exerceram o direito à greve – um processo em que o governo não está, longe disso!, isento de responsabilidades –, à introdução na Região dos processos de lay-off, como sucedeu no Hotel das Furnas em São Miguel, a que já se seguiram mais duas outras empresas igualmente na ilha de S. Miguel e em que uma das empresas, nomeadamente a Astatlântida é fortemente apoiada por benefícios e incentivos regionais e que vem demonstrar um total desrespeito pelos direitos dos seus trabalhadores, e os exemplos são efectivamente muitos, mas também um desrespeito pela utilização das participações financeiras do erário público.

Tenta instalar-se uma campanha que visa responsabilizar quem trabalha pelos problemas dos Açores e utilizar o estafado argumento da crise para os sacrificar ainda mais.

É neste sentido que vêm as afirmações recentes por parte de vários representantes da esfera empresarial que pretendem eliminar o complemento regional ao salário mínimo.

Alegam estes empresários, de forma perfeitamente disparatada e inaceitável, que é esta magra compensação a responsável pelas dificuldades sentidas pelas empresas nos Açores.

Querem fazer esquecer que essa compensação existe justamente por causa dos baixos salários que continuam a ser praticados na nossa Região e talvez nem se lembrem que quanto pior for o poder de compra das famílias piores serão os resultados das empresas.

Mas, sobretudo, o que estes empresários não querem mesmo lembrar, nem aceitarão, com certeza, é que se toque, nos benefícios que recebem em sede de IRC e outros auxílios criados no âmbito do combate à crise.

Esta posição reflecte bem o egoísmo anti-social de um determinado sector que pretende empurrar para os outros todos os sacrifícios e conservar para si todos

benefícios do desenvolvimento económico, continuando a engordar à conta da crise.

Esta postura merece uma resposta muito clara e firme por parte deste Parlamento e das forças políticas nele representadas. Pela parte do PCP Açores, sabem com o que podem contar: a mais determinada oposição a qualquer medida que vise retirar direitos e agravar as condições de vida dos açorianos!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este é um Plano e Orçamento que corresponde às opções do Partido Socialista tem adoptado nos últimos anos, com resultados que estão longe do que seria expectável e desejável.

Para os problemas que enfrentamos, a receita proposta é a de “mais do mesmo”. Uma receita com a qual não estamos de acordo, e que, tal como está, não vai, certamente, contribuir para desagravar as dificuldades sentidas, dia a dia, pelos açorianos.

Estes são os factos e, perante eles, não temos a pretensão de refazer um documento que, legitimamente, compete ao Governo apresentar. Mas não estamos autorizados a desistir. O PCP não desiste nem desistirá, não abdica nem abdicará, não renuncia nem renunciará a tentar, por todos os meios ao seu alcance, de melhorar a vida das açorianas e dos açorianos.

E por isso, apresentaremos propostas que, sem serem milagrosas soluções para o que consideramos serem algumas das insuficiências deste orçamento e desta governação, serão passos. São contributos que visam esboçar novos rumos, anular injustiças e dar um impulsionar decisivamente a superação de obstáculos ao nosso desenvolvimento. Assim o cremos e assim esperamos que seja reconhecido este esforço do PCP Açores, enquanto oposição que não apenas critica e denuncia mas, responsável e construtivamente, propõe. Uma oposição conseqüente, uma oposição com conseqüência.

Disse.

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

O Sr. Deputado Helder Silva pede a palavra para?

Deputado Helder Silva (PS): Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de trinta minutos.

Presidente: É regimental, está concedido.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 15 minutos.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Agradecia que reocupassem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Sei da impossibilidade da Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social estar presente neste momento.

Porque temos isto organizado por blocos temáticos, eu peço ajuda ao Sr. Secretário Regional da Presidência para me informar em que altura é que intervirá a Sra. Secretária.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu gostava de informar a câmara que, como o Sr. Presidente já assinalou, por dificuldades na ligação aérea com o Faial, a Sra. Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social não poderá intervir na ordem prevista das intervenções dos Membros do Governo e, portanto, nesse sentido informávamos a câmara de que a intervenção da Sra. Secretária passaria para amanhã, decorrendo normalmente, a partir daí, a intervenção dos Membros do Governo.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Proponho que, no conjunto, saltemos este bloco temático.

Também já falei com os Srs. Deputados que estavam inscritos para intervir aquando da Sra. Secretária Regional.

Assim sendo, passamos para o sector da saúde e dou a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O plano e orçamento 2010 que vos é proposto materializam o que queremos para o sector da Saúde nos Açores:

Queremos um Serviço Público de Saúde cada vez mais próximo.

Próximo das necessidades dos cidadãos.

E queremos um Serviço Público de Saúde que responda cada vez melhor a essas necessidades.

Em 2010 estará em vigor o Plano Regional de Saúde para esta legislatura. É, de facto, um instrumento essencial ao diagnóstico e à adopção de medidas concretas para prevenir e tratar as principais doenças que afectam os açorianos:

No campo da diabetes, por exemplo - uma doença que, a par da obesidade, afecta cerca de 14% da população, - pretendemos:

- Rastrear de forma organizada a retinopatia diabética e implementar o rastreio do pé diabético em toda a Região;

- Pretendemos também, rastrear todas as crianças do 5º ano com obesidade infantil de forma a compreender a dinâmica deste problemática e a promover o seu encaminhamento para os serviços de saúde, nomeadamente para consultas de nutrição.

- Pretendemos igualmente incentivar a criação do “menu saudável” na restauração colectiva, de modo a que em cada restaurante nos Açores possa haver uma opção clara por uma alimentação saudável.

No campo das doenças oncológicas.

Decorre, já, em toda a Região o rastreio do cancro da mama que se tem revelado eficaz e com benefícios claros para as mulheres açorianas.

Em 2010:

- Implementaremos o rastreio do cancro do colo do útero, que permitirá identificar e tratar, a tempo, muitos casos.

Seguindo as estatísticas mundiais, poderemos estar a falar de 950 mulheres nos Açores com problemas no útero.

- Programaremos, também, o rastreio do cancro colo-rectal em todos os centros de saúde;

- E dotaremos os Serviços de Pediatria dos Hospitais com meios necessários e adequados a um melhor acompanhamento das crianças que sofrem de cancro.

No campo das doenças cérebro-cardiovasculares,

Para uma resposta mais eficiente nas situações de emergência:

- Criaremos a via verde coronária;

- E a via verde do AVC;

Deste modo, articulando os serviços de atendimento dos Centros de Saúde com as urgências dos hospitais, haverá um diagnóstico mais rápido dos doentes com enfarte ou com AVC, onde quer que se situem, e serão encaminhados de forma prioritária, já com a terapêutica adequada, para os Hospitais da Região.

São medidas que salvarão muitas vidas.

Mas, a proximidade dos cidadãos também se reflecte e de forma muito especial, na deslocação de doentes.

Esta acção, dispõe de uma verba de quase 2,4 M€ que visa cabimentar o novo regime de deslocação de doentes inter-ilhas e ao estrangeiro que queremos implementar, já no primeiro trimestre de 2010.

E o que pretendemos é muito simplesmente ir ao encontro das necessidades dos cidadãos:

Este novo regime vai permitir, por exemplo:

- Que ambos os pais possam acompanhar os filhos com menos de três anos na deslocação por doença grave ou intervenção cirúrgica;

- Que os cidadãos com necessidades especiais, crianças ou adultos, tenham direito a um segundo acompanhante, quando necessitem.

- Que as mulheres que estão grávidas e que vivam numa ilha sem hospital possam livremente escolher o Hospital da Região onde pretendem realizar o parto;

- De igual modo pretendemos reenquadrar a deslocação de doentes ao estrangeiro, tornando este processo mais transparente e dando a conhecer aos Açorianos em que condições é que podem deslocar-se. Referimo-nos não só ao tratamento de

alguns cancros, mas também ao tratamento de doenças súbitas ou raras que ponham em causa a qualidade e a vida das pessoas.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nesta filosofia de proximidade, demos cumprimento em 2009 à criação da primeira linha telefónica de apoio a doentes nos Açores. Refiro-me à Linha Saúde Açores. Com esta medida não só conseguimos identificar e encaminhar os casos suspeitos de Gripe A, com sucesso, como também tiramos dúvidas e aconselhamos as pessoas quanto ao acesso adequado aos serviços de saúde.

Mas podemos ir mais longe.

Em 2010, tencionamos expandir a acção da Linha de Saúde Açores, promovendo o atendimento generalizado das situações de doença súbita e o encaminhamento articulado para os serviços de urgência.

Creemos que, esta nova funcionalidade da Linha de Saúde Açores, poderá constituir uma importante ajuda em muitas situações:

Refiro-me aos idosos, aos doentes crónicos, diabéticos, hipertensos, que vivem muitas vezes situações de ansiedade e só necessitam de um aconselhamento momentâneo.

Refiro-me também aos pais, em relação aos seus filhos que poderão, também encontrar um aconselhamento com um profissional de saúde e o melhor encaminhamento para os serviços de atendimento ou de urgência.

São medidas que permitirão, verdadeiramente, melhorar a proximidade entre as pessoas e os serviços de saúde.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Outra área de que nos ocupamos é a das dependências.

Apesar das estatísticas já não serem tão desfavoráveis em relação aos Açores, este é um problema que tem bastante visibilidade na sociedade açoriana.

Quem de nós não conhece jovens que não souberam dizer não?

Resolver este problema e apoiar as famílias - que acabam também por sofrer - é um objectivo claro deste governo.

Em 2010 propomo-nos iniciar a construção do centro de reabilitação de menores de 18 anos, em São Miguel.

Queremos, deste modo, e de forma prioritária tratar os jovens com programas apropriados e apoiar simultaneamente as famílias que muitas vezes já não sabem o que fazer.

Queremos, de igual modo, implementar o Centro de Adictologia da Horta, promovendo um acompanhamento mais especializado dos casos que se verifiquem nas ilhas do Faial, Pico, Flores e Corvo.

Daremos continuidade ao programa EXPRESSA-TE, indo ao encontro dos jovens, nos locais onde se iniciam os consumos, como nas imediações das escolas e nos locais de diversão nocturna.

Enfermeiros, Psicólogos, técnicos Sociais, juntos, unirão esforços para esclarecer os jovens quanto aos perigos e consequências das dependências.

Igualmente em todas as escolas da Região prosseguirá o programa “TU DECIDES” promovendo o debate alargado também com os pais e dando competências aos jovens para saberem dizer “Não” sem, por exemplo, perderem o seu grupo de amigos.

Quanto ao tratamento, destacamos a implementação de postos móveis para administração de metadona e acompanhamento e referenciação dos casos mais graves.

Trata-se de um programa de minimização de danos, que se vai consolidar no corrente ano em São Miguel, e que se destina às franjas mais frágeis da população, alheias a toda a vida da nossa comunidade e que persistem no consumo patológico.

Esta é uma medida de grande alcance, pioneira nos Açores, que permitirá cativar essas pessoas para um programa de desintoxicação e de reabilitação.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O plano de investimento na área da Saúde cresce 21% em relação a 2009.

Ao longo desta intervenção procurei destacar as principais medidas da Saúde que em 2010 terão um impacto directo na vida dos Açorianos.

Mas existem outras que pretendem incutir no sistema público de saúde factores de eficiência e que não resultam explícitas das acções do plano:

Por exemplo:

Criaremos em 2010 o Conselho Regional de Saúde, órgão plural de carácter consultivo nas grandes decisões, para o sector da saúde.

Igualmente, daremos corpo às Unidades de Saúde de Ilha, mesmo nas ilhas com Hospital, o que promoverá a profissionalização da gestão e a optimização dos recursos humanos e materiais.

E apostaremos sem dúvida na Qualidade dos Serviços:

- Queremos que o Hospital da Horta e o Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo sejam acreditados internacionalmente, tal como o Hospital do Divino Espírito Santo em Ponta Delgada. Os benefícios desta acreditação são claros para todos os seus utentes.

- E pretendemos iniciar em todos os centros de saúde processos de qualidade, também, com vista à sua acreditação.

Discutir um plano e orçamento é discutir opções.

E as nossas opções materializam este propósito:

- Ir ao encontro das necessidades dos cidadãos.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Estão inscritos os Srs. Deputados Cláudio Lopes, António Ventura e a Sra. Deputada Zuraida Soares.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Lopes.

(*) Deputado Cláudio Lopes (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na proposta do Plano para 2010, que analisamos neste parlamento, para a construção do Centro de Saúde da Madalena está prevista uma verba de 500 mil

euros. É nossa convicção que com 500 mil euros o Centro de Saúde da Madalena do Pico não será ainda uma realidade em 2010, nem em 2011 como já foi anunciado.

A saúde é um bem precioso.

No Pico a rede de cuidados de saúde é muito precária. Os cerca de 15 mil picoenses que lá vivem todo o ano sentem bem na pele as dificuldades dessas insuficiências.

Nasce-se fora da ilha e morre-se muito frequentemente fora da ilha.

A travessia do canal no sentido Pico/Faial é tantas vezes uma dolorosa aventura que parece demorar uma eternidade...

Deputado Costa Pereira (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... e é por vezes mesmo uma travessia para a eternidade.

Em matéria de saúde os picoenses estão cansados de ouvir tanta promessa e já em pouco ou nada acreditam nessa matéria.

Porém, Sr. Secretário da Saúde, gostava que V. Exa., com a maior objectividade possível, informasse esta câmara do seguinte:

Para quando podem os picoenses contar com o novo Centro de Saúde na Madalena e com que valências poderão contar neste novo Centro de Saúde e em toda a rede de cuidados da Unidade de Saúde da ilha do Pico?

Muito obrigado.

Deputados Jorge Macedo e Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Passados 11 anos, desde que o Governo Regional fala sobre o novo hospital para a ilha Terceira, no início de Setembro viram os terceirenses entrar as máquinas no terreno para a 12 de Outubro saírem, ou seja, o terreno voltou a ser pastagem.

A questão que quero colocar ao Sr. Secretário é muito simples e concreta:

O que é que se passa com a aquela obra e se o hospital é para construir?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(* **Deputada Zuraída Soares** (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu repetiria uma questão que, em período de audições na preparação deste nosso debate, ficou por esclarecer, tanto na resposta dada pelo Sr. Secretário como, na ocasião, pela Sra. Secretária do Trabalho e Solidariedade Social, que está ausente, que, como deve imaginar, se prende com o plano de prevenção das gravidezes adolescentes.

Como a resposta não foi satisfatória, eu vou ser muito objectiva nas perguntas para ver se a resposta também pode ser objectiva.

Se já foi efectuado o levantamento de todas as medidas que directa ou indirectamente têm reflexo na prevenção da gravidez na adolescência?

Convinha perguntar se estes elementos já foram remetidos à Professora Canavarro, conforme aqui foi afirmado que seriam, e se já foram remetidos quando estará disponível o plano de acção na prevenção de gravidez na adolescência, para ser implementado na Região?

A outra questão prende-se com Centro de Radioterapia dos Açores e a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário, é a seguinte:

Sabendo que está a ser redigida a minuta contratual com o consórcio que ganhou o concurso, pergunto-lhe se este consórcio será, por hipótese, a Medical Consult ou alguma das suas subsidiárias ou associadas, uma vez que tal é desconhecido?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(* **Deputado Artur Lima** (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O grande capital agora vai falar.

Ouvi a intervenção do Sr. Secretário Regional da Saúde e registo como positivas algumas medidas que aqui anunciou, nomeadamente a do acompanhamento de crianças, quando doentes deslocados, pelos pais, coisa que já havia grandes queixas do Serviço Regional de Saúde.

Essa medida é positiva. É também positivo o novo regulamento de doentes deslocados e que permite, por exemplo, às grávidas escolherem o hospital onde o seu filho irá nascer.

Não andava ainda o Sr. Secretário por cá e nós já tínhamos proposto uma medida em que os doentes também deviam poder escolher o hospital onde queriam ser operados, escolher o seu médico para serem operados, na tal liberdade de escolha que agora assiste às grávidas.

De resto, Sr. Secretário, o Conselho Regional de Saúde e as Unidades de Saúde de Ilha, estão previstas no Estatuto Regional de Saúde de 99 e em 10 anos nunca foram criados. Vem-se criar agora curiosamente quando esta semana vamos proceder a uma alteração do Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Se era para proceder a uma alteração do Estatuto do Serviço Regional de Saúde, por que não se fez essas alterações na alteração do Serviço Regional de Saúde? Embora não fosse necessário, mas podia ser tudo discutido de uma vez, em vez de se andar a discutir aquela matéria separada, por esta efectivamente já está prevista, a extinção é que não está.

Quanto à Acreditação nos Hospitais muito positiva que tem dado bons resultados em Ponta Delgada, já várias vezes foi prometida aqui pelo ex-titular da pasta e, sobretudo, anunciado e reanunciado o Processo de Certificação de Qualidade dos Centros de Saúde que nunca foi posto em prática até hoje, apesar de ter sido bastas vezes anunciado aqui e que faz muita falta como o Sr. Secretário bem sabe.

Sr. Secretário, eu queria perguntar-lhe muito especificamente em relação SIS-ARD o ponto da situação, neste momento, deste importante e volumoso investimento que foi feito na Região Autónoma dos Açores? Uma vez que não há nenhuma verba inscrita, deduzo que ele estará terminado.

Também lamento, Sr. Secretário, que a telemedicina ainda não seja uma realidade nem uma prioridade do Governo Regional dos Açores, prometido desde 1997. É cada vez mais fácil executá-la. Com a evolução da tecnologia que temos tido ao nível das comunicações é facilimo implementar a telemedicina e não percebo a resistência do Governo Regional ao não querer implementar a telemedicina nos

Açores, deixando por isso as ilhas sem hospital e as ilhas mais distantes desprotegidas nessa matéria.

Quando o Governo fala das novas tecnologias, que ainda neste plenário anunciou, esquece desgraçadamente a telemedicina.

Quero fazer uma pergunta muito directa.

Já que se falou no desaparecimento de um barco para os lados da Graciosa, eu queria perguntar ao Sr. Secretário o que é que é feito do barco ambulância para transporte de doentes, prometido ali pelo ex-Secretário da Saúde, a ser construído nos estaleiros de Viana do Castelo ou se se desistiu da ideia, qual é a solução que tem para o transporte de doentes entre o Pico e o Faial?

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começando pelo Sr. Deputado Cláudio Lopes, devo dizer que o nosso objectivo é que o Centro de Saúde na Madalena esteja concluído em 2012.

Portanto, neste momento, tivemos um problema com o levantamento topográfico do terreno e em Dezembro vamos prosseguir com o concurso público que já estava a decorrer.

Isto atrasou-nos cerca de seis meses no início da obra e no início do lançamento do concurso da empreitada.

Portanto, a haver obra, no caso do Centro de Saúde da Madalena, começará apenas no quarto trimestre de 2010, daí que o valor também seja esse que aqui está no Plano.

Em relação às valências do Centro de Saúde da Madalena, aquilo que se pretende é centralizar o serviço da urgência para a Ilha do Pico no Centro de Saúde da Madalena, centralizar também a questão do internamento, não prescindindo do internamento que existe nos outros Concelhos e que poderá ser requalificado para a rede de cuidados continuados e terá, tal como foi prometido, uma sala de partos e uma sala para pequenas cirurgias.

Estas são as valências que pretendemos implementar e este é o calendário de execução da obra que está previsto.

Sr. Deputado António Ventura, em relação ao novo hospital da Ilha Terceira ele cumpre com a programação que estava acordada com o concorrente. Neste momento o concorrente está a fazer os projectos de especialidade de forma a obter o licenciamento para começar as obras.

O próximo passo que vamos observar no terreno do Hospital é precisamente o movimento de terras para depois então, quando o projecto estiver efectivamente licenciado, começar a sua construção.

Deputado António Ventura (PSD): Coincidência das coincidências a entrada das máquinas foi no dia 12 de Outubro.

O Orador: Em relação à Sra. Deputada Zuraida Soares e à questão da gravidez na adolescência, obviamente que a gravidez na adolescência preocupa o Governo Regional e tanto é que foi o Governo que promoveu a realização do estudo de gravidez na adolescência e assumiu o compromisso publicamente, e perante esta Assembleia, de dar continuidade a todas as medidas que foram previstas nesse estudo.

Neste momento ainda procedemos ao levantamento de todas as acções que têm impacto da gravidez na adolescência que é uma problemática bastante complexa e que não se pense só que é por causa desta medida ou desta acção.

Portanto, quando tivermos esse levantamento, faremos chegar, com certeza, à Professora Cristina Canavarro que, aliás, já foi contactada para esse fim.

No entanto, todos os dias existem técnicos sociais, existem enfermeiros nos cuidados domiciliários que prestam assistência a esses bairros mais problemáticos e onde essa situação se verifica e que têm um tratamento e uma influência directa no acompanhamento desta situação.

Em relação ao Centro de Radioterapia dos Açores, conheço esta empresa como participante no consórcio.

Sr. Deputado Artur Lima, antes de mais gostaria só de esclarecer os pontos que foram levantados na sua intervenção.

Relativamente ao SIS-ARD, o ponto da situação é que nós estamos a desenvolver os projectos piloto no Centro de Saúde da Ribeira Grande e no Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo.

O que está previsto é, a partir do fim deste ano até ao fim do primeiro trimestre de 2010, passar esse protótipo, que já vem numa formulação final, para os outros Centros de Saúde e para os outros hospitais. Este é o ponto da situação.

Queremos que o SIS-ARD seja uma realidade em 2011 tal como já foi dito aqui nesta Assembleia e existe uma verba para prosseguirmos com este fim e que é 1,5 M€ que está numa acção no Plano, que depois poderei especificar.

Portanto, está contemplada quer o SIS-ARD, quer a Telemedicina que lhe está obviamente associada e, portanto, a Telemedicina é uma prioridade para este Governo. Aliás, instalámos recentemente na Ilha do Corvo uma vídeo-conferência precisamente para potenciar a Telemedicina. Esta é uma preocupação do Governo.

A remodelação de todos os equipamentos de RX e de TAC na Região demonstram bem a importância que a Telemedicina terá aqui nesta Região.

Em relação ao barco ambulância, não tenho elementos neste momento para lhe poder responder a essa questão.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Secretário, efectivamente V. Exa. acabou por me dar razão daquilo que eu digo há anos, ou seja, que para se implementar a telemedicina nos Açores não era necessário o SIS-ARD, porque uma coisa é independente da outra e ainda hoje mais razão me dá V. Exa. quando temos, e bem, equipamentos digitais de RX nos hospitais e centros de saúde, o que facilita enormemente a transmissão desses dados.

Como se lembra há 10 ou 12 anos atrás era preciso uma linha especial, que na altura era a linha RDIS, única condição que havia para se transmitir dados com alguma rapidez e com alguma largura de banda. Como sabe esse problema está ultrapassadíssimo hoje em dia e a prova é o que os senhores fizeram exactamente no Corvo

Portanto, o que eu não percebo, Sr. Secretário, é por que é que não se alarga a telemedicina nos Açores, porque não depende em nada do SIS-ARD?

Qualquer centro de saúde tem computador, qualquer centro de saúde tem linhas telefónicas com largura de banda e, portanto, todos os meios tecnológicos estão disponíveis para se implementar a telemedicina em massa nos Açores.

Não percebo é a teimosia de não se querer instalar isso em massa, fazendo depender mais um ano e meio, pelos vistos até 2011, do SIS-ARD.

Já agora, Sr. Secretário, eu julgava que nesta fase de implementação do SIS-ARD e devido àquelas reuniões todas que foram feitas, que os módulos da especialidade já tivessem todos feitos. Pelos vistos ainda não estão, tem coisas ainda em espanhol que não foram traduzidas e continua-se à espera.

Portanto, o programa não veio para a sua experiência piloto na sua fase final ou praticamente final. Aí é que está o problema.

Investiram-se milhões de euros, e o Sr. Secretário acabou por não me dizer quanto é que se investiu no SIS-ARD até hoje, e o programa vem numa forma muito embrionária em que os módulos de especialidade não estão feitos. Como sabe, uma receita leva no mínimo quatro medicamentos e para se escrever o outro medicamento a seguir tem que se ir ao início do processo do doente para depois se tornar a abrir a receita para tornar a passar o medicamento nº 2 e, portanto, está numa fase muito embrionária, segundo testemunhos que tenho tido de profissionais de saúde.

Ou seja, o que eu esperava nesta altura era que este programa estivesse a funcionar mais amplamente, que tivesse pelo menos traduzido para português, porque era isso que se esperava do tão elevado investimento. Pelos vistos não é isso que acontece e o programa está numa fase embrionária e ainda vai precisar, segundo bem percebi das palavras do Sr. Secretário, mais um ano e meio para estar numa fase total de implementação.

Portanto, acho que, pelo preço que ele custou, devia estar a funcionar, quando havia, por exemplo, outras alternativas no mercado e em funcionamento no Continente português, em alguns hospitais da rede pública e também privada.

Sinceramente esperava que isso acontecesse e já o tinha dito aqui. Espero que daqui para o futuro as coisas corram bem melhor, porque se é realmente assim, vamos mal.

Quanto ao barco ambulância eu devo dizer ao Sr. Presidente do Governo, e é informação que tenho aqui, não negando que V. Exa. o tenha anunciado, que o Governo dos Açores vai encomendar aos estaleiros de Viana do Castelo uma embarcação destinada em exclusivo ao transporte de doentes do Pico para a ilha do Faial. Anunciou o Secretário Regional dos Assuntos. É o que eu tenho aqui.

“Domingos Cunha explicou que a entrada em funcionamento do equipamento, uma espécie de ambulância marítima, para garantir a qualidade às viagens de doentes do Pico que precisem de tratamento no hospital da Horta”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(* **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à associação entre telemedicina e SIS-ARD eu só gostaria de esclarecer um ponto: é que a telemedicina não está dependente do SIS-ARD, o SIS-ARD vai é potenciar muito a telemedicina nos Açores.

Agora, também para avançarmos para um programa de telemedicina é preciso estudarmos bem os requisitos e bem as especialidades em que ele pode ser aplicado e, portanto, é isso que vamos fazer ainda em 2010.

Em relação à aplicação e aos eventuais constrangimentos que a aplicação possa ter nesta fase de implementação ainda embrionária, aquilo que lhe posso dizer é que nós já estávamos à espera de ser assim, ou seja, de aproveitar agora para corrigir esta aplicação de modo a que passe depois, sem qualquer tipo de problemas, para as outras unidades de saúde.

Este é o período experimental onde se pode precisamente proceder às devidas alterações do programa.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A proposta de Plano e Orçamento para 2010, na área da saúde, é modesta nos objectivos, inconsequente nas opções e incompreensível nas prioridades.

A avaliação das políticas de saúde não se esgota neste debate, nem se limita à apreciação das dotações financeiras propostas pelo Governo Regional.

Há um escrutínio entre as opções tomadas ao longo de treze anos de governação e os resultados alcançados.

Ao longo dos anos, os sucessivos governos socialistas erraram nas prioridades.

A saúde para todos tornou-se numa miragem para os Açorianos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Ao longo dos anos, o Serviço Regional de Saúde cresceu em recursos humanos, em meios técnicos, em instalações, em cuidados prestados aos utentes e numa generalizada melhoria da saúde dos Açorianos.

O grande problema é o que está por fazer - as opções que o Governo Regional deveria ter tomado e adiou sistematicamente.

Podendo fazer escolhas essenciais, o Governo Regional limitou-se a gerir o dia-a-dia.

Os gastos com a saúde aumentaram exponencialmente, sem que o Serviço Regional de Saúde dê uma resposta satisfatória ao nível dos cuidados primários de saúde.

Entre 1996 e 2007, o número de médicos da carreira de clínica geral passou de 110 para apenas 125, num total de 512 médicos no Serviço Regional de Saúde.

Os Açores necessitam urgentemente de mais 60 novos médicos de medicina geral e familiar.

A manutenção dum ultrapassado modelo de funcionamento dos centros de saúde e da sua articulação com os hospitais e a falta de recursos humanos ao nível dos cuidados primários de saúde, conduzem a uma elevada pressão nos atendimentos

urgentes – cerca de 417.000 – afinal o único recurso para quem não tem médico de família e não dispõe de meios para pagar uma consulta privada, numa Região em que a medicina privada é mais cara do que no resto do país.

O Plano Regional de Saúde – em discussão pública até há poucos dias – é um simples repositório de estatísticas e uma piedosa colecção de planos sectoriais, desarticulados entre si. De Plano só tem mesmo o nome.

A Carta Hospitalar e a Carta dos Equipamentos de Saúde, documentos essenciais no planeamento do Serviço Regional de Saúde e prometidos há mais de seis anos, ainda não estão concluídos.

Em 1997 - Portaria 62/1997, de 7 de Agosto - o Governo Regional definiu um regime de prevenções hospitalares, de carácter provisório, fixando que, até 30 de Novembro desse ano, um grupo de trabalho apresentaria uma proposta para a sua alteração.

Passados doze anos, o grupo de trabalho nunca reuniu e o Governo continua sem definir um novo regime de prevenções, provocando reconhecidas disfunções nas urgências hospitalares.

A informatização do Serviço Regional de Saúde, desde 2008, é um pântano de equívocos e de atrasos sucessivos.

O Governo Regional adia a aplicação na Região da Carta dos Direitos dos utentes no acesso ao Serviço Regional de Saúde, para não cumprir a obrigação de fixar tempos máximos de resposta aos cidadãos.

Um pouco por toda a Região, Câmaras Municipais substituem-se ao Governo Regional na prestação de consultas ou na realização de alguns exames, dando aos Açorianos as respostas que o Serviço Regional de Saúde já não é capaz de dar.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: A Saudaçor, SA e os Hospitais, EPE devem a todos e pagam tarde aos seus fornecedores, afundando-se em pesados passivos.

O sub-financiamento do Serviço Regional da Saúde é crónico, como assinala o Tribunal de Contas.

O Serviço Regional de Saúde está endividado, muito endividado, com um passivo superior a 300 milhões de euros.

Até o combate à gripe A, nos Açores, se tornou numa cintilante exibição mediática, em que um Secretário Regional da Saúde, politicamente fragilizado, procura demonstrar a autoridade de que nunca dispôs, à hora dos telejornais.

Vozes das bancadas do PSD e PPM: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PS revela uma crónica incapacidade na área da saúde.

Do imprevisto à promessa oportunista, da prioridade adiada à decisão inconsequente, da incapacidade política à pseudo-contratação de médicos de clínica geral da República Checa, tudo tem servido para não reformar o Serviço Regional de Saúde.

Há um problema de gestão e de organização do Serviço Regional de Saúde que o PS já demonstrou não saber como resolver.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Onde sobraram os recursos, faltou a vontade.

Onde existiu oportunidade, faltou a coragem para decidir.

Onde se exigia mudança, imperou o conformismo.

Com o PS no Governo, os açorianos não são tratados com dignidade e igualdade no acesso à saúde.

Deputado João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Governo Regional, a cada novo plano e orçamento, anuncia sempre que “desta vez é que é”, sem conseguir libertar-se da sua própria herança governativa.

Assombrado pelo seu passado, o PS teme o futuro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra para tal o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelentíssimo Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Saúde na Região Autónoma dos Açores é, e continuará a ser, segura e de qualidade.

A conjuntura arquipelágica dos Açores induz estratégias específicas e implementações de sistemas complexos de organização em saúde.

A diversidade das infra-estruturas de saúde na Região Autónoma dos Açores, com dezasseis (16) Centros de Saúde e os seus respectivos Postos de Saúde, três (3) Hospitais e um (1) Centro de Oncologia, a multiplicidade dos equipamentos, a sua modernização e a acessibilidade dos utentes ao Serviço Regional de Saúde trasladam para uma elevada despesa e para sobrecustos consideráveis.

A despesa da Secretaria Regional de Saúde, para 2010, será de duzentos e trinta e seis milhões, quatrocentos e cinquenta mil, quinhentos e cinquenta e um euros (€ 236 450 551), representando dezasseis vírgula sete por cento (16,7%) do orçamento global da Região Autónoma dos Açores, mais zero vírgula oito pontos percentuais (0,8) do que tinha em relação ao ano de 2009. Desta despesa noventa vírgula um por cento (90,1%) é afectada ao Serviço Regional de Saúde.

O investimento público no Plano e Orçamento, para o ano de 2010, para o desenvolvimento das infra-estruturas e do sistema de saúde, preconiza uma verba de vinte milhões, setecentos e trinta e três mil e sessenta e oito euros (€ 20 733 068), por modo a permitir a viabilização de muitos programas e de diversos projectos com grande interesse para todas as ilhas dos Açores. Uma verba superior em cerca de sensivelmente, quatro (4) milhões de euros, quando comparado com o ano de 2009.

No Plano de Investimento da Região constata-se um aumento para a saúde, a Secretaria Regional da Saúde passa de dois vírgula seis por cento (2,6%), para quatro por cento (4,0%) do total de investimento, um aumento de um, ponto quatro pontos percentuais (1,4), em relação ao ano de 2009.

As estratégias para a Saúde continuam a merecer do Governo Regional dos Açores e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista uma atenção especial.

Temos a convicção que todas as orientações políticas implementadas levarão a um aumento da qualidade do Serviço Regional de Saúde e uma consequente melhoria dos níveis de saúde dos açorianos.

Continuar a aperfeiçoar as políticas de promoção da saúde e a prevenção das doenças.

Elaborar e implementar o Plano Regional de Saúde.

Concretizar o Programa de Controlo da Infecção.

Permitir um Registo e um Rastreio Oncológico.

Desenvolver uma Política Regional do Medicamento.

Realizar o Programa Regional de Saúde Mental.

Consolidar a rede de cuidados continuados.

Continuam a ser as prioridades para o ano de 2010.

Promover a universalidade e a acessibilidade de todos os cidadãos aos cuidados de saúde.

O Partido Socialista sempre sustentou uma saúde para todos.

A saúde só para alguns não faz parte do nosso rumo político.

Para dar continuidade à informatização base do sector na Região Autónoma dos Açores, o governo prevê um investimento de um milhão e meio de euros (€1 500 000) no reforço da informatização do Serviço Regional de Saúde.

Quem não entende as potencialidades da informática em todos os procedimentos da saúde, não entende o progresso, nem vislumbra com lucidez o futuro.

O Sistema de Informatização da Saúde - Açores Região Digital (SIS-ARD) vai decididamente permitir o progresso, a modernidade, a eficiência dos recursos, a qualidade dos serviços e o rigor dos custos.

A Região Autónoma dos Açores necessita de uma rede informática fiável e consistente.

Fomentar as parcerias com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS), Organizações Não Governamentais (ONG) e outras instituições, prosseguindo com o estabelecimento de protocolos de investigação e

desenvolvimento, com universidades, hospitais e institutos, no sentido de articular e racionalizar os recursos e os meios existentes.

Uma ligação forte entre as instituições fomenta de imediato ganhos em saúde para as pessoas.

Prosseguir com políticas de promoção de qualidade nos serviços, designadamente através da criação de bolsas de investigação e de especialização.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende que a qualidade da saúde faz-se com recursos humanos bem formados e especializados.

O Governo Regional vai dar continuidade às políticas de saúde materna, planeamento familiar e incentivo à natalidade.

Os Açores necessitam de mais pessoas para sustentar a melhoria gradual da qualidade de vida dos açorianos.

Continuar a reforçar a capacidade de intervenção em sede de emergência médica.

Continuar os desenvolvimentos das infra-estruturas e dos sistemas de saúde.

Dar início à construção dos novos Centros de Saúde de Santa Cruz da Graciosa, da Madalena do Pico e de Ponta Delgada.

Começar a ampliação do Centro de Saúde de Vila do Porto.

A participação na construção da Unidade de Geriatria da Casa de Saúde de S. Miguel está contemplada para o próximo ano de 2010.

Já se iniciou a construção do novo Hospital de Angra de Heroísmo,...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já se iniciou? O Sr. Secretário disse que não!

O Orador: ... que será mais uma obra importante para todos os açorianos. Esta será mais uma infra-estrutura de saúde de grande qualidade e certamente será mais um hospital de referência para todos, como o Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada já o é para os Estados Unidos da América no Atlântico Norte.

O valorizado e delineado investimento na qualidade dos equipamentos das instituições públicas de saúde é um factor determinante para o desenvolvimento sustentado do sistema de saúde na Região Autónoma dos Açores.

Completar, acompanhar e assessorar os procedimentos do processo de concepção e construção do Centro de Radioterapia dos Açores em regime de parceria Público - Privada.

Continuar a colaboração com as autarquias locais em projectos de saúde comunitária de iniciativa própria e colaborar com a implementação de casas mortuárias junto das populações.

Estas estratégias do Governo Regional serão influências muito positivas para o bem-estar das populações e vão certamente valorizar, catalizar e elevar a saúde da Região.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estudar, diagnosticar, tratar e combater as dependências são prioridades do Governo Regional e do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Desenvolver e consolidar o Plano Regional contra as Dependências.

Reforçar a prevenção e o tratamento através de acordos de cooperação com diversas instituições.

Dar atenção e apoiar os programas de reinserção.

Criar em S. Miguel um Centro de Reabilitação e Tratamento de jovens com menos de 18 anos e conceber na ilha do Faial um Centro de Adictologia.

O Governo da Região Autónoma dos Açores pretende continuar a reforçar o investimento, dando grande prioridade e muita atenção ao Programa de Prevenção e Tratamento de Comportamentos de Risco, no Plano e Orçamento, para o ano de 2010, com uma verba de um milhão, quinhentos mil euros (€1 500 000) .

A Formação e as iniciativas em Saúde são contempladas com onze milhões, setecentos e vinte e quatro mil e oitocentos e sessenta e oito euros (€11 724 868), verba fundamental para agilizar muitos projectos de grande mais valia para a saúde dos Açores.

O Projecto de implementação e operacionalização da rede de cuidados continuados e paliativos, um investimento de um milhão, oitenta e três mil seiscentos e setenta e cinco euros (€1 083 675), vai produzir um incremento muito considerável na prestação de serviços aos idosos e aos mais carenciados.

O Projecto de implementação e operacionalização da melhoria das acessibilidades ao Serviço Regional de Saúde, com um investimento de um milhão, setecentos mil euros (€1 700 000).

Estes projectos irão assegurar ganhos em saúde relevantes para as pessoas envolvidas e para a Região Autónoma dos Açores.

O Plano e o Orçamento para o ano de 2010 para a saúde está bem organizado, é equilibrado e como tal merece o total e o incondicional apoio do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O apetrechamento e a modernização dos equipamentos para as unidades de Saúde, a aquisição de viaturas para o Serviço Regional de Saúde e a aquisição de material e equipamento específicos para a Emergência Médica terão um investimento considerável, de um milhão, cento e um mil e quinhentos euros (€1 101 500).

O Governo Regional vai investir na actualização dos Profissionais de Saúde, um milhão, cento e cinquenta mil euros (€1 150 000) no próximo ano de 2010, quantia idêntica à do ano transacto. Esta verba destina-se à concessão de bolsas para os sectores mais carenciados, bem como para apoiar as iniciativas de formação com interesse para o Serviço Regional de Saúde.

Para o Plano de Contingência – Saúde Pública, este ano, será adjudicado um milhão de euros (€1 000 000), para o planeamento, para a sua implementação e para a necessária avaliação das medidas no âmbito da saúde pública.

O Plano Regional de Saúde, um investimento de quatrocentos e cinquenta mil euros (€450 000), vai permitir operacionalizar acções de desenvolvimento e apoio aos diversos Programas Regionais.

O Programa Regional de Nutrição e Diabetes, o Programa Regional de Doenças Oncológicas, o Programa Regional de Doenças Cérebro Cardio Vasculares, o Projecto de Estudo da Leptospirose, o Programa de Saúde Oral, o Programa de Saúde Mental e o Programa de Cuidados Continuados e Paliativos a Idosos terão um incremento que se traduzirá certamente numa melhoria dos níveis de saúde da nossa população.

A organização de programas de saúde por sectores específicos vai trazer mais rigor e responsabilidade aos profissionais de saúde envolvidos, no planeamento das

estratégias, evidenciando as prioridades, na implementação das medidas para o combate aos problemas de saúde das populações e as avaliações dos projectos terão de ser conclusivas para servir para o contínuo melhoramento dos índices das doenças nos anos seguintes.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A qualidade na prestação de serviços no Serviço Regional de Saúde é inegável e é reconhecida pela maioria dos utentes.

A apreciação do estado de saúde na Região Autónoma dos Açores pela população residente verifica-se ser muito positiva, comprovada pelos estudos do Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge e pelo Instituto Nacional de Estatística (INSA/INE).

A tarefa da saúde na Região Autónoma dos Açores nunca foi fácil, mas o Governo Regional com as suas consistentes políticas, referendadas nas últimas eleições há um ano, demonstra que está no caminho certo.

O sistema de vacinação das crianças na Região Autónoma dos Açores tem resultados excelentes.

O Plano Regional de Vacinação com um investimento de um milhão, novecentos e oitenta e cinco mil e cento e vinte euros (€1 985 120) é mais um indicador de que o Governo Regional do Açores está atento à realidade preventiva e acompanha a excelência da taxa de vacinação praticada na Região Autónoma dos Açores.

Queria sublinhar que a taxa mais baixa de cobertura vacinal por estratificação etária é cerca de noventa e oito por cento (98%). É de realçar que a Organização Mundial da Saúde (OMS) recomenda taxas de coberturas vacinais da ordem dos noventa e cinco por cento (95%).

A Vacina contra a Gripe A está a decorrer com normalidade e sem atropelos.

Estamos na direcção certa e muito se deve ao nosso Sistema Regional de Saúde e ao trabalho digno e exemplar dos profissionais de saúde da Região e dos funcionários do Sistema Regional de Saúde.

Os indicadores em saúde nos Açores têm melhorado sempre com a governação socialista. Isto é o resultado do comprometimento e do esforço de

todos os protagonistas e das políticas acertadas da saúde do Governo Regional dos Açores.

Algumas minorias políticas, como estão longe da decisão e da responsabilidade, tendem a formular avaliações precipitadas e superficiais.

Ao Governo Regional e ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista resta continuar a reflectir com prudência e decidir com responsabilidade, o melhor para os açorianos e para todos os que optaram por viver nos Açores.

Desde o ano 2000, segundo a Direcção Regional de Estudos e Planeamento (DREPA) e a Direcção Regional de Saúde (DRS), o número de consultas, o número de doentes internados, os meios complementares de diagnóstico e terapêutica, o número de médicos, o número de enfermeiros têm aumentado substancialmente. Em suma, os números expressam que as correctas orientações e decisões da governação socialista têm tido resultados sólidos e positivos para a saúde na Região Autónoma dos Açores.

O Governo Regional dos Açores e o Partido Socialista conhecem o rumo para acelerar a construção de uma Região com mais modernidade, mais conhecimento, mais igualdade e mais saúde.

Os legisladores da bancada do Partido Socialista estão sempre decididos a deliberar estratégias para melhorar as orientações políticas para a saúde da Região Autónoma dos Açores.

Os executores da bancada do Governo estão sempre prontos para cumprir a sua missão, implementando as medidas mais certas, mais justas e mais apropriadas para os açorianos.

O povo açoriano nunca se esquece de quem planeia com rigor.

Os açorianos registam sempre quem implementa as melhores medidas e nas suas ponderadas avaliações oferecem, nas urnas, as merecidas vitórias eleitorais, como aconteceu há um ano nas Legislativas Regionais.

Para liderar os processos da saúde com sucesso é necessário ter um bom planeamento estratégico, ter excelentes capacidades inter-pessoais, deter uma boa capacidade de decisão e grande habilidade para motivar. O Partido Socialista

procura sempre obter estes atributos, com o objectivo sempre bem definido de aumentar permanentemente a qualidade da saúde na Região Autónoma dos Açores.

Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uniformizar critérios nos hospitais e nos centros de saúde.

Rentabilizar todos os recursos.

Potenciar as imensas qualidades que o Serviço Regional de Saúde tem.

Avaliar todos os procedimentos em saúde.

São as precedências que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entende para o contínuo melhoramento da saúde na Região Autónoma dos Açores.

Sabendo que a taxa de execução do investimento para o ano 2009 será acima dos 90 por cento (90%), podemos estar confiantes, porque o plano de investimento para 2010 será ainda maior e certamente trará mais valias para o Sistema Regional de Saúde.

Organizar os investimentos, ordenar as despesas, equilibrar as contas são tarefas que necessitam de boas decisões e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o Governo Regional dos Açores, com determinação, têm implementado as políticas mais certas para a nossa Região, que todos sabemos não ser abastada.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista estará sempre na disposição de aperfeiçoar os objectivos e as medidas a implementar, procurando ajudar sempre os que mais precisam.

A Responsabilidade, a Modernização, a Igualdade e a Democracia são sempre as linhas orientadoras do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Termino sublinhando uma frase que disse na minha intervenção nesta tribuna o ano passado na discussão do orçamento e julgo que nunca é demais repetir e lembrar a Vossas Excelências.

“ O dinheiro público é um bem escasso”.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Está inscrito o Sr. Deputado Artur Lima, a quem dou a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não podia deixar de fazer uma pequena réplica ao Sr. Deputado Ricardo Cabral e dizer-lhe, em primeiro lugar, o seguinte:

Pessoalmente quando para cá veio fiquei satisfeito com a sua eleição, porque julgava que traria a esta casa uma mais valia a nível da saúde.

Infelizmente devo-lhe dizer que, à medida que passa o tempo, V. Exa. vem-se transformando numa desilusão e arrisca-se a ficar conhecido como o arquivista do Serviço Regional de Saúde, porque a sua intervenção repassada e repassada é um rebuscamento nos arquivos do Serviço Regional de Saúde.

É curioso que aquilo que o senhor acusa os outros de criticarem e sempre criticarem o Governo e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, V. Exa. tem a arrogância de querer fazer tudo melhor que todos os outros e essa também não lhe fica bem, Sr. Deputado.

Há uma coisa ainda que me entristece mais nas suas intervenções, é que grande parte da sua intervenção V. Exa. acha que os açorianos e a saúde são números, esquecendo-se que a saúde são pessoas e refere milhões atrás de milhões, consultas e mais percentagens de consultas como se isso tivesse a ver alguma coisa com a qualidade do serviço prestado em qualquer unidade de saúde.

De resto, quero dizer-lhe que fico espantado com esta sua apreciação, segundo percebi bem o que quis dizer, é que o Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, terá qualidade reconhecida internacionalmente, e presumo que falava a nível de cuidados de saúde, quanto tiver um edifício novo (paredes de betão novas), que é o mesmo que se passa com o Hospital de Ponta Delgada.

Quis V. Exa. dizer que os cuidados de saúde prestados no Hospital de Santo Espírito, de Angra do Heroísmo, não são de qualidade reconhecida a nível internacional? Foi isso que V. Exa. disse claramente na sua intervenção.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não, não. O senhor percebeu mal!

O Orador: Agora, o Programa Regional de Control da Infecção está pronto há anos e não foi aplicado. Presumo que se referia naturalmente à infecção hospitalar.

Plano Regional de Saúde, qual deles? Qual é o que está em vigor e a qual é que o senhor se refere? É ao de 2011/2012?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está-se a trabalhar!

O Orador: Sr. Deputado, é preciso saber qual é o Plano Regional de Saúde que V. Exa. fala, porque já perdemos 2004/2007, 2007/2011, 2011/2013. Qual é o plano e se algum dia se faz um plano, em qualquer parte do mundo, de um ano ou dois de vigência? Aquilo que o senhor veio ali propagar é contra todas as regras de planeamento.

Qual é a vigência desse próximo Plano Regional de Saúde, que o senhor fala, que estão a fazer?

Já agora, diga-me qual é a taxa de mortalidade por diabetes na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Ricardo Cabral (PS): Está disponível na internet!

O Orador: Diga qual é a taxa de mortalidade por doença esquémica do coração, quando V. Exa. vem aí referir o programa da nutrição e das doenças cardio-cérebro-vasculares?

Sr. Deputado, se estão em vigor e se são tão efectivos, por que é que morremos mais que o resto do país e infinitamente mais que o resto da Europa? É isto que o senhor tem que explicar e não explicou aos açorianos.

Portanto, vir para aqui limpar os arquivos da Secretaria Regional da Saúde para nada dizer, o Sr. Deputado começa a ser repetitivo e não traz nada de novo a esta casa. Esforce-se um bocadinho e traga algo de novo para a discussão neste parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(* **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A desilusão que o Sr. Deputado expressa aqui na Assembleia é recíproca, porque a sua prestação, a sua postura nesta Assembleia ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é que era a novidade, não sou eu!

O Orador: ... atrasa muitas situações do nosso caminho, do nosso rumo certo.

A sua acidez de discurso vem do seu nome Lima, Sr. Deputado Leal Lima, e nós já estamos habituados e preparados para ela. Não é por aí que nós vamos ficar preocupados quando adjectiva as outras pessoas de arquivista. Isto quer dizer que eu faço o meu trabalho de casa e se o meu trabalho lhe incomoda muito, faça o seu para nós também avaliarmos.

Quanto à saúde ser para as pessoas, os números ajudam e as pessoas, para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, estão em primeiro lugar. A saúde é prioritária.

Nós temos políticas e estratégias direccionadas para as pessoas e no último acto eleitoral elas deram-nos a vitória, porque nós temos sempre responsabilidade e temos políticas direccionadas e acertadas para o povo dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): *Muito bem!*

O Orador: Quanto aos números, Sr. Deputado, se usasse mais o computador ia perceber que os números dão-nos muitas informações para planear e para implementar medidas temos que conhecer o passado e o presente para melhorar o futuro.

Quanto ao Hospital de Angra do Heroísmo, eu não disse o que o senhor acabou de concluir. O senhor faz normalmente conclusões precipitadas e adulteradas.

Quando isso é assim, nós não temos muito tempo para pensar nisso, porque temos que trabalhar e não vamos perder muito tempo com as suas conclusões precipitadas e atrapalhadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Leia!

O Orador: Por isso, nós estamos aqui a trabalhar de outra forma para melhorar a qualidade de vida e a saúde dos açorianos.

Quanto à taxa de diabetes, basta o senhor usar o computador e fazer um clique e sabe qual é a taxa e sabe qual é a nossa preocupação para os diabéticos dos Açores, que são muitos.

A saúde em primeiro lugar. Temos que ter uma postura de promoção de saúde e o Partido Socialista e o Governo Regional têm muito cuidado com a promoção e, sobretudo, com a prevenção das doenças.

Por isso estamos a trabalhar no Plano Regional de Saúde para 2009/2013 para arranjar forma de melhorar a saúde e os índices da doença baixarem nos Açores,

porque eles são de grande gravidade e temos muitas situações de taxas e índices que nos preocupam e nós não podemos perder tempo. Temos que arranjar forma de as diminuir e arranjar mais saúde para a Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Tenho dito.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Eu esperava que os dois deputados em questão, atendendo à respectiva profissão, usassem mais anestesia e menos alicate, se fosse possível.

(Risos da câmara)

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, sras. e srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, fique descansado que a V. Exa. lhe administraremos um tratamento preventivo e não curativo. Pode V. Exa. ficar descansado nessa matéria, pelo menos da parte que me toca, que só respondo por mim.

Sr. Deputado Ricardo Cabral, em primeiro lugar para registar que não respondeu a nenhuma das questões que lhe coloquei.

Dois mil e nove está acabado e, portanto, um plano de saúde que é para 2009/2013 e que já não diz respeito em nada a 2009, porque já passou, é realmente, no mínimo, ridículo.

Agora, com que arrogância é que o senhor acha que eu não uso o computador? Onde é que o senhor foi buscar essa ideia estapafúrdia? Com que direito é que o senhor se põe aí de bancada a dizer que eu não uso o computador? Se eu não o usar, o senhor tem alguma coisa a ver com isso? O senhor tem que responder a essa questão.

Qual é a arrogância, a prepotência e o atrevimento que o senhor tem de saber o que é eu faço ou não faço na minha vida privada e pessoal? Eu hei-de usar o computador quando eu quiser.

Já para não ir, Sr. Deputado, à questão da característica do nome, o Sr. Deputado vai explicar, porque se eu quiser entrar por aí pelas características do nome e até eventualmente pessoais, Sr. Deputado, garanto-lhe que não vai gostar nadinha, mas eu não desço ao seu nível e daí mais uma vez a desilusão do senhor aqui dentro.

Portanto, o Sr. Deputado faz favor de me esclarecer quanto às perguntas que lhe fiz.

Eu falei da taxa de mortalidade por diabetes e o senhor naturalmente não vai responder a isso, porque nunca foram feitos estudos a esses dados nos Açores e o senhor até sabe disso.

Eu não falei na taxa de incidência de diabetes ou de prevalência, falei na taxa de mortalidade por diabetes. É sobre isto que eu quero que o senhor responda e sobre taxa de mortalidade por doença esquémica do coração.

Eu não vou aqui usar a defesa da honra para evitar o “alicate”, que o Sr. Presidente não recomenda, mas agradecia-lhe a delicadeza de me explicar a respeito do computador, porque se não vai obrigar-me a ir a questões da sua vida privada que eu não gostaria de entrar, mas que também o posso fazer.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, a sua adjectivação e a sua conclusão da minha arrogância é despropositada, porque nunca pensei que as minhas palavras lhe incomodassem tanto e a sua conclusão da arrogância é só sua e eu não me vou debruçar sobre ela, porque ela não existe.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas deve!

O Orador: Em relação ao computador, eu olho para a sua secretária e não vejo nenhum computador, mas se quiser em empresto-lhe o meu para ver a taxa de mortalidade de diabéticos. O Sr. Deputado pode procurar nas estatísticas.

Deputado Pedro Gomes (PSD): O Sr. Deputado Ricardo Cabral não sabe.

O Orador: Sr. Deputado, há números que estão escritos e estão arquivados no serviço de estatística da Direcção Regional de Saúde. Se o senhor for lá vai ver quantas mortes existe e pode tirar conclusões a partir dessas estatísticas. Se o

senhor não consulta os arquivos e as estatísticas, o problema é seu e para isso não é preciso ter os números todos das taxas de mortalidade de todas as doenças na cabeça.

Como deve calcular muitas delas estão publicadas na Direcção Regional de Saúde e basta um clique ou um telefonema para a direcção Regional de Saúde para saber esses números.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não estão nenhuma publicadas!

O Orador: Se quiser números posso fornecer-lhos, mas dêem-me tempo para eu os procurar para poder fornecer essa informação.

Estou sempre ao dispor de V. Exa., como tive toda a minha vida profissional ao seu dispor, como o senhor sabe, para lhe dar todas as informações que forem possíveis.

Quem guarda a informação é medíocre. Eu como não quero ser medíocre partilho a informação consigo se um dia quiser.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima para esclarecimentos.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Eu fiz uma pergunta simples ao Sr. Deputado Viveiros Cabral, que até tem um computador à sua frente, mas não soube dar o clique para dizer qual é a taxa de mortalidade por diabéticos nos Açores e por doença esquémica do coração.

Deputado Francisco César (PS): O trabalho é para si, Sr. Deputado!

O Orador: O Sr. Secretário já está em contado com o Sr. Deputado, linha RDIS. Vai dizer-lhe e depois responde a seguir.

Na Direcção Regional de Saúde, Sr. Deputado, não estão as estatísticas por morte padronizada relativamente às doenças na Região Autónoma dos Açores, Sr. Secretário. Tem uma ou outra, agora taxa de mortalidade padronizada, por sexo, por residência, etc, etc, o senhor nem sequer sabe onde é que as encontra. Isso é que é grave, apesar de ser um auto intitulado especialista em informática. Os outros sem serem especialistas em informática, cá se vão desenrascando e chegam lá mais depressa que o senhor.

O senhor fica a saber que é a segunda mais alta do país e a mais alta da Europa. O senhor não tem resposta, porque não sabe aquilo que está a dizer.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Como é que pode ser a segunda mais alta do país e mais alta da Europa.

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

O Orador: Sr. Secretário, estou a falar da taxa de mortalidade, não de incidência. A taxa de mortalidade por diabetes é a segunda maior do país.

Deputado Domingos Cunha (*PS*): Se não existe, como é que sabe!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): E a maior da Europa!

O Orador: Exactamente! Não, é a segunda maior de Portugal Continental.

Portanto, essa é que é a taxa e estamos muito atrás da Região Autónoma da Madeira.

Presidente do Governo Regional (*Carlos César*). Mas não pode ser a mais alta da Europa!

O Orador: Sr. Presidente, foi um *lapsus linguae*. O senhor percebeu bem o que eu queria dizer.

Portanto, é a isto que o Sr. Deputado não responde e por mim assunto encerrado, registando ainda que o senhor não foi devidamente cortês e educado na questão relativamente ao uso do computador, mas registo essa que, realmente, não lhe fica bem, Sr. Deputado.

Presidente: Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) **Secretário Regional da Saúde** (*Miguel Correia*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Artur Lima, eu só gostaria de esclarecer em relação à taxa de mortalidade específica, comparada por 100 mil habitantes, que está precisamente na proposta de Plano Regional de Saúde que esteve em consulta pública para todos os Srs. Deputados poderem consultar e posso dizer-lhe que a taxa de mortalidade

específica, comparada por 100 mil habitantes, de diabetes mellitus na Região Autónoma dos Açores em 2006 era de 60.2.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Está na página 41.

O Orador: Portanto, importa aqui esclarecer que a taxa existe e que é esta e a meta que nos propomos alcançar no Plano Regional de Saúde é baixá-la, evidentemente, com as medidas que vamos tomar.

Outro esclarecimento que gostaria de fazer é em relação ao período e à vigência do Plano Regional de Saúde.

O Plano Regional de Saúde tem que estar de acordo com Estatuto do Serviço Regional de Saúde, ou seja, é de acordo com o período da legislatura. Nós precisamos dum período para conceber esse plano e temos três anos para o aplicar. Ao fim da legislatura deve ser feita a análise das metas que conseguimos alcançar com este plano.

Portanto, é só ler o Estatuto do Serviço Regional de Saúde.

Presidente: Não havendo mais esclarecimentos, vamos passar para outra intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A toxicoddependência é uma problemática que atinge um elevado número de jovens e de muitas famílias em todas as nossas ilhas.

Os jovens tomam cada vez mais cedo o contacto com as drogas.

É preocupante a realidade das toxicoddependências que se vive do nosso arquipélago.

Trata-se de um problema gravíssimo que está enraizado, infelizmente, na nossa sociedade.

É, infelizmente, uma realidade o facto de cada vez mais jovens adolescentes açorianos consumirem drogas de forma regular.

Trata-se de um fenómeno que vem afectando uma significativa parte da juventude dos Açores nos diferentes grupos sócio – económicos.

Existem locais perfeitamente identificados, onde, em plena luz do dia, se podem ver traficantes que se confundem com consumidores e consumidores que se confundem com traficantes.

Traficantes que se passeiam impunemente junto de escolas e de locais de concentração de jovens.

Recentemente, noticiando um julgamento de tráfico de droga que ocorreu na cidade da Ribeira Grande, um jornal da nossa praça afirmava que:

“Os homens com idades compreendidas entre os 20 e os 40 anos, estão quase todos no desemprego e referiram que traficavam para terem droga para consumir, fazendo referência que desta forma não estavam a roubar nem a matar ninguém.”

Dizia o referido jornal que “de entre os arguidos a maioria referiu estar a cumprir um programa de desintoxicação ou já ter cumprido.”

Daqui pode concluir-se que os programas de desintoxicação e as comissões de dissuasão não estão a funcionar.

É necessário reforçar e apoiar estas equipas de dissuasão da toxicod dependência, ao nível de recursos humanos e capacidade de intervenção.

Apesar do excelente esforço e trabalho desenvolvido, estas comissões debatem-se com inúmeros problemas de funcionamento, de capacidade de resposta e de fiscalização das medidas que a própria comissão propõe aos seus utentes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No estabelecimento Prisional de Ponta Delgada, mais de 70% dos reclusos continuam a ser jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos, e que estão presos por crimes relacionados com o tráfico de droga!

Ainda na semana passada foram apreendidas mais de 100 doses de haxixe dentro do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

A Casa de Saúde de São Miguel debate-se com falta de meios e de médicos especialistas para o tratamento e acompanhamento dos cerca de 200 toxicod dependentes que lá precisam de receber apoio, nomeadamente os reclusos toxicod dependentes do estabelecimento prisional de Ponta Delgada.

No último relatório do Instituto da Droga e Toxicod dependência, datado de 2007, os Açores continuam, infelizmente, no topo das regiões onde há maior consumo.

Os Açores começam a ser conhecidos a nível nacional como uma das zonas de maior incidência de consumo e tráfico de droga.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aqui, há cerca de um ano, discutia-mos nesta casa as opções do governo regional no combate às toxicodependências.

Hoje, passado um ano, continuamos a verificar que não existe uma linha orientadora para esta matéria, por parte deste governo regional socialista. Já que não assume o combate às toxicodependências como uma prioridade da sua acção governativa.

Há um ano, a grande novidade aqui apresentada, foi a criação de uma Direcção Regional de Combate às Dependências.

Passado mais de um ano da sua criação, os açorianos continuam sem conhecer resultados significativos da suposta acção deste novo departamento governamental.

O combate às toxicodependências faz-se com acções concretas no terreno. Não se faz de promessas vãs que não passam do papel.

A acção deste Governo, ou a falta dela, não tem sido eficaz em matéria de combate e prevenção às dependências nos Açores.

Não só exclusivamente sobre as drogas leves ou pesadas mas também sobre o álcool.

A prevenção primária tem de ser considerada uma prioridade, junto das escolas e dos mais jovens.

O Programa “tu decides”, tomado como bandeira deste governo há mais de dois anos, nunca foi implementado na sua plenitude.

São poucas as escolas que têm este Programa como uma prioridade e como meio pedagógico.

É fundamental implementar este programa e evitar o início do consumo de qualquer substância psicoactiva, com especial incidência nos jovens.

Os estudos têm mostrado que os consumos de substâncias psicoactivas (SPA), tal como outros comportamentos de risco, se iniciam em idades cada vez mais precoces. Daqui deriva que retardar a idade de início dos consumos é uma

prioridade e indica que a intervenção deverá incidir em grupos etários mais jovens, apontando, assim, para acções continuadas em meio escolar.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

As propostas avançadas por este governo regional socialista para executar em 2010, demonstram bem que o combate às toxicodependências não é uma prioridade para esta maioria absoluta.

Os açorianos têm que estar cientes de que este governo regional socialista propõe-se investir, em 2010, somente um milhão e meio de euros no combate às toxicodependências.

Para um problema tão grave que afecta a sociedade açoriana, como é o das toxicodependências, este governo regional socialista avança com uma mísera verba que é ultrapassada por uma qualquer rubrica orçamental dedicada a deslocações dos membros do governo e do pessoal dos seus gabinetes.

Deputado Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Partido Social Democrata não está satisfeito com estas propostas avançadas por este governo regional socialista, no que concerne o combate às toxicodependências.

O PSD não está satisfeito e irá apresentar propostas de alteração a este Plano para 2010. Propostas que vão de encontro ao verdadeiro combate que é necessário fazer às toxicodependências.

Um combate por que muitas famílias açorianas anseiam. E que muitos jovens merecem.

Tenho dito.

Deputado Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Para esclarecimentos tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Cláudio Almeida, nós já tivemos oportunidade de discutir e de abordar esta questão nesta legislatura e nessa altura, como agora, penso que é bem evidente e bem clara as diferenças de perspectiva sobre este assunto da parte do Grupo Parlamentar do PSD e da parte do Grupo Parlamentar do PS.

Nós olhamos e abordamos esta questão de forma proactiva, de forma inclusiva e de forma integradora.

V. Exas. olham para esta questão de forma preconceituosa e até de forma coerciva. Isso ficou muito claro quando o PSD, e julgo que era o Sr. Deputado a liderar a comitiva, visitou a Polícia Judiciária e na altura defendiam um retrocesso na lei 30/2000, adaptada à Região pelo Decreto Legislativo Regional 7/2001/A, que define o regime jurídico aplicável ao consumo de estupefacientes e na altura o Sr. Deputado Cláudio Almeida defendia um retrocesso quanto a essa lei.

Essa perspectiva preconceituosa ficou também muito bem vincada e muito clara aquando da tomada de posição pública por parte do PSD na discussão do Centro de Reabilitação na Freguesia do Livramento.

Temos pena que o PSD nesta questão insista em ter uma postura destrutiva, diagnostica os problemas, critica, critica, mas não aponta uma única solução.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não apoiado, Sr. Deputado.

O Orador: É justo referir também que nesta matéria a Região tem dado passos significativos, nomeadamente no âmbito da prevenção primária, no âmbito da redução de riscos e minimização de danos, nos programas de substituição de opiáceos, que o senhor também referiu, mas numa perspectiva contrária e enviesada, no tratamento de reabilitação, no trabalho das comissões de dissuasão de toxicodependências e agora assistimos no Plano de 2010 a uma verba considerável para o combate a este flagelo social muito sério e grave que todos nós temos que combater.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Os Açores, a nível nacional, têm as mais altas taxas de consumo.

O Orador: É preciso referir também que dentro da sua esfera de competências e dentro daquilo que tem que ser as prioridades e as opções públicas, o Governo tem actuado, pensamos nós, correctamente nesta área.

Este é um flagelo mundial, não um problema dos Açores e basta ver as estimativas da ONU, basta ver os relatórios do Observatório Europeu sobre a droga e toxicodependência para vermos a tendência crescente relativamente aos consumos e para vermos também o crescendo no âmbito das políticas públicas de combate a este flagelo.

Nesta dicotomia entre a visão inclusiva que nós temos e a visão preconceituosa que V. Exa. e esse grupo parlamentar têm sobre esta questão, eu convido-o a ler o estudo de Glenn Greenwald e os artigos na Time e na American Scientific sobre esta questão, sobre o modelo de Portugal quanto aos oito anos em que está em vigor a lei que já referi há pouco...

Deputado Pedro Gomes (PSD): De que data?

O Orador: ... e sobre o sucesso que tem tido a estratégia implementada nesta matéria.

Sr. Deputado, o combate contra este malefício e a minimização dos seus danos é uma questão muito séria.

Este é um combate civilizacional e todos nós temos que contribuir para o seu sucesso.

Desafio-o a si, desafio o Grupo Parlamentar do PSD, desafio a todos a terem uma postura mais proactiva com uma perspectiva inclusiva e integradora e que não insistam, como têm feito sempre nestes e noutros sectores, em fazer parte do problema e nunca em fazer parte da solução.

Deputado Valério Pacheco (PS): *Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão para esclarecimentos. Tem 2 minutos e 30 segundos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu acabei por ter que intervir neste assunto pela forma como coloca a questão, tentando partidarizar uma questão que une todas as pessoas de bem na sociedade

açoriana, que é o combate à toxic dependência, dividindo esta acção entre o nós e o vocês. Não, o que nós temos que ter aqui, para combater como eficácia este problema, é uma postura de união de todos os partidos e aqui nesta área eu presto a minha colaboração total ao Governo.

Agora, o que o senhor não pode vir aqui dizer é: este é um problema mundial, temos um problema grave, mas o Governo está a fazer... O Governo não está a fazer tudo o que pode e não está a ter a eficácia que nós pretendemos...

Deputado Berto Messias (PS): Diga porquê?

O Orador: ... e vou-lhe dar um exemplo muito preciso, que todos os jovens e professores da Região conhecem, e muita gente conhece em relação ao tráfico que se faz junto das escolas.

Hoje em dia, em Angra do Heroísmo, na Praia da Vitória e em Ponta Delgada junto das escolas, os nossos jovens são constantemente sugestionados para consumir drogas e o senhor sabe que isto é verdade.

Portanto, do ponto de vista do policiamento, isso não está ser feito.

Evidentemente que é uma competência da Assembleia da República, mas a Região tem que ter uma palavra a dizer sobre esta questão e o interlocutor, entre muitos outros, também é o Governo Regional e não podemos pura e simplesmente, como o senhor fez, de forma irresponsável, meter a cabeça na areia e dizer: não temos este problema ou estamos a ter sucesso.

Não estamos a ter sucesso e o problema da toxic dependência tem vindo a incrementar-se e não estamos a fazer tudo o que devíamos, não apenas o Governo, mas toda a sociedade açoriana no seu todo não está a fazer tudo o que devia para combater a toxic dependência e não está a fazer tudo o que devia do ponto de vista de repressão em relação a quem a pratica junto das escolas.

Deixo esta denúncia pública do tráfico que se faz junto das escolas açorianas, porque isto é verdade.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o que é que o senhor já fez para evitar isso?

O Orador: O meu contributo é denunciar publicamente esta questão, é reconhecer que existe esse problema e pedir às autoridades responsabilidade nessa questão.

Agora, o que lhe pergunto é o que é que o senhor fez enquanto Secretário Regional da Presidência.

Presidente: Já terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: O que é que o senhor fez? Que ofício é que enviou para a Polícia de Segurança Pública a alertar para esse problema?

O que eu faço, acabou de ser dito aqui nesta intervenção.

Muito obrigado, Sr. Presidente pela sua tolerância. E termino aqui a minha participação neste debate.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires para esclarecimentos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas uma coisa muito breve.

Há de facto aqui uma diferença que não une e não une porquê? Porque a direita, nomeadamente através da voz do Deputado Paulo Estêvão, apenas se preocupa com uma coisa, apenas se preocupa com o tráfico, não se preocupa com as vítimas do tráfico.

Deputado Berto Messias (PS): *Muito bem!*

O Orador: Aliás, o Deputado Cláudio Almeida fez exactamente a mesma coisa, começou exactamente pelas questões do tráfico quando as questões que se colocam aqui, em termos políticos, não se colocam propriamente a esse nível, mas colocam-se ao nível da prevenção. Isso é que estabelece a diferença e quando os senhores dessa ala quiserem ter essa preocupação então, com certeza, que serão encontradas soluções.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, para esclarecimentos, o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aquilo que eu disse hoje e que eu disse há dias quando fui à PJ e quando fui fazer a visita à PSP, e que continuo a reafirmar aqui, em relação à Lei 30/2000, é que é

preciso fazer um estudo aprofundado, saber se está a funcionar ou não e saber se está a ter sucesso ou não. Esta é a minha posição e ponto final.

O que eu refiro aqui é que este Governo está a falar no combate às toxicodependências e é no sentido de ir precisamente ao encontro daquilo que o Sr. Deputado Berto Messias disse que precisamos de unir esforços e eu desafio-o a aprovar as nossas propostas de alteração e a dar mais dinheiro para combater esse flagelo que existe nos Açores.

Deputada Catarina Furtado (PS): É preciso dar dinheiro, mas depois diz que damos dinheiro aos drogados.

O Orador: É preciso unir esforços para combater esse flagelo, é preciso apostar nos Centros de Dia, é preciso apostar nas equipas de tratamento, nas unidades de desabituação, é preciso apostar em todos esses aspectos e não basta só vir aqui com boas intenções, é preciso pôr mãos à obra, é preciso ir para o terreno trabalhar e é isso que os senhores não fazem. É disso que eu tenho pena, porque não estão a pensar no bem da juventude açoriana nem no bem das pessoas que entram nesta problemática.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É meter os traficantes na cadeia.

(Apartes inaudíveis da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu sei que a hora vai adiantada, mas pedia um pouco de serenidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias para esclarecimentos.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É uma intervenção de trinta segundos, Sr. Presidente.

Fica mais uma vez bem clara a diferença de perspectivas que temos quanto a este assunto.

No entanto, depois deste estranhíssimo número do Sr. Deputado Paulo Estêvão, em que demonstra total desconhecimento sobre esta matéria, eu não podia deixar de intervir, porque o Sr. Deputado Paulo Estêvão disse que a minha intervenção era

irresponsável e não posso admitir essa forma como classificou a minha intervenção, até em defesa deste Grupo Parlamentar que tem um vastíssimo património de intervenção e de trabalho nesta área.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais pedidos de esclarecimento, vamos passar para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Agradecia aos Srs. Deputados e aos Srs. Membros do Governo que não permanecessem, tanto quanto for possível, em pé dentro da sala do plenário.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano Anual Regional para 2010 que se encontra em análise nesta Assembleia reserva, para o sector agro-florestal, um valor global de investimento na ordem dos 158 milhões de euros, o que representa, desde logo, a renovada e reforçada aposta do Governo Regional no crescimento da base produtiva regional e o reconhecimento do seu contributo para o crescimento sustentado da nossa economia.

Os agentes do sector agro-florestal açoriano têm reagido muito bem aos estímulos concedidos e este plano responde, mais uma vez, às expectativas de um sector que tem verificado uma evolução global muito positiva e que vai continuar a merecer não só a atenção do Governo como o acompanhamento e o apoio do investimento público regional.

O Plano para 2010 vai, por isso, continuar a contribuir para o crescimento da produção primária, para o reforço da competitividade do sector e para o crescimento da economia dos Açores.

Este objectivo central de crescimento económico sustentado e de reforço da competitividade do sector primário é indissociável do investimento estratégico e qualificador das infra-estruturas do ordenamento agrário ou da disponibilização de serviços e equipamentos públicos de apoio às actividades agro-florestais.

Este objectivo central é também indissociável do investimento modernizador das unidades de produção e de transformação das produções agro-florestais, mas também da sua capacidade organizacional de acesso aos mercados e de neles afirmar a singularidade e qualidade dos seus produtos.

Com o Plano para 2010, o Governo fica com os meios para continuar a investir, a um bom ritmo, nas infra-estruturas do ordenamento agrário que, facilitando o trabalho agrícola, promovem o crescimento e a melhoria da qualidade das produções e a sua valorização.

Com este Plano para 2010, o Governo fica igualmente dotado dos meios adequados ao acompanhamento e apoio às iniciativas do investimento dos agentes do sector agro-florestal, materializando assim, o compromisso de prosseguir com a reestruturação do sector que tem verificado um efectivo e constante crescimento.

A título de exemplo, a produção de leite que cresceu 37% no decénio 1996/97 e 2006/07, continua a registar crescimentos muito interessantes como o que se verificou na campanha de 2008/2009. Aliás, contrariando aqueles que, na oposição, mais criticavam a política agrícola do Governo Regional dos Açores e que a propósito de tudo e de nada ou de uma mera iniciativa de resgate leiteiro, nos acusaram de promover o abandono da produção leiteira e a desertificação nas ilhas mais pequenas, ...

Deputado António Ventura (PSD): É verdade!

O Orador: ... na campanha leiteira de 2008/2009 foram exactamente as ilhas mais pequenas que registaram os maiores crescimentos na produção leiteira.

Ainda a título de exemplo, no segmento da produção de carne, evoluímos de 72.425 animais (dos quais 46.000 eram exportados em vida e os restantes para consumo local) do início do decénio em referência para 83.458 animais (dos quais 46.664 eram exportados em vida e os restantes para consumo local). Em consequência dos investimentos que criaram a rede regional de abate e das novas oportunidades de negócio que a mesma permitiu, a produção de carne de bovino atingiu, em 2008, as 93.154 cabeças das quais 60.975 foram abatidas na Região e comercializadas em carcaças ou outros formatos de mercado, iniciando-se assim a substituição do modo tradicional de venda em vivo acautelando para os produtores

regionais maior rendimento (só o prémio ao abate pago aos nossos produtores quase duplicou em 2008) e as mais valias que sempre fugiram à Região e ao sector. Esta evolução muito positiva das duas mais significativas fileiras da produção agrícola regional, particularmente impressionante nas ilhas mais pequenas, vai continuar a ser estimulada.

Por isso, nas infra-estruturas de ordenamento agrário, ou seja, em caminhos agrícolas, rurais e florestais, na captação, armazenagem e distribuição de água, ou no crescimento da rede de distribuição de energia eléctrica, em 2010 o Governo investirá 35 milhões de euros nesta infra-estruturas do ordenamento agrário.

Prosseguiremos os investimentos na rede regional de abate, dotando progressivamente todas as suas unidades de novos equipamentos e espaços para o processamento de carnes, como salas de desmancha, criando assim novas oportunidades e respondendo deste modo aos novos desafios que se colocam aos produtores e aos operadores do sector.

Para além do processo do Matadouro das Flores, que se encontra em procedimento concursal, serão desenvolvidos os processos relativos aos Matadouros da Graciosa e de S. Jorge e mandado elaborar projecto para um novo matadouro para o Faial.

A confiança dos empresários agrícolas e operadores do sector agrícola, que muito resulta do acerto das medidas e do investimento estratégico que se tem realizado nos Açores, também se estende ao chamado sector da diversificação.

Entre os anos de 2005 e 2008, registaram-se crescimentos muito interessantes. Por exemplo, as áreas de produção hortícola cresceram 14%, a produção frutícola cresceu 21%, a produção de vinhos certificados registou cerca de 10% de aumento, a exportação florícola subiu 48% e até mesmo a apicultura cresceu 26%.

Estas emergentes fileiras produtivas merecem também um novo patamar de apoio. Já não apenas o estímulo à produção e à sua organização de mercado, mas também o apoio à criação de centrais para recepção, tratamento e comercialização das produções e para a prestação de serviços especializados de apoio aos produtores.

A par de todo o possível estímulo e do apoio técnico e financeiro a estas iniciativas, o Governo empenhar-se-á com as organizações de produtores que o desejarem à concepção de planos de valorização dos produtos, nomeadamente

daqueles com potencial de certificação como os que já decorrem para o queijo do Corvo, para a meloa de Santa Maria ou da Graciosa, ou para o chá em S. Miguel.

De modo transversal, o Governo prosseguirá os objectivos de contribuir para reduzir os custos de produção agrícola e pecuária, de dirigir uma boa informação aos produtores, como aquela que resulta do programa de instalação das estações meteorológicas automáticas para a agricultura, que está a ser feito em S. Miguel e na Terceira e que será um bom auxiliar para as produções vegetais, ou a boa informação que resulta do Plano Global de Sanidade que representa um poderoso instrumento para a melhoria da gestão sanitária de uma exploração.

A estes objectivos transversais, acresce a contínua aposta na formação profissional dos nossos agricultores, uma formação que lhes proporcione o uso das novas ferramentas de informação e de gestão; que lhes permita o conhecimento e o contacto com outras realidades e que os confronte com as acções de investigação aplicada para melhor avaliarem o seu trabalho e a melhor orientação do seu investimento, tendo por último objectivo uma moderna geração de agricultores.

Ainda no âmbito da intervenção da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a Estratégia Florestal Regional prosseguirá com o apoio às iniciativas de implantação de novos povoamentos florestais, contribuindo para o crescimento contínuo das áreas florestais em terras agrícolas marginais.

Com o objectivo de melhorar a informação cartográfica e alfanumérica das áreas florestais, mantendo-a permanentemente actualizada com as frequentes alterações motivadas por autorizações de corte ou de implantação de novos povoamentos, o Governo desenvolverá e consolidará o sistema de informação criado com a conclusão do Inventário Florestal Regional.

Utilizando as potencialidades do sistema de informação florestal, está em elaboração o trabalho preparatório para o “Plano Regional de Ordenamento Florestal dos Açores”, instrumento que contemplará, de forma sistematizada, os princípios básicos e orientadores da política florestal regional e que servirá para enquadrar os “Planos de Gestão Florestais” que definem e programam as acções de gestão florestal de um determinado território, como, por exemplo, uma bacia hidrográfica ou uma área pública ou privada de implantação florestal.

Na ausência de actividade viveirista privada na produção de plantas florestais, a capacidade da Região na produção de plantios para as acções de florestação e reflorestação, apesar de ter crescido muito, não responde às necessidades existentes.

Por isso, em 2010 daremos início a um projecto de inovação de produção de plantas florestais, alocando a um novo viveiro a mais recente tecnologia de produção.

Este projecto, que avaliará igualmente as várias metodologias na propagação de plantas endémicas dos Açores, constituirá um viveiro especialmente vocacionado à produção de plantas endémicas, contribuindo para a diversificação florestal das áreas de produção, protecção e de recreio, mas também para o reforço dos planos de ordenamento florestal das bacias hidrográficas.

Sras. e Srs. Deputados:

O Plano Regional para 2010 que aqui é proposto, prossegue e reforça os investimentos necessários e imprescindíveis para continuarmos a ter um sector agro-florestal que cresce, que se moderniza, que se torna mais competitivo e eficiente, que melhora os níveis de organização e de integração dos seus agentes e que, por tudo isso, se torna mais competente nas suas abordagens de mercado.

Continuaremos a ter, por isso, no sector agro-florestal, um dos parceiros fundamentais do desenvolvimento regional.

Disse.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Creio não existirem.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Moreira.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até ao ano de 2050 prevê-se um aumento de mais de 30% da população mundial. Até essa data as necessidades alimentares crescerão 70% e a necessidade de produtos agrícolas crescerá cerca de 50%.

Estas são previsões que traduzem boas notícias para os países e para as regiões produtoras e exportadores de alimentos provenientes da agricultura, como é o caso dos Açores, pois sugerem que a aposta que o Governo Regional tem realizado neste sector, é uma aposta correcta, estratégica, diria mesmo de vital para o futuro da Região, potenciando aquelas que são as nossas mais-valias competitivas nesta área.

Os programas de apoio desenvolvidos pela Região, e amplamente elogiados pelos parceiros sociais, aprovados pela EU e actualmente em vigor, do PRORURAL e do POSEI, indicam claramente a estratégia, as metas e os objectivos para o seu período de vigência, definindo as áreas a desenvolver, como as fileiras do leite e da carne, de que somos auto-suficientes e exportadores, bem como uma nova aposta em sectores ditos da diversificação e que possuem um enorme potencial de crescimento, quer atendendo às nossas condições naturais quer ao seu valor económico, sendo que nesta área, não obstante uma melhoria significativa, a Região continua a ser deficitária.

É com esta perspectiva, que passados menos de oito meses da discussão e aprovação do Plano e Orçamento para o ano de 2009, aqui estamos novamente neste hemiciclo para discutir e votar o Plano e Orçamento para o ano de 2010, ferramenta indispensável para que o Governo continue a colocar em prática o seu programa e a desenvolver os Açores.

Desde o mês de Março até este momento, os indicadores conhecidos para o sector agrícola não se alteraram substancialmente, sendo apenas de reafirmar a importância regional dum sector que **representa 50% da sua economia, e que contribui de forma decisiva e positiva para a balança de transacção comercial. Aliás, dados de 2007 demonstram que este é um sector que contribuiu com mais de 11% para o valor acrescentado bruto regional, e que o mesmo se deve essencialmente à sua produtividade.**

Neste período, também nos Açores, continuou a fazer-se sentir os efeitos de uma crise mundial quase sem precedentes, e cujas consequências para a economia Regional só não atingiram outras proporções porque o Governo Regional tomou as necessárias medidas de apoio às empresas e às famílias, medidas que foram também estendidas ao sector agrícola e aos agricultores.

De facto, o programa SAFIAGRI, ao abrigo da portaria 24/2009 de 30 de Março, criou duas linhas, uma de compensação financeira para fazer face à alta de juros com créditos bancários ocorrido entre 2006 e 2008, e uma outra para apoio ao fundo de maneio com juros bonificados.

Quanto à linha de compensação financeira, deram entrada, até 6 de Novembro, 803 processos, num total de empréstimo envolvido de 77 milhões de euros, tendo sido aprovados 285 processos com empréstimos na ordem dos 38,5 milhões de euros, com um montante de crédito abrangido para subsídio de 13,8 milhões de euros.

No que à linha de crédito ao fundo de maneio diz respeito, foram aprovados pelos bancos 49 processos, num montante total de crédito de cerca de 1 milhão de euros.

A par destas linhas de crédito, embora noutra âmbito, a agricultura dos Açores beneficiou ainda das verbas pagas ao abrigo dos diferentes apoios a ajudas comunitárias.

No âmbito das ajudas directas, POSEI, prémio aos produtos lácteos e ajuda ao tabaco, para o período de 2008-2009, foram pagos até este momento, cerca de 61 milhões de euros, estando já apurados para pagamento o montante de 6,5 milhões de euros, relativos ao prémio às Vacas Leiteiras da campanha de 2009-2010.

Ao nível do eixo 2 do PRORURAL, foram pagos mais de 17,7 milhões de euros relativos aos anos de 2008-2009, e foram já pagos 9,39 milhões de euros da campanha de 2009-2010, estando calendarizados outros pagamentos para breve.

A par das linhas de crédito anteriormente referidas, estes pagamentos vieram injectar no sector, verbas que estão a contribuir para minorar os problemas decorrentes da crise internacional que atravessamos e pela baixa de preços dos produtos agrícolas, em particular o leite, que se verifica desde final de 2007, bem como o aumento dos principais factores de produção a nível mundial.

Relativamente aos pedidos de apoio e montantes aprovados no âmbito do eixo 1 do PRORURAL, foram aprovados 185 processos com um total de despesa pública de 23,5 milhões de euros, isto em pouco mais de um ano de aplicação das portarias respectivas.

Embora as expectativas estejam aquém do esperado, para esta fase, é necessário relembrar que o programa PRORURAL foi atempadamente apresentado pela Região mas que o mesmo só foi aprovado pela EU em final do ano de 2007, mais concretamente no mês de Dezembro, havendo posteriormente todo um trabalho de elaboração e publicação das respectivas portarias Regionais, cuja publicação se deu início em Maio de 2008, tendo os primeiros projectos dado entrada em Outubro do mesmo ano de 2008, portanto à pouco mais de um ano.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O investimento efectuado pelos governos do Partido Socialista no sector agro-pecuário fala por si. Desde a manutenção, beneficiação e construção de milhares de kms de caminhos rurais; passando pelo abastecimento de água; electrificação de explorações agrícolas; aposta na rede regional de abate; bem como o apoio a investimentos estratégicos no sector agro-industrial, onde se inclui as fábricas de lacticínios. **Sector agro-industrial em que, no período de 2000 a 2008, foram elegíveis investimentos no montante de mais 119 milhões de euros, com uma despesa pública de 74,6 milhões de euros.**

Em todas as áreas se verificou um salto qualitativo, da produção à comercialização passando pela transformação, melhorias que há uma década era difícil de imaginar:

- Aumento da área média das explorações,
- Melhoria da estrutura fundiária;
- Melhorias no abastecimento de águas às explorações;
- Melhoria das condições de trabalho dos agricultores;
- Aumento da produtividade por unidade de trabalho ano;
- Aumento significativo da Margem Bruta por exploração;
- Aumento do estatuto sanitário dos efectivos de todas as ilhas;
- Aumento da qualidade do leite;

- Aumento da diversificação da oferta de produtos agrícolas;
- Aumento da notoriedade da Marca Açores.

Quanto às principais fileiras produtivas da agricultura regional, a estratégia levada a cabo pelos Governos do Partido Socialista, levou a que na fileira da carne se comece a alterar o paradigma, e até agora uma quase utopia, da forma de comercialização de gado bovino nos Açores. Dados dos últimos 3 anos demonstram que a diminuição das exportações em vida e o aumento dos abates começa a ser um processo com sustentabilidade.

No ano de 2007 foram expedidas 39010 cabeças, em 2008 esse nº baixou para 32426 e nos primeiros 6 meses de 2009, foram expedidos em vida apenas 13187 bovinos. Em contrapartida, os abates de bovinos para o mesmo período foram, respectivamente, de 33652, 43956 e 24320, ou seja, a uma diminuição, estimada, de cerca de 33% nas exportações em vida, correspondeu um aumento, estimado, de 44% no volume de abates, com a consequência positiva daí decorrente para o produtor mas também para a economia Regional.

Quanto à nossa principal fileira, a do leite, passou nos últimos 3 anos por alterações significativas e por uma fase de grande instabilidade mundial a que a Região não ficou alheia.

A Própria Comissão Europeia, em comunicado ao Conselho Europeu sobre a situação do mercado da EU e no mercado internacional do leite em geral, reconhece a grande instabilidade no sector, que se caracterizou por um pico nos preços do leite ocorrido no ano de 2007, seguido de uma quebra abrupta dos mesmos, para valores que colocaram os produtores em dificuldade, situação agravada por uma alta no preço dos factores de produção.

A variação do preço do leite oscilou na região, de 2006 até ao momento, entre os 0,2028 cêntimos/l (Pico-2006) e os 0,2962 cêntimos/l (São Miguel 2008), sendo que actualmente esse valor se situa, em média, entre os 23 e os 25 cêntimos por litro, variando de ilha para ilha. Os valores actuais do leite pago ao produtor, não sendo para nós satisfatório, pois gostaríamos que quem produz visse aumentado o seu rendimento pelo valor das suas vendas, são um valor que está, pela primeira

vez, ao mesmo nível do preço médio por litro pago na EU que se cifra actualmente nos 24 cêntimos/litro.

Por outro lado, vive-se na eminência do fim do regime de quotas leiteiras, situação contra a qual o PS e o Governo Regional sempre se opuseram, defendendo de forma clara a manutenção de um sistema que beneficia uma produção que não poderá impor-se no mercado pela quantidade, dadas as nossas limitações territoriais. Continuaremos a lutar por este desiderato, e acredita-se que ainda é possível atingir esse objectivo, dada a instabilidade dos mercados e desajustamento entre a produção e o consumo verificado.

Mas devemos estar preparados. Os investimentos na agricultura, efectuados nos 13 anos de governação do PS, potenciados pelos investimentos que se continuarão a realizar, farão com que a Região saiba e possa ultrapassar mais esse desafio. Aliás, são as próprias indústrias que ao investirem nos Açores como o têm feito, acreditam que a Região irá vencer mais este obstáculo, caso contrário não efectuariam investimentos de milhões de euros.

Esta deve ser a nossa postura. Conscientes das dificuldades, mas com a confiança de quem sabe estar no caminho certo.

O Governo Regional lutou e conseguiu obter um montante de quota que satisfaz a produção actual de leite na Região. Ao aumentar essa quota, aumentou também o rendimento dos produtores por via do prémio aos produtos lácteos.

É pois claro para o PS e para o Governo, que a manutenção do regime de quotas leiteiras como um mecanismo de equilíbrio entre a oferta e a procura, é a situação que melhor serve os nossos interesses, pelo que se continuará a lutar nesse sentido.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É pois com agrado que o grupo parlamentar do PS, vê que o governo apresenta um plano, no que à agricultura diz respeito, que não obstante ter aumentado significativamente as verbas do plano no ano de 2009, volta agora a merecer novo aumento de verbas para 2010, em áreas fundamentais para a continuação do desenvolvimento ao sector.

O documento agora em discussão mereceu mesmo referência positiva por parte do presidente da Federação Agrícola dos Açores, que não obstante ter efectuado observações pontuais, referiu, por palavras aproximadas, ser esta uma boa proposta de plano que constitui as bases de trabalho para o ano 2010, contribuindo para o desenvolvimento da agricultura da Região.

Composto por 2 programas, 5 projectos e 40 acções, o plano de 2010, no que ao sector agrícola diz respeito, prevê um investimento total de 158,69 Milhões de euros, e um investimento do plano de 75,21 Milhões de euros, aumentando relativamente a 2009, 1,6% e 13,6% respectivamente, depois de em 2009 ter já aumentado significativamente.

Neste é de salientar, quer pelas verbas envolvidas, mas principalmente pela importância na vida do dia a dia dos agricultores e para o seu rendimento, os seguintes:

- O abastecimento de água, com uma verba inscrita de mais de 13 milhões de euros, continua a ser uma prioridade, intensificando-se o trabalho até agora desenvolvido e que já fez chegar este bem precioso a muitas das explorações pecuárias e agrícolas da região;
- A continuação da melhoria dos acessos às explorações, melhorando a qualidade de vida e o rendimento dos agricultores, com uma verba de 11,27 Milhões de euros;
- As infra-estruturas veterinárias, com 8,8 Milhões de euros, dirigidos essencialmente, mas não só, ao novo laboratório regional de veterinária, para potenciar e melhorar o já excelente estatuto sanitário, e o trabalho desenvolvido nesta área, o que é internacionalmente reconhecido;
- O apoio ao investimento nas explorações agrícolas, com mais de 8,7 milhões de euros, como factor essencial da modernização do sector produtivo;
- O resgate de quota leiteira, com 2 milhões de euros, como veículo para o redimensionamento e da rentabilidade das explorações leiteiras;
- O apoio à indústria agro-alimentar, com um investimento de 21 Milhões de euros, como factor determinante para o aumento do valor dos produtos, quer através de novas apostas nos sectores da diversificação, apoiando unidades de centralização,

processamento e valorização dos produtos, quer apoiando projectos que criem mais-valia nos sectores tradicionais do leite e da carne;

- O apoio ao escoamento, com mais de 5 Milhões de euros, como forma de minimizar os custos da insularidade e o afastamento aos mercados;

- As verbas afectas às medidas florestais, com mais de 4,1 Milhões de euros, valorizando a nossa floresta e a sua vertente económica;

- E, para finalizar, as verbas afectas à valorização do ambiente e paisagem rural, que no seu conjunto totalizam mais de 26 Milhões de euros.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É pois com um programa de continuidade na estabilidade, mas com reforço das áreas chave para o desenvolvimento harmonioso e com respeito pelo ambiente e bem-estar, mas muito voltado para o aumento do rendimento dos agricultores e das suas condições de vida, que o Governo do Partido Socialista apresenta esta proposta de plano, que reforça o peso e a importância do sector agrícola para a economia Regional.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Não havendo inscrições, passamos para a intervenção seguinte.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exma. Sra. e Exmos. Srs. Membros do Governo:

Mais uma vez estamos aqui a debater o Plano e Orçamento para a Agricultura, neste caso para 2010 e mais uma vez são documentos sem estratégia, ausentes de sustentabilidade e desprovidos de visão.

Este ano, em particular, nos documentos apresentados sabemos menos sobre o que se vais fazer e a onde se vai fazer, o descritivo é hiper-sumário.

Como podemos acreditar nas poucas palavras destes documentos se os anteriores falharam utilizando ainda mais palavras.

Deputados Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Por exemplo, não sabemos em que Ilhas e Concelhos serão realizados investimentos hidro-agrícolas ou caminhos agrícolas. Deviam estar descritos no Plano e não sermos nós a solicitar. Assistimos a um retrocesso num dos pilares da democracia que se baseia na informação. Os senhores escondem a informação.

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mas compreendo que queiram dizer pouco, pois, ainda não cumpriram as principais bandeiras da Legislatura anterior, 2004 - 2008 em matéria agrícola. Falo do Centro do Leite e Lacticínios, da Extensão Rural e no impulso político e prático ao Emparcelamento Agrícola.

Aliás, para 2010 persistem várias gravidades, desde logo, é um programa que não cria riqueza alimentar própria, que não reconhece as dificuldades e as potencialidades de cada Ilha e que não possibilita aos Agricultores e, principalmente, aos consumidores perceberem a formação dos preços.

É notória a falta de um eixo específico de política Regional que aborde o meio rural.

Continuam os Agricultores sem a indicação das datas de pagamento das ajudas - a única Região do País -, uma indicação vital para os Agricultores poderem planear os seus pagamentos. Excepção é feita quando há actos eleitorais, pois são sempre pagas algumas ajudas dois dias antes do dia das eleições.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O Plano apresenta um considerável decréscimo, comparativamente a 2009, na acção “Apoio Investimento nas Explorações Agrícolas” e “Diversificação da Economia Rural”, menos 5,4 milhões e 5,3 milhões de euros respectivamente. Um reconhecimento da vossa incapacidade para utilizar este dinheiro na Agricultura e a maior fatia vem da Europa.

A este propósito, dos cerca de 15 milhões de euros previstos no investimento nas Explorações agrícolas para 2009 quantos euros, efectivamente, já receberam os Agricultores? Não falo do comprometido, falo dos euros que já receberam os

agricultores e dos 6,3 milhões de euros previstos para a diversificação da economia rural quantos cêntimos já receberam os proponentes?

Muito dinheiro no plano não significa muito dinheiro utilizado. São os milhões virtuais e sem dúvidas que o Governo teima em anunciar milhões enquanto as famílias contam os cêntimos.

Deputados Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Incompreensivelmente as verbas para a promoção dos produtos Açorianos diminuem 37%, a vulgarização vê cair o seu quinhão quando deveria aumentar e os Parques de Exposições seguem no papel.

Meus senhores, é um imperativo Regional melhorar o grau de auto-provisionamento alimentar da Região.

A riqueza de um País ou de uma Região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos e este é um assunto de elevada importância que o Governo Regional tem negligenciado. Importamos muita comida e importamos muita matéria-prima para produzir leite.

É, igualmente, fundamental promover o consumo da produção local, com os benefícios económicos, sociais e de saúde humana que este consumo potencia.

A diversificação agrícola, outro programa básico ao suporte da pluri-actividade e, naturalmente do pluri-rendimento agrícola, desespera por clarificação, continuando subserviente à falta de criatividade por parte do Governo Regional e aqui há imensas possibilidades de criação de emprego.

2010 é um ano crucial ao nível comunitário onde se vão debater as perspectivas económicas para lá de 2013. Até agora não se conhece nenhuma actuação do Governo Regional sobre esta matéria, inclusive, esperamos que este novo Ministro não contribua para o fim das quotas leiteiras como contribuiu o anterior perante o silêncio cúmplice do Governo Regional.

Nesta matéria o Governo da República e o Governo Regional têm culpa pela situação de instabilidade que se vive.

Deputados Pedro Gomes (PSD): *Muito bem!*

O Orador: O Plano é uma zona de “esquecimento colectivo”, dado que não faz referência a aspectos agrícolas de nova geração e que influem decisivamente no rendimento dos Agricultores e na fixação de pessoas, um drama de algumas Ilhas.

Deputados Jorge Macedo (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Mas se falta sentido de orientação, deixamos alguns rumos a seguir. A promoção de novas tecnologias para a Agricultura, a implementação de novas técnicas genéticas, o incentivo e a valorização dos produtos da pecuária extensiva ou biológica, o reconhecimento legislativo da importância dos Agricultores e das Agriculturas, a certificação do leite açoriano, a investigação no melhoramento de pastagens, a publicitação dos produtos pelos benefícios na saúde, o incremento da qualidade nutricional dos alimentos, que julgamos ser uma forte saída de posicionamento nos mercados, a simplificação administrativa, entre outras orientações.

Deputado Clélio Meneses (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente ao despovoamento, convém esclarecer que a baixa densidade populacional é mais uma consequência da prioridade das políticas seguidas do que um resultado das circunstâncias naturais.

É, por isso tempo de falar-se em Agricultura com função humanizante e no estatuto de utilidade pública da actividade agrícola nestes espaços geográficos.

Caso contrário, sem uma política apropriada a cada Ilha a economia açoriana tombará pela forte universalidade que se sente.

Diz o nosso Povo, e com muita razão “quando a Agricultura está mal tudo o resto está mal”. O Governo a avaliar por este Plano não percebe isto. A Agricultura produz muita matéria-prima para muitas áreas socioeconómicas.

Temos de entender que a Agricultura diz respeito a nós todos, principalmente, pelo seu papel social, alimentar, turístico, ambiental, de saúde pública e até no combate às alterações climáticas.

Não é um tema ultrapassado, pelo contrário está connosco quando nos sentamos á mesa para comer, está connosco quando apreciamos a paisagem e a natureza, está connosco quando procuramos novas energias, está connosco ao nível de novos

empregos directos e indirectos e está connosco quando queremos travar o desaparecimento das estações do ano.

Finalmente, e a jeito de conclusão, volto a afirmar que o Governo Regional tem de compreender que a política para a Agricultura tem de ser mais do que a simples avaliação das taxas de execução financeira, tem de ser mais do que colocar dinheiro à disposição dos problemas e tem de ser mais do que a comparticipação financeira da Região às ideias de Bruxelas, é preciso, sobretudo, estabelecerem-se nos Açores rumos de sustentabilidade, competitividade e qualificação.

Meus Senhores, nada de novo. Assim não. Façam outro Plano.

Disse.

Vozes das bancadas do PSD e PPM: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Estão abertas as inscrições para esclarecimentos.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

(* **Secretário Regional da Agricultura e Florestas** (*Noé Rodrigues*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intervenção do Sr. Deputado António Ventura só diz mal da agricultura e dos agricultores açorianos.

Deputado António Ventura (*PSD*): Não, pelo contrário apresentei novos rumos, novas soluções.

Isso era o que o senhor queria que eu dissesse.

Deputado Luís Garcia (*PSD*): É a realidade.

O Orador: Só diz mal das políticas desenvolvidas pelo governo Regional dos Açores.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): *Muito bem!*

O Orador: O discurso do Sr. Deputado António Ventura só diz generalidades tipo copy/paste duma leitura qualquer que foi feita nos últimos dias, para vir aqui à Assembleia olhar com areia nos olhos, ...

Deputado António Ventura (PSD): Olhar para a frente.

O Orador: ... e tentar pôr areia nos olhos dos nossos agricultores.

Eu gostaria de perceber como é que é possível chegar aqui e fazer aquele discurso tão negativista,...

Deputado António Ventura (PSD): E como é que é possível o senhor vir fazer o discurso que fez com os agricultores a passar por dificuldades?

O Orador: ... tão derrotista, tão para trás na agricultura e nos agricultores açorianos e não reconhecer e comparar aquele discurso com a resposta que os agricultores açorianos dão, ano após ano, de crescimento das produções regionais, crescimento na produção do leite, principalmente nas ilhas mais pequenas, crescimento na produção de carne e crescimentos nas produções das áreas da diversificação.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor já disse que é contra a diminuição de produtores.

O Orador: Se fosse tudo assim tão mau como o Sr. Deputado afirma os nossos produtores regionais não respondiam, não reagiam, não animavam a produção regional e não contribuíam como contribuem para o crescimento regional e o nosso desenvolvimento.

Obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(* Deputado Duarte Moreira (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado António Ventura já nos habituou a trazer esse discurso.

Estou nesta casa só há um ano, mas já o ouvi antes e já ouço esse discurso, falando sempre repetitivamente da mesma situação, ou seja, não sabe mais o que é que há-de dizer e traz aqui uma quantidade de situações que não são reais.

Deputado António Ventura (PSD): O senhor não gosta de ouvir novas ideias!

O Orador: Relativamente à divulgação que o senhor tanto fala, o senhor não sabe que essa informação se faz através dos serviços da Secretaria nas diversas ilhas e que só no ano de 2009, e o ano não acabou ainda, nós tivemos mais de 15 mil acções de contactos com agricultores, de acções de formação, encontros de divulgação, etc.

Fica aqui registado que senhor está a dizer que os técnicos desta Secretaria, distribuídos por todas as ilhas, dos quais o senhor é colega, não servem para dar esses esclarecimentos e essa ajuda aos produtores.

Deputado António Ventura (PSD): Não fui eu que prometi!

O Orador: Relativamente aos pagamentos e aos projectos....

Deputado António Ventura (PSD): Quantos agricultores foram abrangidos?

O Orador: O senhor não esteve atento.

Eu referi o montante na minha comunicação, mas já lhe dou os valores: foram já aprovados para despesa pública no âmbito do Eixo I, quase 24 milhões de euros.

Em relação aos pagamentos, estão pagos praticamente 4 milhões de euros, mas também sabemos que há muitos pagamentos que os agricultores já podiam ter requerido e que ainda não o fizeram.

Deputado António Ventura (PSD): A culpa é dos agricultores!

O Orador: Eu não estou a dizer de quem é a culpa, estou a dizer que há processos que estão do lado dos agricultores que ainda não apresentaram os comprovativos de pagamento e por esse facto a execução também não pode ser superior.

Deputado José Gaspar Lima (PS): *Muito bem!*

O Orador: Relativamente aos prémios e às ajudas que também referiu na sua intervenção, 2008/2009 está pago quase a 100%, num total de cerca de 78 milhões de euros que foram pagos aos agricultores em toda a Região.

Foram também já iniciados pagamentos no âmbito do PRORURAL relativamente à campanha de 2009/2010.

Portanto, está novamente a falar de pagamentos, de atrasos e que o dinheiro não chega aos agricultores, não é verdade e os agricultores sabem que não é verdade. Fica-lhe mal, Sr. Deputado António Ventura.

Deputado António Ventura (PSD): Na Terceira há agricultores que ainda não receberam.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputados António Ventura para esclarecimentos. Tem três minutos.

(* **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não consigo compreender como é que os senhores fazem esse discurso.

Em Junho de 2008 nós apresentamos um requerimento nesta casa a solicitar uma coisa muito simples, o grau de auto-sustentabilidade alimentar dos Açores e a evolução dos últimos cinco anos. Acabou a legislatura e não foi respondido.

Há cerca de três meses e meio voltámos a apresentar o requerimento e voltou a não se respondido.

Ora, se os senhores não sabem uma coisa tão simples quanto estas, como é que querem governar esta Região, como é que querem fazer rumos, como é que querem ter perspectivas?

Deputados Jorge Macedo e João Costa (PSD):
Muito bem!

O Orador: E mais:

Na semana passada, só na Ilha Terceira foram 700 agricultores que receberam aviso para irem corrigir as suas candidaturas por erro dos próprios serviços. É a máquina administrativa e técnica da administração pública que atrasa o pagamento aos agricultores e não venha dizer que são os agricultores que estão em atraso.

O Quadro Comunitário de Apoio começou no final de 2008 quando devia ter começado mais cedo. A culpa não é dos agricultores e pare de fazer esse discurso.

O senhor é presidente duma associação de agricultores e devia ter vergonha de dizer isso.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PSD e do PPM)

Presidente: Tem a palavra para esclarecimentos o Sr. Deputado Duarte Moreira.

(* **Deputado Duarte Moreira (PS)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do governo.

Eu nunca disse que a culpa era dos agricultores, eu disse que há processos que estão do lado dos agricultores, o que é normal que assim aconteça, e que ainda não foram solicitados aos serviços o pagamento das despesas já efectuadas. Foi isso que eu disse e uma coisa não tem nada a ver com culpas de ninguém.

Relativamente ao processo, era um bocado difícil começar com o processo dos projectos de investimento antes de 2007, uma vez que ele só foi aprovado pela União Europeia em Dezembro de 2007. Era um bocado complicado, a não ser que o senhor consiga esse milagre.

Para além disso, se o senhor trabalhasse no Serviço de Desenvolvimento Agrário, à frente de milhares e milhares de processos e que em milhares de processos que passam pelas mãos dos colegas que trabalham nos Serviços de Desenvolvimento Agrário, 700 vieram para trás, era uma situação perfeitamente normal, mas consigo talvez a situação não fosse assim.

Deputado António Ventura (PSD): Fale do Ministro Jaime Silva que deu um grande contributo!

Presidente: Creio que não há mais pedidos de esclarecimentos.

Assim sendo, passamos para a intervenção seguinte. Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo de Meneses)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Plano para o ano de 2010, na área que está sob a responsabilidade da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, tem um investimento previsto da ordem dos 40 milhões de euros e que visa essencialmente dar cumprimento àquelas que são as prioridades que constam do Programa do Governo e do documento de planeamento a médio prazo, aprovado por esta Assembleia.

Em termos organizativos, o Plano assenta essencialmente sobre quatro grandes eixos, um que tem a ver com a conservação da natureza e particularmente com as questões da conservação da biodiversidade em que o essencial do investimento

será feito na operacionalização dos parques naturais de ilha, na manutenção da luta contra as espécies infestantes e na protecção das zonas de floresta natural e nas zonas de interesse, em termos de conservação da fauna e da flora das nossas ilhas, na organização e na manutenção dos centros destinados à interpretação destas áreas naturais e à sua gestão.

Outra área importante é a área da recuperação e da protecção dos recursos hídricos. Aí o investimento estará essencialmente orientado para a protecção das lagoas, com destaque para o investimento que está a ser feito na Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas em que vão prosseguir as acções de construção do centro de interpretação, de aquisição de terrenos, da sua reflorestação e renaturalização, no sentido de reduzir a carga de nutrientes afluente àquela lagoa.

Vamos iniciar também a aquisição de terrenos e um conjunto de investimentos nas margens da Lagoa das Sete Cidades, destinada a requalificar a zona urbana das Sete Cidades e a potenciar a recuperação que, felizmente, nesta altura já se faz sentir com grande intensidade naquela lagoa da qualidade da massa de água.

Ainda nesta acção há também um conjunto de investimentos que estão voltados para a melhoria da capacidade de escoamento de algumas linhas de água, no sentido de se evitarem cheias e de se evitarem zonas de deposição de lixos e de outros resíduos dentro dessas linhas de água, particularmente nas situações em que elas atravessam zonas urbanas de alta densidade.

Mas o principal investimento que a Secretaria do Ambiente tem sob sua gestão é na área dos resíduos.

Para essa área vamos dedicar cerca de 40% do total do investimento alocado à Secretaria, com o objectivo de continuar as obras que já se iniciaram na Ilha Graciosa e nas Flores, iniciar as obras no Corvo e manter o sistema de transporte e de retirada de resíduos, com destaque para as sucatas (resíduos metálicos), em que neste ano de 2009 já se retiraram alguns milhares de toneladas,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): *Muito bem!*

O Orador: ... e na montagem do sistema de triagem e de recuperação de materiais que podem ser reciclados, com destaque para os plásticos, quer sejam de

embalagem, quer sejam de outros, para o papel, para o cartão e para os metais, particularmente para as latas em alumínio.

Esse investimento, para além da construção dos centros que já referi, ainda terá uma tradução na colaboração com as autarquias, particularmente com as autarquias da Terceira e de S. Miguel no sentido de se iniciar um processo de criação duma solução integrada para a gestão dos resíduos nos Açores, que necessariamente passa por essas ilhas e em particular pela ilha de S. Miguel onde se concentram a maior parte da produção de resíduos e também onde se concentra a necessidade de se criar uma solução que permita dar suporte às restantes ilhas.

Portanto, esta questão dos resíduos é aquela que terá durante o ano 2010 o maior desenvolvimento e é aquela em que nós vamos investir a parte mais substancial das verbas que estão alocadas à Secretaria.

Ainda na área dos resíduos, é importante aqui também referir que está em preparação uma solução de valorização energética que terá, com certeza, grandes vantagens na substituição na importação de combustíveis fósseis e na criação de condições que levem a uma progressiva minimização da entrada para aterro de materiais, particularmente de materiais plásticos e de materiais que sejam facilmente valorizáveis.

Um outro eixo na área dos resíduos de extrema importância é a questão da valorização dos materiais orgânicos.

Em todas as ilhas em que a Secretaria está neste momento a iniciar ou já iniciou o processo de criação dos centros de resíduos, estão a ser criadas condições para se fazerem a compostagem, seja a compostagem clássica, seja a compostagem recorrendo a outra qualquer tecnologia, que permita a valorização local de todos os resíduos orgânicos, sejam eles resíduos lenhosos, sejam eles restos de comida ou outros quaisquer resíduos, o que vai permitir reduzir em muito o fluxo de resíduos dentro das ilhas e, particularmente, reduzir em muito as entradas em aterro ou, e é esse o objectivo final, eliminar a deposição em lixeiras.

Também nesta ilhas está a ser feito um esforço muito grande de eliminação dos passivos ambientais, ou seja, de retirada de materiais que se encontrem dispersos pelos vários pontos da ilha e, nos casos em que isso é relevante, na selagem das

lixeiros e dos aterros existentes, no sentido de se recuperar esse espaço e de se evitar a continuada deposição de materiais fora do controle.

Também em colaboração com a Secretaria Regional da Agricultura e Florestas, a Secretaria está também a preparar uma solução para os resíduos dos matadouros e os resíduos resultantes da morte de animais, por forma a evitar um dos problemas que muito se sente nas nossas ilhas, particularmente a presença de carcaças de animais ou de restos de animais em cursos de água.

Na área da energia o grande esforço vai no sentido de se melhorar a penetração das energias renováveis no nosso balanço energético, com destaque para o relançamento e o alargamento do programa PROENERGIA, cujo regulamento está neste momento pendente perante esta Assembleia e particularmente numa aposta que tem que ser uma aposta muito decisiva na substituição no consumo de energias fósseis por energias renováveis.

Nesse sentido, em conjunto com a EDA, que tem um programa de investimento também vultuoso, na ordem dos 70 milhões de euros, que está também descrito no nosso Plano, vamos continuar o processo de criação de soluções alternativas em termos de produção de energia eléctrica, com recurso à energia hídrica no caso das Ilha das Flores e no caso da Ilha de S. Jorge, em que há neste momento em preparação projectos de mini hídricas que visam reforçar a capacidade de aproveitamento dos recursos hídricos dessas ilhas.

Também a recuperação de algumas das centrais existentes, nomeadamente a do Varadouro aqui na Ilha do Faial e algumas da Ilha de S. Miguel, no sentido de optimizar a sua produtividade e na continuação da melhoria da qualidade da rede para poder receber uma maior carga de energias renováveis.

É nesse sentido que estão em curso grandes investimentos na Ilhas das Flores que vão permitir tornar esta ilha praticamente toda ela autónoma do ponto de vista energético e é também nesse sentido que vamos manter os esforços que estão a ser feito na Ilha Terceira, no sentido de dotar a ilha com recurso a energias geotérmicas que permitam fazer, do ponto de vista da substituição de importações, uma grande alteração no diagrama de consumos na ilha.

Esse investimento está neste momento em curso, já foram feitos seis furos, estão em fase de testes e esperamos ser possível, ainda no ano de 2010, dar início à montagem de equipamentos de produção de energia.

No que diz respeito à área da energia, há ainda a ressaltar a aposta que está a ser feita na energia eólica e os testes que estão a ser feitos com a utilização de tecnologias que permitam fazer a compensação da irregularidade desta forma de produção, no que diz respeito, quer à frequência da corrente, quer à sua disponibilidade.

O que está a acontecer neste momento na Ilha das Flores leva-nos a acreditar que é possível aumentar substancialmente a produção energética a partir do vento, mesmo com as irregularidades que essa forma de produção tem.

Vamos manter o esforço de investimento nessa área, no sentido de transformar a energia eólica num dos pilares da produção energética nos Açores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Em conclusão são estes os investimentos que estão aqui presentes, estão devidamente explicitados no documento que está presente perante a câmara.

Estou seguro que temos um bom Plano de Investimentos na área do ambiente e na área da energia e é um Plano que vai ter, com certeza, como tem tido em anos anteriores uma boa execução e vai trazer uma melhoria substancial na qualidade do ambiente nos Açores, quer por via dos investimentos directos no ambiente, quer por via dos investimentos da energia que também acabam por ser investimentos no ambiente, tendo em conta as questões das mudanças climáticas e da libertação de gases para a atmosfera.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimentos.

Estão inscritas as Sras. Deputadas Carla Bretão e Zuraida Soares e o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Tem a palavra, para esclarecimentos, a Sra. Deputada Carla Bretão.

(* **Deputada Carla Bretão (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional do Ambiente:

Muito há a fazer em termos ambientais, todos nós sabemos e à parte do esforço que se fez nestas últimas semanas para ser o Secretário com maior visibilidade ao nível dos órgãos de comunicação social e na apresentação de propostas, ...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

... e eu reparei que fez esse esforço, quero dizer-lhe que realmente nem tudo são rosas.

Há muitos planos, há muito que tem que ser feito, e não posso dar nota negativa nesse aspecto, mas estamos muito atrasados e há muita coisa a fazer.

No entanto, quero também dizer-lhe que o papel da Secretaria Regional do Ambiente torna-se imprescindível, no dia-a-dia, a conjugação que tem que ser feita entre o trabalho de todas as Secretarias Regionais e o seu trabalho. É aqui, por vezes, que falha a acção e na prática, por vezes, que se vê que essa acção falha e por isso mesmo vou fazer-lhe uma pergunta relacionada com essa conjugação de esforços que tem que existir e que muito se diz que existe, mas na prática vê-se que falha.

Tenho conhecimento que o Governo Regional, para fazer a grande recuperação da via Vitorino Nemésio, propiciou uma nítida exploração ilegal de inertes.

Isso foi denunciado, a Secretaria Regional do Ambiente actuou, porque não poderia deixar de o fazer e seria muito grave se não o fizesse, mas até agora não se sabe qual o procedimento que foi feito para a recuperação daquele local. Até agora continua tudo na mesma e eu pergunto-lhe como é que vão fazer a recuperação ambiental daquele local que, no fundo, era até um local ambientalmente protegido? Para além disso também sabe que foram aprovados projectos de reflorestação que não deixaram de ser explorações ilegais de inertes encapotadas e o senhor sabe disso, porque a verdade é que não havia quantidade de inertes suficientes na Ilha Terceira para fazer face àquela obra e a Secretaria do Ambiente não teve isso em atenção.

É por isso que eu digo que falha a acção no dia-a-dia quando tem que haver uma correcta interligação do trabalho das diversas entidades do Governo Regional. É aí que falha.

Precisamos dos planos, é verdade, mas a acção é necessária para protecção do ambiente e para protecção das próprias actividades económicas, porque a interligação entre as duas questões é muito importante e é isso que nos leva a um desenvolvimento ambientalmente sustentável.

Para além disso, no seu discurso deu alguma ênfase ao apoio ao desenvolvimento e à promoção de um sistema sustentável de energia, alicerçado em elevados níveis de conhecimento técnico e científico que aproveite o potencial dos recursos endógenos e transforme os Açores num exemplo internacionalmente paradigmático nos domínios das energias renováveis, gostaria de lhe perguntar o que é que vai fazer com pequeníssima verba que lá pôs?

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares para esclarecimentos.

(* **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É inevitável aproveitar esta oportunidade para pedir ao Sr. Secretário que dê a esta câmara notícias, novidades daquela obra que o Sr. Secretário tanto se orgulha, que dá pelo nome de acesso à Fajã do Calhau?

(Risos da bancada do PSD)

Continuamos sem saber quando será prevista e sucessivamente adiada a inauguração. Continuamos sem nenhum tipo de notícia e a oportunidade é boa e era isso que eu lhe perguntava.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Prescindo!

Presidente: Assim sendo, tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar para prestar esclarecimentos.

(* **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sra. Deputada Carla Bretão:

Em relação às explorações ilegais de inertes, a Sra. Deputada referiu uma delas, afinal existem, infelizmente, várias na Ilha Terceira e aquilo que está a ser feito é a sua recuperação.

Nalguns casos essa recuperação já está em curso e aquela que foi a mais explorada, para esta obra que referiu, já se encontra neste momento numa fase muito avançada de recuperação.

Outra ainda não está, mas a responsabilidade por essa recuperação, obviamente, é dos seus proprietários ou das empresas que fizeram a exploração.

É uma matéria que está a ser acompanhada e é uma matéria que a Secretaria do Ambiente coloca entre as suas prioridades.

Gostava ainda de lhe dizer, Sra. Deputada, que as questões do ambiente são exactamente questões de contemporização e de rigor quando é preciso, e a verdade é que, quando nós queremos fazer uma obra, como aquela que foi feita na ilha Terceira, temos que recorrer a inertes. É inevitável e foi preciso fazer exactamente o que foi feito, ou seja, permitir que a exploração fosse feita nos lugares em que havia o mínimo de dano do ponto de vista ambiental e agora é preciso garantir que esses lugares são devidamente recuperados.

Aliás, convido a Sra. Deputada a passar pela zona do Pico da bagacinha, ver a principal exploração que foi feita e reparar para a excelente recuperação que está a ser feita.

Portanto, essa é uma responsabilidade que a Secretaria do Ambiente não enjeita e a Secretaria do Ambiente, exactamente em estreita colaboração com a Secretaria Regional que tem a competência em matéria de obras públicas, fez o que tinha a fazer e está a fazer aquilo que lhe compete que é garantir a recuperação das zonas que foram afectadas.

Quanto à questão do apoio ao desenvolvimento de energias renováveis, Sra. Deputada, nós colocamos as verbas que são necessárias e adequadas, tanto mais que a maior parte desse investimento é feito ou através da EDA que tem o seu

orçamento próprio, ou através de um conjunto de investidores privados. O Governo Regional não é o único investidor nessa área, aliás, nem é o principal investidor, é a entidade que cria o enquadramento que propicia oportunidades de investimento e que fomenta também o crescimento económico nessa, como em muitas outras áreas.

Portanto, as verbas que existem são aquelas que nós consideramos como adequadas, face àquilo que são as expectativas em termos de investimento em matéria de energia.

Sra. Deputada Zuraida Soares, o acesso à Fajã do Calhau continua a ser construído, seguindo o método que a senhora bem conhece, porque visitou o lugar, e com a lentidão que necessariamente esse método implica.

A devido tempo a obra ficará concluída e, nessa altura, estou convencido que até a Sra. Deputada se orgulhará dela.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Pode ter a certeza que não.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estamos quase na nossa hora regimental e eu pedia ao Sr. Secretário, logo que possível, nos desse informação acerca dos tempos sobrantes dos diversos grupos e representações parlamentares.

Secretário: Os tempos sobrantes são os seguintes:

Governo – dispõe ainda de 57 minutos e 2 segundos

PS – 56 minutos e 40 segundos

PSD – 37 minutos e 21 segundos

CDS – 9 minutos e 34 segundos

BE – 6 minutos e 38 segundos

PCP – 2 minutos e 25 segundos.

PPM – Já esgotou o seu tempo

Presidente: Retomaremos os nossos trabalhos amanhã pelas 10,00 horas.

Pedia aos Srs. líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência para se abeirarem aqui da mesa.

Sras. e Srs. Deputados, muito boa noite, bom jantar e até amanhã pelas 10,00 hortas da manhã.

(Os trabalhos terminaram às 20,00 horas)

() Texto não revisto pelo orador.*

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Hernâni Hélio Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos Santos

Cláudio Borges Almeida

Jorge Manuel de Almada Macedo

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de Lima

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputado de faltou à sessão:

Partido Popular (CDS/PP)

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

O Redactor, José Rodrigues da Costa